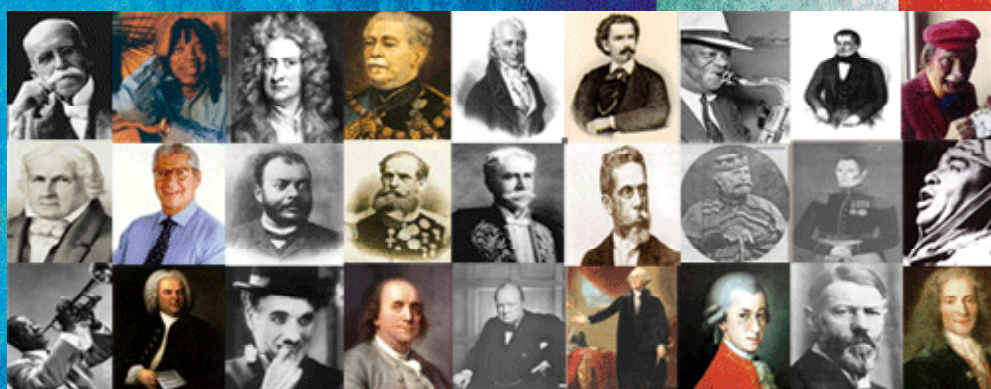


Elvandro Burity



Maçons do Passado...



EDIÇÃO VIRTUAL

Capa

Elaborada pelo autor
através de recursos disponibilizados no Corel.

Fotos/figuras origem:

Wikipédia, a enciclopédia livre.

[http://www.filateliamaconica.org/novo/
Grandes%20vultos%20da%20Maconaria%20Brasileira%
20no%20Selo%20Postal.html](http://www.filateliamaconica.org/novo/Grandes%20vultos%20da%20Maconaria%20Brasileira%20no%20Selo%20Postal.html)

Google

Yahoo

Arquivo do autor

Apresentação do livro:

Ruy de Oliveira e Silva

Revisão:

Orlando Soares da Costa

Maçons do Passado...

Rio de Janeiro
2009

Livro compilado sem fins lucrativos.

Os conceitos emitidos não representam, necessariamente,
o pensamento da Loja Cayrú.

Esta edição será disponibilizada no site da Loja Cayrú em
<http://www.cayru.com.br>
em arquivo com extensão pdf (portable document format).

Caberá ao leitor, por sua própria conta e risco,
adquirir/baixar o programa Adobe Acrobat Reader.

Os que puderem ajudar anotando e informando as
incorrekções que encontrarem, desde já os nossos
agradecimentos.



INTERPRETAÇÃO EX-LIBRIS

EX-LIBRIS

[Do lat. ex libris, ‘dos livros de’.] S. m. 2 n.

1. Fórmula que se inscreve nos livros, acompanhada do nome, das iniciais ou de outro sinal pessoal, para marcar posse.
2. Pequena estampa, ger. alegórica, que contém ou não divisa, e vem sempre acompanhada do próprio termo ex libris e do nome do possuidor, a qual se cola na contracapa ou em folha preliminar do livro.

INTERPRETAÇÃO:

Âncora - emblema de uma esperança bem fundamentada e de uma vida bem empregada.

Ampulheta - o tempo que voa e vida humana que se escoa, semelhante, ao cair da areia.

Pensador - cada ser humano com sua individualidade física ou espiritual, portador de qualidades que se atribuem exclusivamente à espécie humana, quais sejam, a racionalidade, a consciência de si, a capacidade de agir conforme fins determinados e o discernimento de valores.

Livro com os óculos - no passado, no presente ou no futuro nunca esteve só quem teve um bom livro para ler e boas idéias sobre as quais meditar.

A expressão latina “PRIMUM VIVERE, DEINDE PHILOSOPHARI” - Primeiro viver, depois filosofar. Na certeza de que a vida é expansão... se quiser triunfar aplique-se à sua vocação... na grande escola da vida trabalhe com firmeza para ousar ter uma velhice cor de rosa...

Do mesmo autor:

- ◆ A Dinâmica dos Trabalhos - 1987 - (Reg. FBN 41.637)
- ◆ Loja Cayrú 100 anos de Glórias
- ◆ Revivendo o Passado... (Reg. FBN 277.471)
- ◆ Ecos do Centenário
- ◆ Caminhos do Ontem
- ◆ Fatos e Reflexões...
- ◆ Contos e Fatos
- ◆ 30 Anos de Trabalhos à Perfeição (versão virtual)
- ◆ Em Loja! (edição virtual)
- ◆ Loja Cayrú 100 anos de Glórias (2a. ed. versão virtual)
- ◆ Ecos do Centenário (2a. ed. versão virtual)
- ◆ Ao Orador de uma Loja (edição virtual)
- ◆ Dito e Feito (Reg. FBN 354.520)
- ◆ Coletânea para um Mestre Maçom (edição virtual)
- ◆ Companheiro Maçom (edição virtual)
- ◆ O Desafio de Versejar... Viajando pela Imaginação
(Reg. FBN 359.618)
- ◆ Ao Secretário de uma Loja... Alguns Procedimentos (edição virtual)
- ◆ É Preciso Saber Viver... (edição virtual)
- ◆ Glossário Maçônico (edição virtual)
- ◆ Cronologia Maçônica (edição virtual)
- ◆ Gotas Poéticas (Reg. FBN 374.355)
- ◆ Mestre Instalado - Um Pequeno Ensaio (edição virtual)
- ◆ O Príncipe dos Jornalistas - Pequena Antologia de Carlos de Laet (edição virtual)

DEDICATÓRIA

“A história é a versão de eventos passados que as pessoas decidiram concordar.” (Napoleão Bonaparte)

“A história é testemunha do passado, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida.” (Cícero)

Para mim pouco importa se você, Kurt Prober, foi um maçom polêmico. Pouco importa mesmo! Para mim o importante foi o trabalho desenvolvido no “escrevinhar” sobre a maçonaria. Quer queiram ou não você, Kurt Prober, foi um incansável batalhador da história da maçonaria. Que nas suas próprias palavras: “matava a cobra e mostrava o pau.”

Muito embora reconheça que estou longe da fibra e determinação de um Kurt Prober, continuo tentando reescrever assuntos maçônicos. Considero o passado como que, de certa forma, a mim “pertencendo” pois este é o quarto livro que escrevo revivendo fatos históricos do passado da Ordem Maçônica. Não escrever sobre o passado da maçonaria é algo que minha natureza se recusa a abrir mão. Algo como um recusar fazer as pazes com o fluxo de mão-única do tempo que está sempre indo do presente para o futuro.

O homem é uma amálgama de matéria e espírito, um casamento de corpo e alma. É nosso ser espiritual que persiste na crença de que o passado deve ser redimido. As coisas não acontecem à toa – acontecem por um motivo, significam alguma coisa, têm um determinado objetivo. O mesmo evento, portanto, pode significar coisas diferentes para pessoas diferentes; como prova disso, dois eventos muito diferentes podem servir ao mesmo propósito e provocar sentimentos idênticos, imbuindo-os com almas semelhantes, apesar da dessemelhança em seus corpos.

Meu Irmão e Amigo Kurt Prober com você tive oportunidade de aprender muito sobre a história da Ordem Maçônica. Você foi um elo importante de minha evolução no conhecimento maçônico.

A você, Kurt Prober, dedico este livro. Obrigado por tudo. Que a tua alma descance em paz.

Elvandro Burity

APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Fazer a apresentação de uma obra de cunho literário é uma grande responsabilidade, ainda mais quando a mesma tem por autor um experiente Irmão, que já produziu várias obras maçônicas e profanas.

O livro atual trata das biografias de diversos vultos históricos, que foram maçons ilustres. É aí que está a importância da obra, pois só podemos entender a história atual de nossa Ordem e da sociedade, se entendermos a história vivida no passado.

A Ilustre Presidente da Academia Brasileira de Letras - ABL, a consagrada escritora Sra. Nélida Piñon, em um programa de televisão, ao discorrer sobre a literatura e história, disse que... ...sic *“Só podemos ter memória se formos tradicionais!”*

Então, perguntamos: O que é ser tradicional? Respondo: É cultuarmos nossos antepassados e seus feitos, pois os mortos regem os vivos. O presente é fruto do passado e, da mesma forma, será a origem do futuro.

Parabenizo o Irmão Elvandro Burity por sua iniciativa na elaboração dessa obra de grande utilidade, para que o povo maçônico e, porque não, o profano tenha a oportunidade de

conhecer a sua história. Entretanto, sabemos que o presente trabalho não é definitivo e nem conclusivo, pois existe, jazendo em berço esplêndido, uma manancial enorme, histórico e maçônico, à disposição de todos aqueles que queiram explorá-lo.

Não se inibam. Não se escondam nas sombras do anonimato. Ponham à mostra seus potenciais intelectuais, pois, como dizia Edmund Burke, *“para o triunfo do mal basta que os bons não façam nada!”*

Ruy de Oliveira e Silva
Venerável Mestre da Loja Cayrú
Biênio 2008-2010



Fachada da Loja Maçônica Cayrú - 762.

Foto do arquivo do autor.
(Desde 1974 o autor integra o Quadro Social da Loja Maçônica Cayrú).

PRÓLOGO

Enaltecemos os maçons do passado... falamos sobre os feitos do passado... mas não preparamos o presente que amanhã será o passado de hoje. Dito isto, como prólogo e a título de reflexão, transcrevo os artigos:

“A Maçonaria Nada Pode Fazer”

“Nada”.



A MAÇONARIA NADA PODE FAZER.

A afirmativa é a mais absoluta verdade! Realmente a Maçonaria nada pode fazer, considerando-se sua condição de Instituição Jurídica formada por homens Livres e de Bons Costumes, mas sendo ela formada por Homens, eles tudo podem fazer. Eu tudo posso fazer!

A Maçonaria originária do período operativo vive hoje seu período especulativo, esta é a afirmativa mais constante que ouvimos dos Mestres instruindo aos Aprendizes e Companheiros, me permitam discordar, há algum tempo a Maçonaria Brasileira vive um período Contemplativo. Hoje, contemplando os grandes feitos do passado, como foram importantes no passado, a Independência, a Libertação dos Escravos, a República, etc. Como ficamos orgulhosos em

discorrer sobre os feitos da maçonaria aos Aprendizes, Companheiros e não Maçons; em princípio já existe um grande erro nessa dissertativa acerca dos feitos da Maçonaria, ela nada fez além de cumprir os seus objetivos, congregar, unir e instruir Homens Livres e de Bons Costumes, que através de suas ações puderam alterar a sociedade, mudar o mundo. Os feitos que reclamamos serem realizações da Maçonaria, na verdade foram realizações de Maçons, que movidos pelos princípios da Liberdade, da Fraternidade e da Igualdade, tríade sustentáculo da força maçônica, envidaram todos os seus esforços nas transformações sociais, que se faziam necessárias para a concretização do ideário maçônico. Desde que se implantou o Estado Novo no Brasil, e posteriormente durante o início da Segunda República, a Maçonaria, ou melhor, os Maçons, se recolheram ao interior de seus Templos, dedicando-se aos assuntos internos da Ordem, criou-se uma verdadeira barreira à ação externa explícita da Ordem, a Maçonaria não deve se envolver em política, a maçonaria não deve manter relações com o poder público, a única ação externa permitida é a filantrópica, somente o atendimento aos carentes era possível aos maçons.

Hoje, quando o Grão-Mestrado Geral e os Estaduais buscam ocupar novamente o espaço político perdido. Alguns Irmãos ainda impregnados dos valores Contemplativos criticam essas iniciativas que buscam inserir a Maçonaria, através da ação desses Maçons, novamente no contexto político nacional. Ouvi que foi bobagem o Grão-Mestre Geral, Ir. Laelso Rodrigues, reunir-se com o seu adjunto Ir. Marcos José, os Grão-Mestres Estaduais e alguns de seus adjuntos, o Presidente da Soberana Assembléia Federal Legislativa, os Presidentes dos

Tribunais Federais, os Grandes Secretários Gerais e alguns Irmãos convidados, para discutir, estudar e buscar soluções para os principais problemas que afetam a sociedade brasileira, inserida no grande contexto globalizado mundial, e produzir um documento apresentando um estudo minucioso e propondo soluções para os problemas da Educação, Saúde, Meio Ambiente, Drogas e Soberania Nacional (com um enfoque prioritário a Amazônia), e vejam que grande bobagem, reunirem-se por quarenta minutos com o Presidente da República, Fernando Henrique, e depois com o Presidente do Senado, que é nosso Irmão, com o Presidente da Câmara, e depois divulgarem publicamente o mencionado documento no Centro de Comando do Exército, quanta perda de tempo, que pretensão do Grão-Mestrado, achar que com isso poderá intervir na situação nacional. Essa forma de pensamento, esse descrédito em nosso poder sócio-político como seguimento social organizado, é que nos levou a Maçonaria Contemplativa, que esses mesmos Irmãos tanto criticam, quando sonham com os feitos do passado, e perguntam: “O que a Maçonaria está fazendo Hoje?”.

A resposta é óbvia, a Maçonaria nada está fazendo! Mas alguns Maçons estão lutando, procurando através de ações claras e objetivas, reinserir uma das maiores Organizações Sociais Organizadas, no cenário sócio-político nacional e regional, quando o Grão-Mestre Geral é recebido pelo Presidente e outras Autoridades Constituídas, quando funda e regulariza uma Loja Indígena, formada e administrada por

Índios, em Roraima, na Amazônia, quando os Grão-Mestres Estaduais procuram levar aos governantes regionais, as idéias, apreensões e sugestões do povo maçônico de suas jurisdição, como acabou de ocorrer no Piauí, e vem acontecendo sistematicamente em nosso Estado, quando algumas Lojas através de seus membros buscam uma interação efetiva e produtora com as autoridades locais, procurando através de ações objetivas levar a essas autoridades o apoio quando acertam e a crítica construtiva, com sugestões eficientes, quando erram, temos certeza absoluta que estamos abandonando o período Contemplativo e retornando aquela Maçonaria que tanto admiramos. Mas tudo isso depende de nós, depende de cada maçom em particular, quem entra em qualquer batalha ou competição não acreditando na vitória, já está derrotado! A vitória depende da fé, da crença firme e convicta na vitória, quem em qualquer empreendimento já o inicia sem convicção de alcançar os seus objetivos, nunca os alcançará. As derrotas devem servir de estímulo para a busca pertinaz da vitória, se as ações empreendidas não alcançarem no momento o resultado esperado, devem servir de estímulo para novas e mais eficientes e eficazes ações, os Maçons do passado não se deixaram abater com as derrotas que sofreram, a pertinácia foi, e deve continuar sendo, uma característica fundamental da personalidade maçônica, o verdadeiro maçom tem fé, pois um dos princípios da Ordem é a Fé, mas essa Fé não é somente no Grande Arquiteto do Universo, é também uma fé em si, uma fé que todo maçom tem em si e nos seus Irmãos, uma fé inabalável de suas capacidades e de seus Irmãos, uma grande fé em sua capacidade de criar, produzir, operar, mudar, agir, de lutar permanentemente por um mundo melhor, junto com os seus Irmãos, somente a fé em nossa capacidade de realizar nos conduzirá a vitória. O Maçom não pode,

nunca, deixar-se abater pelo desânimo, pela descrença em sua capacidade de influenciar a sociedade, estamos cansados de ouvir dos não maçons que somos criadores de opinião, que somos capazes de criar idéias na sociedade, que somos capazes de influenciar os vários seguimentos sociais, por que somente nós não acreditamos em nosso potencial? Por que somente os Maçons não acreditam em si? Portanto, amados Irmãos, deixemos de lado nossa descrença e inércia, é hora de ação, cada Maçom é um formador de opinião, cada Maçom está preparado para observar, analisar, discutir e propor soluções para os problemas sociais que estamos vivenciando, possuímos em nosso meio Irmãos com as mais diversas formações, com as mais diversas experiências vivenciais, somente do GOERJ temos ao nosso lado cerca de 6.000 Irmãos, considerando as três potências, somos cerca de 11.000 a 12.000 Maçons fluminenses, exercendo as mais diversas ocupações e nos mais diversos níveis sócio-político-econômicos, em nossos Templos possuímos um dos maiores bens humanos, a liberdade de pensamento e expressão, talvez seja essa a grande força de união e crescimento da Maçonaria Cubana, que nos possibilita discutirmos sem quaisquer restrições todos os problemas enfrentados pela sociedade. Finalmente, estamos prontos, unamo-nos pela fé, não a fé na divindade, mas a fé em nossa capacidade de ação, fé em nossa capacidade de influir na sociedade, fé em nossa capacidade de através de ações eficientes mudarmos nossa Comunidade, nossa Sociedade, o Mundo, confiar em si, confiar em suas capacidades este é o grande segredo. Eu confio em mim, Eu confio em minha capacidade de ação, Eu estou trabalhando dia a dia, hora a hora, sempre que posso, e algumas vezes até quando não poderia, pelo meu Ideal, pelo ideal de minha

Ordem, estou procurando me superar, participando ativamente e conscientemente, nunca me furtando a contribuir com todas as minhas forças e minha inteligência, para alcançarmos o nosso Grande Paradigma, estabelecido em nossa tríade, um Mundo em que a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade sejam comuns a Homens Livres e de Bons Costumes, o Mundo sonhado pelo Grande Arquiteto do Universo e que cabe a nós Homens Maçons, sua criação máxima, construí-lo.

Transcrito de http://br.geocities.com/acacia_sertaneja/amaconarianadapodefazer.htm



Nada

Conta-se que perguntaram a Pitágoras, após ter sido Iniciado nos mistérios, o que tinha visto no Templo, tendo ele respondido simplesmente: NADA.

Porém, Pitágoras era Pitágoras, Se ao sair do Templo egípcio não tinha visto “nada”, não se limitou a sair decepcionado, senão buscando a origem deste “nada”, descobriu que era em si mesmo que não tinha visto “nada mais” que desejos e ilusões. Foi então que começou seu caminho para a sabedoria.

Muitos Irmãos recém-iniciados se afastam da Ordem porque em nossas Lojas não encontram “nada”, porque o nosso simbolismo não lhes significa “nada”, porque na Maçonaria não se faz “nada”, outros se queixam que nas Lojas se fala

muito de simbolismo e “nada”; que a Maçonaria é uma instituição para se fazer amigos e “nada mais”; que só comparecem aos trabalhos da Loja para perder tempo e “nada mais”. Propomos perguntar-nos: o que significa esse “nada” com respeito à Maçonaria? “Fulano” não vai mais à sua Loja porque “não encontrou nada...”. E como é que não encontrou “nada”? Não encontrou o Templo com seu Altar, as Colunas, os móveis e a decoração? Não encontrou os Irmãos reunidos na Loja? E como é que diz que não encontrou “nada” e que o Simbolismo não lhe significa “nada”? Encontrou então pelo menos o Simbolismo... E como é que pode dizer na Maçonaria não se faz “nada” e que na Loja se fala muito e “nada” mais? Então, se faz algo, ainda que seja nada **mais que falar...**

Parece que o “nada” que se encontra na Maçonaria não deve ser tomado ao pé da letra. O Neófito que entra no Templo encontra algo, porém não encontra o que busca; isto dá margem a várias perguntas:

- 1º O “que busca” o profano que solicita ser Iniciado?
- 2º O que a Maçonaria “não pode oferecer”?
- 3º O que a Maçonaria “pode oferecer”?
- 4º “O que encontra” o Neófito ao dizer que “não tem nada”?

Procuramos responder estas perguntas de um ponto de vista estritamente pessoal.

- 1º O “que busca” o profano que solicita ser iniciado?

Pode solicitar seu ingresso pôr vários motivos, desde o mais grosseiro materialismo, o desejo de encontrar

protetores para seus negócios de qualquer espécie, até o motivo de mais elevado sentimento de humanitarismo. Em regra geral, é mistura de tudo, acrescido de curiosidade; e freqüentemente haverá um sentimento da própria imperfeição acrescido do desejo de melhorar-se e de aperfeiçoar-se. Não é raro também que se espere encontrar na Maçonaria um estímulo à ação para compensar a própria falta de atividade; idéias extraordinárias e originais que ponham em funcionamento o pensamento e a imaginação própria.

É um dos problemas da Maçonaria que, pelo segredo e discrição que devem guardar seus integrantes, o profano chega geralmente a nossas portas, desconhecendo realmente o que o espera, vindo em contrapartida cheio de esperanças e ilusões que vão do inadequado até o absurdo.

2º O que a Maçonaria “não poder oferecer”?

A Maçonaria não é feita à medida das ilusões do neófito. Se este esperou uma renovação completa de sua personalidade pôr meio de um remédio amostra grátis e que se oferece a todo aquele que entra na Ordem, equivocou-se, Damo-lhes a Luz, as ferramentas para trabalhar, mostrando-lhes a Pedra Bruta e o modo de trabalhar nela. O resto é assunto do Neófito. Tem que trabalhar para receber o “seu salário” e este lhe é dado segundo a quantidade e a qualidade do seu trabalho. Não poderá exigir que se lhe dê tudo de uma vez sem fazer o menor esforço. Então acontece que o Neófito não acha o que buscava.

Ele buscava um meio cômodo para tornar sua vida mais fácil e agradável, para sentir-se importante sem esforço algum, para viver em paz consigo mesmo. E como não acha o que buscava, diz simplesmente: “Não encontrei nada”.

Com isto, expressa que tudo o mais que encontra não tem importância para ele; e que, aquilo que “não” encontra é o que ele queria e nada mais. Dizer que a Maçonaria não faz nada é outra maneira de revelar que se quer conseguir satisfações de amor próprio a baixo custo. Se na Maçonaria estivesse se cristalizando uma obra de autêntico humanismo, poderíamos participar da glória de sua realização sem que tivéssemos o trabalho de planejar e organizar sua execução. Se a Maçonaria fosse aquilo que querem aqueles que se queixam de não encontrar nada nela, ela seria idêntica às sociedades múltiplas de beneficência e clubes de serviço. cujos principais objetivos parecem ser que seus membros apareçam na imprensa escrita e falada a qualquer pretexto. Todas estas satisfações de amor próprio, todas estas ilusões e esperanças vazias, é que a Maçonaria não oferece. Pôr isto é que, aqueles que buscam isto, não encontram “nada”.

3º O que a Maçonaria “pode oferecer”?

Do ponto de vista das pessoas mencionadas anteriormente, “nada”, pois para elas o trabalho, o estudo, não são nada, e se não tiverem a paciência necessária, se afastarão.

Quanto mais irreais, fantásticas forem suas esperanças, mais necessitarão para encontrar o que oferece a Maçonaria, e que é: trabalho, ferramentas para executá-lo, o “salário” que somente se obtém trabalhando. O Neófito tem que aprender que na Maçonaria não encontrará satisfação alguma senão em razão do seu próprio trabalho.

Através do seu aprendizado se dará conta de que se a maçonaria lhe der, sem sacrifício, as satisfações que estava procurando, então sim, poderá dizer “que não é nada”. O que acontece é que o homem moderno tem do trabalho um conceito muito diferente que tinha as corporações de construtores da

antigüidade. Para a maioria, hoje, o trabalho é escravidão, atividade mecânica, impessoal, algo que se faz porque tem que se viver e comer, e sem trabalho, não há comida; algo que se faz sem grande satisfação, esperando que o relógio marque a hora da saída. Dali então partimos para o descanso, a diversão, as comodidades. São poucos aos quais a sorte reservou um trabalho construtivo e menos ainda existem pessoas capazes de buscar e achar o descanso em uma atividade de tipo superior, uma atividade criadora. O construtor medieval não se preocupava em apressar o tempo para terminar a catedral, mas sim se detinha nos detalhes da construção, acrescentando uma grande variedade de enfeites e esculturas tão belas como indispensáveis para a arquitetura, simplesmente porque sentia o gosto de criar algo belo e bonito.

Nós já não compreendemos mais facilmente este prazer pelo trabalho, Queremos que o trabalho termine o mais depressa possível, para que possamos nos dedicar a outras atividades nas quais encontramos mais prazer. Necessitamos voltar a descobrir a vocação artística do homem - a única que lhe dá plena satisfação - é de não servir unicamente de apêndice pensante da máquina, e sim de procurar realizar um trabalho criador.

4º “O que encontra” o Neófito ao dizer que “não tem nada”?

Bate à porta do Templo, se abre a mesma para ele e não encontra nada. O que é este “nada”?

Já dissemos, tomar a palavra em sentido estrito é um absurdo. Algo ele encontra e se nós o pressionarmos um pouco, ele nos dirá “Não há nada, somente palavras, somente Ritualística, somente Símbolos, somente idéias antiquadas”. Algo portanto encontra, porem não “o que buscava”. E como o que ele encontra não é nada em comparação com o que buscava, diz simplesmente que não há nada. Porém, este “nada” não é somente um fenômeno negativo. Este “nada” é como um gérmen, algo novo e grande.

O Irmão que se afasta da Loja queixando-se de “não haver encontrado nada”, não se limita somente a isto. Afasta-se desgostoso, decepcionado. O encontro com o “nada” o afetou no mais profundo do seu ser. Não achou o que buscava, porém achou precisamente seu próprio desgosto, sua própria decepção.

Ainda que se vá de nosso convívio, sua decepção o segue. E ainda que não o confesse, não deixará de pensar, de vez em quando, que, para encontrar algo, se necessitam duas coisas: algo que existe e alguém que saiba procurar. Ao lado do seu orgulho, porque ele” não se deixou enganar”, estará a constante inquietude acerca do que terão encontrado os que ficaram e que ele não soube encontrar. Se vê, assim, posto frente a frente, com sua própria insuficiência. Com seu próprio NADA.

Se for sincero consigo mesmo, reconhecerá que onde não encontrou nada, foi em si mesmo.

Este é o ponto onde começa a germinar a idéia Maçônica. Se o Irmão chegar a este ponto, começará a ser MAÇOM.

Autor desconhecido

Tradução do Ir.º Kurt Max Hauser - Or.º de Porto Alegre - RS - Publicado no Livro “Coletânea de Trabalhos A Trolha” - Editora A Trolha - 1993

Colaboração: Ir.º Edson Fernando da Silva Sobrinho

Transcrito de

<http://br.geocities.com/grupoatalaia2000/nada.htm>



PALAVRAS DO AUTOR

Em que pese a banalização da Ordem, criada por uma vocação prejudicial de se primar pela “quantidade” e não pela “qualidade”, ainda assim, nas peneiras sucessivas pelas quais passam os maçons em sua trajetória dentro da Ordem, ficam retidos alguns Irmãos que são, na verdade, a grande estrutura de sustentação da Instituição.

Este processo de transformação não ocorre de forma isolada e nem tampouco instantaneamente, mas de forma gradativa, perceptível, a partir da assinatura do requerimento e culminado com o ingresso na Ordem Maçônica.

As primeiras Lojas surgiram, no Brasil, no limiar do século XIX quando passaram a ter um papel fundamental não só na luta pela independência do nosso país, nas várias regências, como em todo o segundo reinado, culminando com a implantação da República, onde o ministério era todo composto por maçons. A partir da implantação da República, as Forças Armadas, principalmente o Exército Brasileiro, passou a funcionar como um espécie de Poder Moderador, antes exercido pelo Imperador, na complexa engrenagem institucional da República. Assim, enquanto o Exército ganhava ascendência institucional, a maçonaria foi perdendo o seu papel de ator público, principalmente a partir da Revolução de 1930, ganhando em contrapartida uma ascendência moral sobre a agenda substantiva do país nas áreas cultural e social.

Assim, finalizada a consolidação do Estado Brasileiro, a maçonaria passou ocupar-se na implementação no exercício pleno da cidadania.. Dito isto, não podemos relegar ao segundo plano os exemplos deixados pelos Maçons do Passado.

A história foi feita para ser contada...

Não é de hoje que a história proclamou sua independência em relação a dominação dos textos escritos. A necessidade por parte dos historiadores em problematizar temas bem pouco trabalhados pela historiografia tradicional levou-os a ampliar seu universo de fontes, bem como a desenvolver abordagens pouco convencionais a medida que se aproximava das demais ciências sociais em busca de uma história total. Novos temas passaram a fazer parte do elenco de objetos do historiador, dentre eles a vida privada, o cotidiano, as relações interpessoais, etc. Uma micro história que para ser contada não necessita perder a dimensão macro, a dimensão social, totalizadora das relações sociais. Neste contexto é que se insere o conteúdo de “Maçons do Passado...” que nada mais é do que um relato de informações transcritas da internet e de outras fontes que tornaram possível editar, sem pretensão literária o presente livro.

Reviver a trajetória de alguns Maçons do Passado... É, sem dúvida, trazer às nossas memórias fatos da vida de homens que peregrinaram no mundo maçônico.

Hoje não é ontem...

Para compreender o passado, esqueça os dias de hoje em que você vive...

Não julgue o passado com os critérios de hoje...

Sem o conhecimento de sua história e de seus antecedentes um povo é órfão.

Fora do conhecimento de sua própria história, não há caminho para a auto-estima.

Espero que os relatos aqui deixados, de alguma forma ou maneira, sejam como uma janela que se abra para que nos orgulhemos e quiça nos surpreendamos ao descobrirmos a determinação e a garra de alguns maçons do passado.

Elvandro Burity



**“Uma vez publicado, um texto é como um aparelho de
que cada um pode servir-se à sua maneira e
segundo os seus meios.”**

Paul Valéry (1871-1945), poeta, ensaísta e crítico francês.

LANDMARKS

Os Landmarks são considerados como as mais antigas leis que regem a Maçonaria Universal, caracterizados pela sua antigüidade.

Os Regulamentos, Estatutos e outras leis podem ser revogados, modificados ou anulados. Porém, os Landmarks, jamais poderão sofrer qualquer modificação ou alteração. Enquanto a Maçonaria existir, os Landmarks serão os mesmos como eram há séculos.

São, portanto, eternos e imutáveis. Foram colecionados pelo Poderoso Irmão ALBERTO G. MACKEY, os vinte e cinco landmarks abaixo, que seguem:

1º - Os processos de reconhecimento são os mais legítimos e inquestionáveis de todos os Landmarks. Não admitem mudanças de qualquer espécie, pois, sempre que isto se deu, funestas consequências vieram demonstrar o erro cometido.

2º - A divisão da Maçonaria Simbólica em três graus é um Landmark que, mais do que nenhum, tem sido preservado de alterações, apesar dos esforços feitos pelo daninho espírito inovador. Certa falta de uniformidade sobre o ensinamento final da Ordem, no grau de Mestre, foi motivado por não ser o terceiro grau considerado como finalidade; daí o Real Arco e os Altos Graus variarem no modo de conduzirem o neófito à grande finalidade da Maçonaria Simbólica. Em 1813, a Grande Loja da Inglaterra reivindicou este antigo Landmark, decretando que a Antiga Instituição Maçônica consistia nos três primeiros graus de Aprendiz, Companheiro e Mestre, incluindo o Santo Arco Real. Apesar de reconhecido por sua antigüidade, como um verdadeiro Landmark ele continua a ser violado.

3º - A lenda do terceiro Grau é um Landmark importante, cuja integridade tem sido respeitada. Nenhum Rito existe na Maçonaria, em qualquer País ou em qualquer idioma, em que não sejam expostos os elementos essenciais dessa lenda. As formulas escritas podem variar e na verdade, variam; a lenda, porém, do construtor do Templo constitui a essência e a identidade da Maçonaria. Qualquer Rito, que a excluísse ou a alterasse, materialmente cessaria, por isso, de ser um Rito Maçônico.

4º - O Governo da Fraternidade por um Oficial que preside, denominado Grão-Mestre, eleito pelo Povo Maçônico, é o quarto Landmark da Ordem. Muitas pessoas ignorantes supõem que a eleição do Grão-Mestre se pratica em virtude de ser estabelecida em lei ou regulamento da Grande Loja. Nos anais da Instituição se encontram, porém, Grão- Mestres, muito antes de existirem Grandes Lojas, e, se o atual sistema de governo legislativo por Grandes Lojas fosse abolido, sempre seria preciso a existência de um Grão-Mestre.

5º - A prerrogativa do Grão-Mestre de presidir a todas as reuniões maçônicas, feitas onde e quando se fizerem é o quinto Landmark.. É em virtude desta lei, derivada de antiga usança, e não de qualquer decreto especial, que o Grão-Mestre ocupa o Trono em todas as seções de qualquer Loja subordinada, quando se ache presente.

6º - A prerrogativa do Grão-Mestre de conceder licença para conferir graus em tempos anormais, é outro importantíssimo Landmark. Os Estatutos Maçônicos exigem um mês, ou mais, para o tempo em que deva transcorrer entre a proposta e a recepção de um candidato. O Grão-Mestre, porém, tem o direito de pôr de lado, ou de dispensar, essa exigência, e permitir a iniciação imediata.

7º - A prerrogativa que tem, o Grão-Mestre, de autorização, para fundar e manter Lojas, é outro importante Landmark. Em virtude dele, pode o Grão-Mestre conceder o número suficiente de Mestres Maçons, o privilégio de se reunirem e conferirem graus. As Lojas assim constituídas chamam-se “Lojas Licenciadas”. Criadas pelo Grão-Mestre, só existem enquanto ele não resolva o contrário, podendo ser dissolvidas por ato seu. Podem viver um dia, um mês ou seis meses. Qualquer, porém, que seja o tempo de sua existência, devem-na, exclusivamente, à graça do Grão-Mestre.

8º - A prerrogativa, do Grão-Mestre, de criar Maçons, por sua deliberação, é outro Landmark importante, que carece ser explicado, controvertida como tem sido a sua existência. O verdadeiro e único modo de exercer essa prerrogativa é o seguinte : O Grão-Mestre convoca em seu auxílio seis Mestres Maçons, pelo menos; forma uma Loja e, sem nenhuma prova prévia, confere os graus aos candidatos; findo isso, dissolve a Loja e despede os Irmãos. As lojas convocadas por esse meio são chamadas “Lojas Ocasionalis” ou de “Emergência”.

9º - A necessidade de se congregarem os Maçons em Loja é outro Landmark. Os Landmarks da Ordem sempre prescreveram que os Maçons deviam congregar-se, com o fim de se entregarem a tarefas operativas, e que a essas reuniões fosse dado o nome de “Loja”. Antigamente, eram essas reuniões extemporâneas, convocadas para assuntos especiais e, logo dissolvidas, separando-se os Irmãos para, de novo, se reunirem em outros pontos e em outras épocas, conforme a necessidades e as circunstâncias exigissem. Cartas Constitutivas, Regulamentos internos, Lojas e Oficinas permanentes e contribuições anuais, são inovações puramente modernas, de um período relativamente recente.

10º - O governo da Fraternidade, quando congregado em Loja, por um Venerável e dois Vigilantes é também um Landmark. Qualquer reunião de Maçons, congregados sob qualquer outra direção, como, por exemplo, um presidente e dois vice-presidentes, não seria reconhecida como Loja. A presença de um Venerável e dois Vigilantes é tão essencial que no dia da congregação, é considerada como uma Carta Constitutiva.

11º - A necessidade de estar uma Loja a coberto, quando reunida, é um importante Landmark que não deve ser descurado. Origina-se do caráter esotérico da Instituição. O cargo de Guarda do Templo que vela para que o lugar das reuniões esteja absolutamente vedado à intromissão de profanos, independe, em absoluto, de quaisquer leis de Grandes Lojas ou de Lojas subordinadas. E o seu dever, por este Landmark é guardar a porta do Templo, evitando que se ouça o que dentro dele se passa.

12º - O direito representativo de cada Irmão, nas reuniões gerais da Fraternidade, é outro Landmark. Nas reuniões gerais, outrora chamadas Assembléias Gerais, todo os Irmãos, mesmo os simples Aprendizes, tinham o direito de tomar parte. Nas Grandes Lojas só tem direito de assistência os Veneráveis e os Vigilantes, na qualidade, porém, de representantes de todos os Irmãos das Lojas. Antigamente, cada Irmão se representava por si mesmo. Hoje, são representados por seus Oficiais. Nem por motivo dessa concessão, feita em 1717, deixa de existir o direito de representação, firmado por este Landmark.

13º - O direito de recurso de cada Maçom das decisões dos seus Irmãos, em Loja, para a Grande Loja ou Assembléia Geral dos Irmãos, é um Landmark essencial para a preservação da justiça e para prevenir a opressão.

14º - O direito de todo Maçom visitar e tomar assento em qualquer Loja é um inquestionável Landmark da Ordem. É o consagrado direito de visitar, que sempre foi reconhecido como um direito inerente que todo Irmão exerce, quando viaja pelo Universo. É a consequência de encarar as Lojas como meras divisões, por conveniência, da Família Maçônica Universal.

15º - Nenhum visitante, desconhecido aos Irmãos de uma Loja pode ser admitido à visita, sem que, antes de tudo, seja examinado, conforme os antigos costumes. Esse exame só pode ser dispensado se o Maçom for conhecido de algum Irmão do quadro, que, por ele se responsabilize.

16º - Nenhuma Loja pode intrometer-se em assuntos que digam respeito a outras, nem conferir graus a Irmãos de outros Quadros.

17º - Todo Maçom está sujeito às Leis e Regulamentos da Jurisdição Maçônica em que residir, mesmo não sendo membro de qualquer Loja. A inafiliação é já em si uma falta maçônica.

18º - Por este Landmark os candidatos à Iniciação devem ser isentos de defeitos ou mutilações, livres de nascimento e maiores. Uma mulher, um aleijado, ou um escravo, não pode ingressar na Fraternidade.

19º - A crença no Grande Arquiteto do Universo, é um dos mais importantes Landmarks da Ordem. A negação dessa crença é impedimento absoluto e insuperável para a Iniciação.

20º - Subsidiariamente a essa crença, é exigida a crença em uma vida futura.

21º - É indispensável a existência, no Altar, de um Livro da Lei, o Livro que, conforme a crença, se supõe conter a verdade revelada pelo Grande Arquiteto do Universo. Não cuidando a Maçonaria de intervir nas peculiaridades de fé religiosa dos seus membros, esses Livros podem variar de acordo com os credos. Exige, por isso, este Landmark, que um “Livro da Lei” seja parte indispensável dos utensílios de uma Loja.

22º - Todos os Maçons são absolutamente iguais dentro da Loja, sem distinções de prerrogativas profanas, de privilégios, que a sociedade confere. A Maçonaria a todos nivela nas reuniões maçônicas.

23º - Este Landmark prescreve a conservação se reta dos conhecimentos havidos por Iniciação, tanto dos métodos de trabalho, como das suas lendas e tradições que só podem ser comunicadas a outros Irmãos.

24º - A fundação de uma ciência especulativa, segundo métodos operativos, o uso simbólico e a explicação dos ditos métodos e dos termos neles empregados, com propósito de ensinamento moral, constitui outro Landmark. A preservação da lenda do Templo de Salomão é outro fundamento deste Landmark.

25º - O último Landmark é o que afirma a inalterabilidade dos anteriores, nada podendo ser-lhes acrescido ou retirado, nenhuma modificação podendo ser-lhes introduzida. Assim como de nossos antecessores os recebemos, assim os devemos transmitir aos nossos sucessores.

MENS AGITAT MOLEM.

(O espírito anima a matéria.)

Por seus atos, gestos e/ou atitudes, cada um deles,
em seu tempo, de alguma forma ou maneira
fez de sua consciência não um guia...
mas uma cúmplice.



Albuquerque Lins

Manuel Joaquim de Albuquerque Lins - (São Miguel dos Campos, 20 de setembro de 1852 — São Paulo, 7 de janeiro de 1926) foi um político brasileiro. Foi o oitavo presidente do estado de São Paulo entre 1908 e 1912.

Nascido no interior de Alagoas, formou-se na Faculdade de Direito do Recife, na turma de 1877. Nos últimos anos do Império foi deputado provincial em 1888 e presidente da Província do Rio Grande do Norte em 1889.

Já em São Paulo, foi vereador da câmara municipal de 1899 a 1901, presidindo-a nesse período. Em 1901 torna-se senador do Estado, permanecendo no cargo até 1904. Depois de ocupar a Secretaria da Fazenda e do Tesouro do Estado (1904 a 1907), exerceu mandato como presidente do Estado durante o período de 1908 a 1912.

Graças aos preços favoráveis do café no mercado internacional conseguiu despontar como um dos maiores presidentes do Estado, construindo edifícios, expandindo o sistema de armazenamento da rede escolar, criou o ensino técnico agrícola e a Diretoria Geral de Instrução Pública, em substituição à Inspeção do Ensino. Deu continuidade à construção do Instituto Butantã, iniciou a construção do Hospital de Isolamento de Santos e deixou o estado com grande superávit financeiro.

No seu governo houve uma grande expansão do povoamento do oeste do estado com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sendo criados muitos municípios naquela região.

Depois disso, ainda foi senador estadual por três mandatos: de 1913 a 1916, de 1916 a 1922 e de 1922 a 1926.



Alcindo Guanabara

Nasceu em Magé, 19 de julho de 1865 — Rio de Janeiro, faleceu em 20 de agosto de 1918.

Foi um jornalista e político brasileiro, senador durante a República Velha (ou Primeira República).

Em 1886, fundou seu primeiro jornal, a Fanfarra, órgão acadêmico. Entre os colaboradores estava Olavo Bilac. Deixou o curso de Medicina no 3o ano. Aproximou-se, então, de José do Patrocínio, com uma apresentação de Marinho de Andrade, e foi admitido na Gazeta da Tarde. Ali encontrou como redatores Raul Pompéia e Luís Murat. Quando trabalhava na Gazeta da Tarde, após o pessoal do jornal deliberar, na ausência de José do Patrocínio e de Raul Pompéia, fazer greve, Alcindo prontificou-se fazer tudo sozinho. Meteu-se sozinho na redação, e a Gazeta rodou, naquela tarde, toda feita por ele. Logo depois Patrocínio lhe confiava a crônica política, que ele assinava com o pseudônimo de Aranha Minor. Nessa fase, foi um brilhante articulista em prol da Abolição.

O Partido Conservador atemorizava-se diante da força cada vez mais forte da campanha da Abolição, e sua facção escravocrata fundou o jornal Novidades, cujo n. 1 saiu em 25 de janeiro de 1887, sob a direção de Alcindo Guanabara. Estavam com ele Moreira Sampaio, Artur Azevedo e, pouco depois, Olavo Bilac. Publicava ali as suas “Teias de Aranha” (a seção assinada Aranha Minor, que trouxera da Gazeta da Tarde) e também as “Notas políticas”, assinadas Nestor, ambas quotidianas. Nesses artigos debatia as grandes questões do momento. Alcindo escrevia também trabalhos de outros gêneros, em crônicas assinadas com o pseudônimo Marcelo, críticas humorísticas assinadas por Diabo Coxo e contos e fantasias por Mefisto.

Feita a Abolição, passou a trabalhar no Diário do Comércio e fez a campanha da República no Correio do Povo. Com o novo regime, foi eleito para a Constituinte. Quando ocorreu a dissolução do Congresso com o golpe de estado de 1891, ele protestou contra o ato de Deodoro da Fonseca. Restabelecida a legalidade, permaneceu na Câmara até o final da legislatura (1891-1893). Em 1893, viajou para a Europa, feito superintendente geral de imigração. No ano seguinte, tomou assento na Câmara dos Deputados para a segunda legislatura republicana (1894-1896). Escreveu a História da República, editada primeiro nas colunas do Comércio de São Paulo e depois em livro.

Regressando ao Rio, fundou a Tribuna, órgão de oposição a Prudente de Moraes. No período de Campos Sales (1899-1902), Alcindo se tornou o grande jornalista da situação. Findo o quadriênio, publicou o longo e minucioso livro A presidência de Campos Sales. Fundou a Nação, onde desenvolveu a propaganda de um programa socialista. Colaborava em O Dia, onde publicou esplêndidas páginas literárias com o pseudônimo Pangloss.

Foi nomeado redator-chefe de O Paiz, e ali ficou até 1905. Na luta de Rui Barbosa contra Hermes da Fonseca, estava na Imprensa (jornal que ele fundou) fazendo a campanha do candidato de Pinheiro Machado. Foi o período menos feliz do notável jornalista.

Em 1918, foi eleito para o Senado, como representante do Estado do Rio, e tomava parte na Comissão dos Poderes. Mal iniciara o período dessa legislatura quando Alcindo Guanabara veio a falecer.

Obras

- Amor, romance (1886)
- *História da revolta de 6 de setembro de 1893* (1894)
- *A presidência Campos Sales 1898-1902* (1902)
- *A dor*, conferência (1905)
- *Jornal de Commercio A tradição*, discurso (1908)
- *Discursos fora da Câmara* (1911)
- *Pela infância abandonada e delinqüente no Distrito Federal* (1917).

Foi convidado para a última sessão preparatória da Academia Brasileira de Letras, em 28 de Janeiro de 1897, é o fundador da Cadeira número 19, que tem como patrono Joaquim Caetano.



Américo Brasiliense

Américo Brasiliense de Almeida Melo nasceu em São Paulo. Foi o terceiro governador do estado de São Paulo, de março a dezembro de 1891, e primeiro presidente do estado de São Paulo. Formou-se em direito pela Faculdade do Largo São Francisco na turma de 1855. Antes de exercer o cargo de governador do Estado já havia ocupado cargos públicos em diversas regiões do país. Foi também presidente das províncias da Paraíba e do Rio de Janeiro. Já em São Paulo, foi vereador (1881/1882) e deputado provincial (entre 1868 e 1889).

Nomeado terceiro governador de São Paulo, exerceu o cargo de 7 de março a 11 de Junho de 1891. Continuou no poder como primeiro presidente do Estado, em decorrência da Constituição de 1891, que estabeleceu o título de Presidente para o chefe do Executivo. Presidiu o Estado de 11 a 13 de junho e de 16 de junho a 15 de dezembro de 1891. Foi substituído, nas datas intermediárias, por Cerqueira César. Enfrentou um período de grandes conturbações em São Paulo. Coube a Américo Brasiliense promulgar a primeira Constituição do Estado. Abandonou o cargo antes de completar o mandato. Elaborou o primeiro projeto da Constituição federal de 1891.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no ano de 1896, quando ocupava o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. É homenageado dando seu nome ao município de Américo Brasiliense.



Antonio Bento

Antônio Bento de Sousa e Castro (São Paulo, 17 de fevereiro de 1843 — 8 de novembro de 1898) foi promotor público, juiz e abolicionista brasileiro.

Filho de Bento Joaquim de Sousa e Castro e D. Henriqueta Viana, nasceu na residência do casal na rua São José, (hoje rua Libero Badaró, centro velho da cidade de São Paulo).

Matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1864, formando-se em 1868. Foi promotor público das cidades de Botucatu e Limeira. Juiz na cidade de Atibaia, foi o responsável pela libertação dos escravos negros contrabandeados depois de 1831 para esta cidade.

Voltou a São Paulo em 1877, onde reorganizou a Confraria de Nossa Senhora dos Remédios e em 1880 conhece Luís Gama, negro e líder do movimento emancipador dos escravos na então Província de São Paulo.

Com a morte de Luís Gama em 24 de agosto de 1882, Antônio Bento assume a liderança do movimento abolicionista paulista. Dentre os membros deste movimento podemos citar Macedo Pimentel, Arcanjo Dias Baptista, cônego Guimarães Barroso, Hipólito da Silva, Carlos Garcia, Bueno de Andrada e Muniz de Sousa na Capital da província. No interior e na cidade litorânea de Santos tivemos o major Pinheiro, Santos Garraão e o negro Quintino de Lacerda. Trabalhavam até então no arbitramento das leis que garantiam a liberdade aos contrabandeados após a proibição inglesa e na propaganda abolicionista, principalmente nas lojas maçônicas. Antonio Bento pertenceu a Loja Piratininga, ainda existente. Organizou o movimento dos Caifazes, este movimento enviava emissários ao interior da Província de São Paulo, que por sua vez entravam em contato com os escravos das fazendas e lhe incentivavam a fuga e lhes garantiam recursos para as viagens e refúgios.

Após a fuga os negros eram acomodados nas casas de Antonio Bento e seus irmãos de ideais. Eram enviados ao quilombo Jabaquara em Santos e de Santos enviados para a Província do Ceará(que já havia decretado a liberdade aos seres humanos da raça negra).

Com o crescimento da consciência de igualdade racial, e cedendo às pressões populares a milícia passou a se recusar a perseguir os negros em fuga. Muitas cidades decretaram antes da Lei Áurea a libertação dos escravos negros. Com isto, Antônio Bento conseguiu que alguns senhores contratassem os negros fugitivos como trabalhadores livres e assalariados, dando início ao retorno destes de Santos.

A atividade dos Caifazes foi tão ativa que no livro da historiadora Maria Helena Petrillo Berardi ('Santo Amaro', 1969) encontramos a declaração de Afonso de Freitas de que em dez anos "não existiria mais escravos em São Paulo".



Aristides Lobo

Nasceu no dia 12 de fevereiro de 1838 e faleceu no ano de 1896. Era filho de Manuel Lobo de Miranda Henriques e D. Ana Noberta da Silveira, filha do Tenente Coronel Francisco José da Silveira, um dos mártires paraibanos da Revolução de 1817.

Passou a infância no Estado de Alagoas, onde estudou e iniciou a sua vida pública, sendo, por este motivo, considerado por alguns biógrafos, natural daquele Estado, equívoco desfeito por Oscar de Castro e Luiz Pinto, que afirmam, bem fundamentados, ser Aristides Lobo paraibano, nascido no Engenho Tabocas, município de Cruz do Espírito Santo. Bacharelou-se em Direito pela tradicional Escola do Recife.

Durante a Monarquia, foi Deputado Geral, de 1864 a 1870 e Promotor Público da Corte.

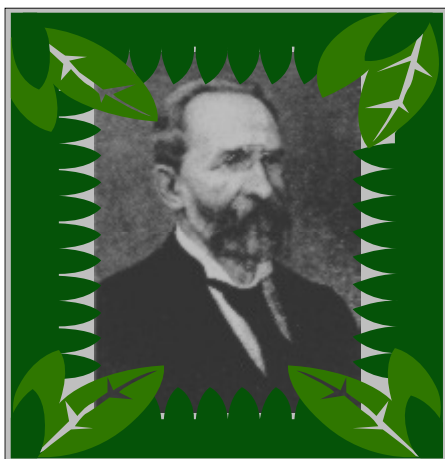
Foi Ministro, no Governo Provisório (1889/1890), Deputado à Constituinte, Senador Federal de 1892/1896. Deixou o Partido Liberal integrando-se ao Partido Republicano.

Dirigiu o jornal *A República*, fundado em 03 de dezembro de 1870 e empastelado, em 1873, no momento em que sua equipe festejava a *implantação* da República Espanhola.

No Governo Republicano, Aristides Lobo foi nomeado Ministro do Interior e Justiça, demitindo-se após desentendimentos com o Marechal Deodoro da Fonseca, por estar decepcionado com os rumos que a tão sonhada República

estava seguindo. Sendo ele um republicano histórico, político combativo e jornalista inteligente, acima de tudo, sincero e coerente com as suas idéias não aceitava os mesmos erros cometidos no Império e apresentados, agora, sob o nome de República.

Dirigiu os jornais: *A República*, *O Republicano*, *O Íris Acadêmico* e *O Diário Popular*, de São Paulo.



Azeredo Coutinho

José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho (Campos, 8 de novembro de 1742 — Lisboa, 12 de novembro de 1821) foi um sacerdote católico e escritor brasileiro.

Formado em Direito Canônico em 1775, foi nomeado bispo de Olinda em 1794, bispo-auxiliar de Bragança e Miranda em 1802 e de Elvas em 1806. Não chegou a exercer o cargo de Bispo de Beja, para o qual fora nomeado em 1817, dado que assumiu na data as funções de inquisidor-geral do reino, por nomeação de Dom João VI em 1818. Permaneceu no cargo até a extinção do Tribunal do Santo Ofício após a Revolução liberal de 1820, ano de sua morte.

Diz «Portugal como problema», volume V - A economia como Solução - Do mercantilismo à Ilustração (1625-1820) à página 233: «Após uma fase inicial da sua vida em que se dedicou a administrar os consideráveis bens da sua família, proprietária de engenhos de açúcar, cursou cânones na Universidade de Coimbra e ingressou na carreira eclesiástica.»

Quando bispo de Olinda fez parte da junta governativa da Capitania de Pernambuco. Nessa ocasião, em 1801 denunciou-se ao Governo Provisório por ele presidido a existência de um complô encabeçado pelos irmãos Suaçuna. Dois deles foram presos e tiveram seus bens sequestrados, mas o terceiro, que se encontrava em Lisboa, de onde se correspondera comprometedoramente com os dois outros, teve de fugir para a Inglaterra.

Escrevendo vinte anos depois do acontecimento, Dias Martins garante que a conjura tivera o objetivo de proclamar república em Pernambuco sob a proteção de Bonaparte, contatos que teriam sido mantidos pelo terceiro irmão, que só teriam escapados das consequências graças ao suborno das autoridades. Pelo que se supõe, os irmãos estavam à espera de um ataque espanhol ao reino, decorrente da aliança entre Paris e Madrid, criando-se um governo de defesa da capitania - um ensaio prematuro da fórmula de emancipação adotada depois na América hispânica. Entre 1801 e 1817, quando a família participou ativamente da sedição republicana, os Suaçuna readquiriram posições na milícia, colocaram seus filhos no Exército e até galgaram a administração régia, como sucedeu com José Francisco Cavalcanti de Albuquerque, que governou de 1806 a 1811 o Rio Grande do Norte.

Seu principal texto de caráter econômico é dedicado ao problema do comércio colonial, especialmente aplicado ao caso de sua pátria, o Brasil. Nele revela alguma ambiguidade de pensamento, segundo a página 233 de Portugal como problema abaixo citado, que seria «uma característica que igualmente se detecta em escritores nacionais e estrangeiros contemporâneos sempre que se discute a relação privilegiada de cada uma das metrópoles europeias com os seus impérios coloniais. Tal ambiguidade consiste no reconhecimento da necessidade de manutenção do velho sistema do pacto colonial- assente em privilégios e exclusivos atribuídos a

negociantes e instituições nacionais e em proibições de instalação de manufacturas nos domínios coloniais - ao mesmo tempo que se admite uma maior abertura deste espaço económico reservado, quer através do acolhimento à participação interessada de outras nações no tráfego colonial, quer sobretudo através do apoio às iniciativas de agentes económicos individuais.»

Segue o mesmo autor:

«Implicitamente, considerava Azeredo Coutinho que, para continuarem a beneficiar da protecção administrativa e militar, as colónias deveriam aceitar um sistema político de tácita subjugação. Mas para um autor nado e criado no Brasil, era inevitável algum entusiasmo moderado em favor de um maior grau de liberdade no funcionamento do espaço económico colonial, enaltecendo as virtudes de uma organização económica baseada no estímulo criado pela livre acção de interesses individuais.»

«Mantendo-se fiel à ideia de império, Azeredo Coutinho acreditava que era possível manter o estatuto colonial num quadro de maior autonomia económica e financeira. Neste contexto, critica severamente o sistema de organização do trabalho nas explorações mineiras, procurando sustentar a ideia de que as melhorias de funcionamento seriam, afinal, sobretudo benéficas para a economia da metrópole.

«O texto de Azeredo Coutinho atravessa um dos dilemas mais prementes de uma economia presa nas malhas do império colonial brasileiro. Por um lado conhece bem a importância do Brasil como sustentáculo do comércio

exterior português. Mas ao mesmo tempo também sabe que o desenvolvimento económico da colónia acarretaria o fim iminente do sistema colonial. Por estas razões, o Ensaio Económico oferece um testemunho notável sobre uma questão que ao longo dos séculos muito marcou o processo de desenvolvimento da economia portuguesa.»



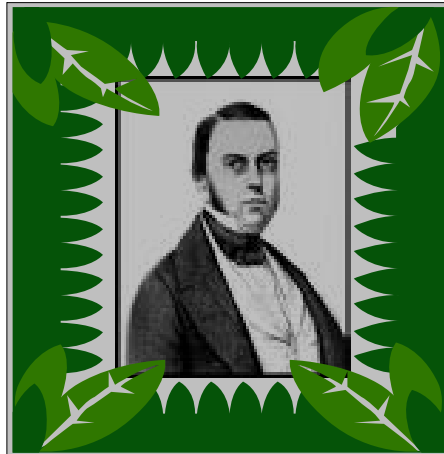
Barão de Itamaracá

Antônio Peregrino Maciel Monteiro, político, doutor em Medicina e bacharel em Letras e Ciências,. Nasceu no Recife, a 30-04-1804. Ingressou na política em 1833, elegendo-se deputado por várias legislaturas.

Em 1834, é deputado-geral. Em 1837, ocupa o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, dedicando-se à questão dos limites do território brasileiro com a Guiana Francesa.

Diretor dos Cursos jurídicos de Olinda, (1839) e presidente da Sociedade de Medicina de Pernambuco, em 1841, mesmo ano em que se torna conselheiro do imperador. Em 1853, torna-se diplomata e segue para Lisboa, Portugal, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil.

Morreu em Lisboa, a 05-01-1868. Deixou vários poemas publicados em revistas e jornais de sua época, além de traduções de poemas franceses.



Basílio da Gama

José Basílio da Gama, poeta, nasceu em São José do Rio das Mortes [depois São José del Rei, hoje Tiradentes], MG, em 22 de julho de 1740, e faleceu em Lisboa, Portugal, em 31 de julho de 1795. É o patrono da Cadeira n. 4 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Aluísio Azevedo.

Era filho de Manuel da Costa Vilas-Boas, fazendeiro abastado, e de Quitéria Inácia da Gama. A morte do pai, ocorrida na sua primeira infância, acarretou situação difícil, valendo nesse transe um protetor, o brigadeiro Alpoim, que o encaminhou no Rio de Janeiro e facilitou os seus estudos no colégio dos jesuítas, onde faria o noviciado para professar na Companhia de Jesus.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, os que não eram professos podiam voltar à vida secular, pela qual optou Basílio da Gama, que prosseguiu seus estudos, provavelmente no Seminário São José. Viajou depois pela Itália e Portugal, de 1760 a 67. Em Roma, foi recebido na Arcádia Romana sob o nome de Termino Sípilio, com a proteção dos jesuítas, que teriam emendado os versos acadêmicos do poeta principiante e sem nenhuma produção de vulto.

Em começos de 67 estava no Rio de Janeiro e assistia, em 8 de fevereiro, ao lançamento ao mar da nau Serpente, de que faz menção no Uruguai (Canto terceiro), na Ode II e no Soneto VI. Em 30 de junho de 1768, estava de viagem para Lisboa, a bordo da nau Senhora da Penha de França, com o objetivo de matricular-se na Universidade de Coimbra. Lá chegando, foi preso e condenado ao degredo para Angola, como

suspeito de ser partidário dos jesuítas. Do desterro a que estava sentenciado salvou-o o Epitalâmio que escreveu às núpcias de D. Maria Amália, filha de Pombal. Este simpatizou com o poeta, perdoou-o e, depois de lhe conceder carta de nobreza e fidalguia, deu-lhe o lugar de oficial da Secretaria do Reino. Basílio identificou-se, desde então, com a política pombalina. Para conciliar as graças de Pombal, compôs o *Uruguai*, publicado em 1769 na Régia Oficina Tipográfica, de Lisboa. A queda do protetor, em 1777, não lhe alterou a posição burocrática. Não aderiu à Viradeira nem se juntou ao grupo dos adúladores da véspera que, após a queda de Pombal, passaram a vilipendia-lo.

No fim da vida, foi admitido na Academia das Ciências de Lisboa e publicou o poema *Quitúbia* (1791) e, de permeio, traduções e alguns versos de circunstância.

O poema épico *Uruguai* trata da expedição mista de portugueses e espanhóis contra as missões jesuíticas do Rio Grande, para executar as cláusulas do Tratado de Madri, em 1756. Tinha também o intuito de descrever o conflito entre o ordenamento racional da Europa e o primitivismo do índio. Basílio mostra simpatia pelo índio vencido enquanto transfere o ataque aos jesuítas. Desenvolve o poema em dois planos complementares: o dos versos e o das notas, que nele são parte integrante e explicativa da composição. As notas em prosa, paralelas aos versos, chamam a si a tarefa proposta de combater os jesuítas e exaltar Pombal.

Obras:

“Epitalâmio às núpcias da Sra. D. Maria Amália” e Uruguai (1769); A declamação trágica (1772), poema dedicado às belas artes; Os Campos Elíseos (1776), Quitúbia, (1791); e outros poemas. As suas poesias conhecidas foram reunidas por José Veríssimo nas Obras poéticas de José Basílio da Gama, edição comemorativa do bicentenário do poeta.



Benjamin Constant

Benjamin Constant Botelho personagem marcante da história de nosso país, nasceu em 18 de outubro de 1836, no Porto do Meyer, freguesia de São Lourenço, Niterói/RJ. Abolicionista, líder da insurreição republicana e “fundador da República Brasileira”, influenciou grandes alterações políticas e sociais no Brasil do final do século XIX.

Em 1852 ingressou no Exército; matriculou-se na Escola Militar em 1853, foi aluno do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro e apresentava também vocação acentuada pela matemática. Foi professor, astrônomo, doutor em matemática e ciências físicas, militar e seguidor do pensamento positivista de Augusto Comte.

Em 1854 iniciou sua carreira no magistério como explicador de matemática elementar para os alunos da Escola Militar. Enquanto lecionava nesta Escola, levou à jovem oficialidade o pensamento republicano e os ideais positivistas, tendo sido transformado em mito no meio militar da época.

Em plena efervescência do final do Segundo Império, funda o Clube Militar, vindo posteriormente a presidi-lo. Foi também professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, do Colégio Pedro II e da Escola Superior de Guerra. Na carreira militar, após a proclamação da República, chegou ao posto de General de Brigada.

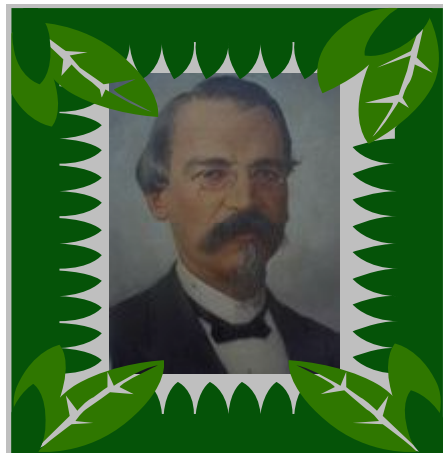
Esteve na Guerra do Paraguai onde se distinguiu pelo otimismo e bravura. Sendo obrigado a afastar-se devido a febre palustre, que o atacara, retornou ao Brasil.

Fundou a Escola Normal Superior, foi promovido a Major em 1855 e a Tenente em 1888; nesse mesmo ano recebeu a patente de Coronel. Em 15 de Novembro de 1889 colocou-se diante das tropas que participaram da derrubada do Império. Proclamada a República, passa a integrar seu primeiro governo como Ministro da Guerra, ocupando também, interinamente, a pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Em 1890, criada a Pasta da Instrução Pública, foi nomeado Diretor. Foi ele quem criou na Bandeira Brasileira a divisa “Ordem e Progresso”. Havendo desentendimento entre Deodoro e o Ministro, Benjamin acabou por deixar a política. Suas principais obras: *Memórias sobre a Teoria das Quantidades Negativas* e *Relatório sobre a Organização do Ensino dos Cegos*. Exemplo de grande idealista, não conseguiu adaptar-se à política. Manteve-se firme nas suas opiniões e jamais deixou de defender seus ideais.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães morreu em extrema pobreza, na data de 22 de janeiro de 1891, em Jurujuba, Niterói. Seu féretro foi colocado sobre a mesa onde foram lavrados os primeiros atos do governo provisório. Serviram-lhe de manto fúnebre as bandeiras que suas filhas haviam bordado para as escolas militares, as primeiras bandeiras da república, onde já se lia as palavras “Ordem e Progresso”

Fontes: Ibcnet.org.br e E-biografias.net



Benjamin Sodré

BENJAMIN SODRÉ: O “VELHO LOBO”

10 DE ABRIL DE 1892 = 1 DE FEVEREIRO DE 1982

A revista “O Tico-Tico”, que no passado foi a principal publicação infantil deste país, abrigou, em 1922, uma coluna de ESCOTISMO, na qual, sob o pseudônimo de “VELHO LOBO”, o nosso Benjamin Sodré dava sua importante contribuição para a formação moral da juventude brasileira. Logo, ele também publicou o “Guia do Escoteiro”, destinado a orientar os escoteiros para tarefas úteis e proveitosas em sua caminhada evolutiva, fato reconhecido, na época, por personalidades marcantes tais como Coelho Neto, Rui Barbosa e Olavo Bilac.

O nosso patrono, com efeito, mostrou-se merecedor de inúmeras homenagens, pela importância das missões desempenhadas com zelo e competência inexcedíveis. No livro de sua filha, Dora Sodré, há 62 títulos de condecorações obtidas por seu pai entre 1932 e 1982, outorgados por várias Escolas, Lojas Maçônicas, Prefeituras, Câmaras Municipais, Associações, Clubes, Academias, Ministérios e pela Presidência da República. A Universidade Gama Filho prestou-lhe homenagem, dando seu nome a belíssimo Parque Desportivo.

Filiado à Loja “Regeneração Catarinense”, era conhecido como o “IMPOLUTO MAÇOM”, dadas suas qualidades de caráter e de coração. Foi eleito membro honorário e escolhido Deputado da Assembléia Legislativa do Grande Oriente do Brasil, chegando a exercer o cargo de Grão-Mestre.

Ocupou várias posições importantes na hierarquia naval, tendo-se destacado em combate e, ainda, durante um naufrágio, salvou bravamente dois colegas oficiais e um marinheiro, lutando contra as condições adversas do mar.

Preocupado com a formação moral de seus discípulos na Escola Naval, fez uma síntese, enumerando os conselhos que ficariam no Código de Honra do Aspirante, do qual destacamos: “Entusiasmo – Coragem – Moral. /Não temer o ridículo. /Enfrentar as dificuldades é o meio mais seguro de vencê-las. /A verdade padece mas não perece. /A própria Eternidade não pode reparar a perda de um minuto. /Não esconder os bons sentimentos, nem deixar de levar adiante as boas idéias, por mais que sinta o peso do riso e as críticas dos outros.”

Atleta, jogou pelo Botafogo de Futebol e Regatas e incentivou sobretudo o esporte náutico. Fundou, com seu irmão mais velho, Emmanuel, e alguns amigos, no quarto ano do Colégio Alfredo Gomes, o Carioca Football Club, que mais tarde se transformou no Departamento Infanto-juvenil do Botafogo e no próprio Botafogo Football Club.

Quando o Brasil estava em guerra contra os países do eixo, (Alemanha-Itália) foi encarregado de comandar o petroleiro Marajó, único da frota brasileira a transportar de Trinidad, nas Antilhas, o combustível necessário à nossa Esquadra. Apesar de ser presa cobiçada pelos submarinos inimigos, o Marajó foi levado a bom termo, cumprindo o nosso Benjamin Sodré a perigosa missão. Isto foi em 1940/41.

Com a vida ligada aos Escoteiros, à Marinha e à Natureza, e dotado de fina sensibilidade e misticismo, Benjamin Sodré deixou-nos um texto, inspirado por ocasião da celebração de uma missa rezada em 28 de setembro de 1948 na igreja da Boa Viagem (Niterói), pelo Bispo D. João da Mata:

Eis o texto:

“Há 12 anos eu sou o sineiro da Boa Viagem. Sineiro convicto, emocionado. Entretanto, todos sabem que não sou religioso. Se o Bispo fizesse alusão a isso, como eu responderia? Diria que faço tudo por Zi (apelido carinhoso da esposa), que tanto tem se dedicado à sua linda capelinha. É a ela que eu sirvo, trabalhando pela igreja. Mas, também, é verdade que venero as imagens no que elas simbolizam: a Virgem Maria representa a Bondade e o Amor Infinitos das Mães; minha mãe, minha esposa, minhas filhas. São Jorge, o padroeiro dos escoteiros, é o cavaleiro indômito, exemplo de fortes virtudes; São José, Santa Joana D’Arc... Jesus sintetiza a moral cristã, que eu sigo como moral, como seguiria as normas de Confúcio, Buda e todos os grandes filósofos moralistas pregadores. Os padres, sempre os olhei com simpatia e admiração; são homens que se sacrificaram por um ideal de fé, privando-se do que a vida tem de mais belo, por amor ao próximo. Por todos esses motivos, sou há 12 anos, com convicção, o sineiro da Boa Viagem. E não creio que alguém assista à Missa com maior emotividade do que a minha. Oh! O que aquela capelinha representa na minha vida!... Aquela igreja é muito nossa e, por ela, por amor a Zi, tudo farei.”

Benjamin Sodré era filho do General Lauro Sodré, o primeiro Governador do Estado do Pará, após a promulgação de sua Constituição política. Quando a família já estava residindo no Ceará, para onde o casal mudou devido a razões de saúde, a esposa de Lauro Sodré, D^a. Theodora Almeida Sodré, deu à luz a Benjamin Sodré, em 10 de abril de 1892. O pai de Benjamin foi também deputado estadual na Constituinte de 1891, três vezes senador pelo Pará e uma vez pelo Rio de Janeiro. Seu avô materno, coronel D'O de Almeida foi comandante do Forte de Óbidos em Belém.

Escritor e poeta, Benjamin Sodré legou-nos algumas páginas inspiradas, de puro lirismo... Este é um trecho do texto que chamaríamos de “Contemplando a manhã”:

“...Sem nos apercebermos, enquanto o espírito está suspenso na contemplação maravilhosa, quase as sombras foram afugentadas... Uma franja avermelhada coroa, agora, todo o Oriente. A mata despertou toda... Os trinos multiplicam-se, são incontáveis... O mar está azul. Nas ilhas, a vegetação vai tomando o colorido habitual... Surgem os primeiros rumores da vida humana... O sino da ilha bate, sonoro, cadenciando o sino da alvorada... Mais alguns segundos, o sol irrompe, prodigioso, pondo por todo o mar, em todas as árvores, uma faixa forte e viva de luz dourada... Vida!... Vida!... Tudo estréia em intensa vida, com o ressurgimento do Grande Fanal Criador!...”

SEBASTIÃO ANTONIO BASTOS DE CARVALHO

1º Vigilante

sbcnews@cruiser.com.br

(Apresentada durante a cerimônia comemorativa do primeiro aniversário da Loja)

Bento Gonçalves da Silva

Foi um militar e político brasileiro, um dos líderes da Revolução Farroupilha, que buscava a independência da província do Rio Grande do Sul do Império do Brasil.

Filho do alféres português Joaquim Gonçalves da Silva e de Perpetua da Costa Meirelles, filha de um rico fazendeiro riograndense, nasceu na Fazenda da Piedade, pertencente a família de sua mãe. Seus pais desejavam encaminhar o filho para a carreira eclesiástica. Muito cedo, contudo, demonstrou que sua vocação era outra ao engajar-se nas guerrilhas da primeira campanha cisplatina (1811-1812). Na segunda campanha cisplatina (1816-1821), seu prestígio como militar se confirmou.

Na Guerra da Cisplatina ou *Guerra del Brasil* contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, foi comandante de cavalaria na batalha de Sarandi (12 de outubro de 1825) e na Batalha do Ituizangó, também chamada de batalha do Passo do Rosário (20 de Fevereiro de 1827), cobrindo a retirada das tropas brasileiras. Nestas campanhas, conquistou o posto de coronel de guerrilhas.

Em 1829, pelos serviços prestados na campanha de 1825-1828 e que terminou com a independência do Uruguai, D. Pedro I nomeou Bento Gonçalves coronel de estado-maior, confiando-lhe o comando do 4º Regimento de Cavalaria de Linha e, em seguida, da fronteira meridional.

Em 1834, denunciado como rebelde e acusado de manter entendimentos secretos com Juan Antonio Lavalleja para no município de Rio Grande.

Quando da separação do Rio Grande do Sul, foi chamado à Corte. Defendeu-se perante o ministro da Guerra, foi absolvido e teve recepção triunfal no regresso à província. Os conservadores, no entanto, conseguiram a destituição de Bento Gonçalves do comando militar da Província do Rio Grande. Foi eleito deputado provincial em 1835 na 1ª legislatura. Em 20 de abril de 1835, em plena sessão de instalação da assembléia provincial, é acusado pelo presidente da província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, de articular a separação do Rio Grande do Sul do restante do Império.

A Revolução Farroupilha iniciou-se em 20 de Setembro de 1835. No dia 25 daquele mês, o chefe militar declarou respeitar o juramento que havia prestado *ao código sagrado, ao trono constitucional e à conservação da integridade do império*. Em princípio, portanto, o levante não era de caráter separatista mas se dirigia contra o presidente da Província e Comandante das Armas. Mesmo assim, o Império não poderia aceitar a destituição de seus delegados - fosse por golpe ou não. Iniciava-se a luta que se estenderia por dez anos.

Na sua ausência, após retumbante vitória na Batalha do Seival, a República Riograndense foi proclamada pelo general Antônio de Sousa Netto em 11 de setembro de 1836 .

Bento Gonçalves foi preso na Batalha do Fanfa (3 e 4 de outubro de 1836). Foi mandado para a Corte e depois foi encarcerado no Rio de Janeiro no Forte da Laje e depois transferido para a Bahia onde ficou preso no Forte do Mar. Mesmo preso, foi aclamado presidente em 6 de Novembro de 1836. Conseguiu, com auxílio da Maçonaria, evadir-se de modo

espetacular da prisão baiana em 10 de Setembro de 1837, poucos dias depois do início da Sabinada. De volta ao Rio Grande, aceitou o cargo e continuou a luta.

Intrigas internas, num grupo desgastado pela longa guerra, em 1844, induzem Onofre Pires a destratar Bento Gonçalves, chamando-o de assassino (pelo assassinato de Paulino da Fontoura) e ladrão (das aspirações do povo, referindo-se ao teor da Constituição). Bento então convoca Onofre para um duelo, que se realiza em 27 de fevereiro de 1844. Onofre, atingido no duelo, dias depois viria a falecer por complicações advindas do ferimento.

A República Rio-Grandense teve seu fim na Paz de Poncho Verde, em 1º de março de 1845. Luís Alves de Lima e Silva - o *Conde de Caxias* -, general vitorioso, assumiu a presidência da Província. D. Pedro II, por sua vez, em sua primeira viagem como imperador pelas províncias do Império, foi ao Rio Grande em dezembro de 1845. Ao jovem monarca de vinte anos de idade, apresentou-se Bento Gonçalves, com seu uniforme de coronel e revestido de todas as medalhas com que havia sido condecorado por D. Pedro I, pela atuação nas campanhas militares do Primeiro Reinado.

Após o fim da revolta, Bento Gonçalves retornou para as atividades do campo sem interessar-se mais por política, Morreu dois anos depois, acometido de pleurisia, deixando viúva Caetana Garcia e oito filhos. Seus restos mortais encontram-se sob monumento na Praça Tamandaré situada no município de Rio Grande.

Bento Gonçalves já foi retratado como personagem no cinema e na televisão, interpretado por Antônio Augusto Fagundes na minissérie “O Tempo e o Vento” (1985) e Werner Schünemann na minissérie “A Casa das Sete Mulheres” (2003).



Bernardino de Campos

Bernardino José de Campos Júnior, político brasileiro. Nasceu em 6 de setembro de 1841. Faleceu em 18 de janeiro de 1915 com 73 anos de idade. Foi o segundo e sexto presidente do governo do estado de São Paulo, de 23 de agosto de 1892 a 15 de abril de 1896 e de julho de 1902 a maio de 1904.

Acredita-se que foi iniciado na Maçonaria na Loja Amizade, de São Paulo.

Formou-se em direito em 1863, pela Faculdade do Largo de São Francisco. Foi jornalista e lutou pelo abolicionismo. Fundador do Partido Republicano Paulista (PRP), foi deputado provincial (1888 - 1889), chefe de polícia (1889 - 1890), deputado constituinte e deputado federal (1891 - 1892), presidindo a Câmara dos Deputados.

Em 1892 iniciou seu primeiro mandato enfrentando a Revolução federalista, enviando socorros para a cidade paranaense da Lapa, que se encontrava sitiada, e destacando forças para vários pontos do litoral.

Entre o primeiro e o segundo governo de São Paulo foi ministro da Fazenda (1896 - 1898) e senador da República. No segundo mandato, iniciado em 1902, desenvolveu um novo plano de saneamento do porto de Santos, pois novamente ocorria um surto de febre amarela. Inaugurou o Museu do Ipiranga e melhorou o abastecimento de água na capital.

Prosseguiu sua carreira política como senador estadual entre 1903 e 1915. Apoiou a campanha civilista pró Rui Barbosa para as eleições à Presidência da República. Recebeu o título de General Honorário do Exército Brasileiro. Faleceu em São Paulo no ano de 1915. Alguns anos depois seu filho, Carlos de Campos, também chefiou o executivo paulista.



Caldas Junior

Francisco Antonio Vieira Caldas Junior
(13.12.1867-9.4.1913)

Foi o fundador do jornal Correio do Povo, em 1º de outubro de 1895. O slogan do jornal era “O jornal de maior circulação e tiragem do Rio Grande do Sul”. Seu sogro Achilles Porto-Alegre também era jornalista. Foi também um dos fundadores da Academia Rio-Grandense de Letras.

Foi INICIADO MAÇOM na Loja “ORIENTAÇÃO”, de Porto Alegre(RS) no ano de 1893.... Elevado ao Gr. 33., e já com este grau foi ele um dos organizadores do CONGRESSO DE VENERÁVEIS de 1902, de Porto Alegre,... cercado de uma plêiade de jornalistas de escol, conseguiu construir o que ainda hoje permanece sólido sobre as bases por ele lançadas. É o CORREIO DO POVO que ainda hoje...



Campos Salles

Francisco Manoel Ferraz de Campos Salles - 4º
PRESIDENTE-MAÇOM(15.2.1841 - 26.8.1913)

Foi um advogado e político brasileiro, presidente da República entre 1898 e 1902.

...em 1863 surge o Ir.: Campos Salles como um dos fundadores da Loj. “7 de Setembro”, Cad. 149, de São Paulo. Em 26.6.1868 teve lugar a “regularização” da loja reerguida (Independência), e na respectiva ata encontramos a assinatura do Ir.: Campos Salles, Gr.:3..., eleito para a direção de seu querido Brasil, e em 15.11.1898 foi empossado na presidência da República,...



Cipriano Barata

As idéias liberais ganharam ímpeto a partir da presença e da atuação, no Recife, do político e jornalista baiano Cipriano José Barata de Almeida que retornava da Europa. Apesar de formado em medicina, pela Universidade de Coimbra, passou a maior parte de sua vida dedicado às atividades políticas.

Cipriano Barata era, segundo o historiador Amaro Quintas, (...) “irrequieto e combativo”. Constava inclusive que por repudiar traços de qualquer outra Metrópole, usava roupas feitas apenas com tecidos do Brasil. Era também conhecido como “homem de todas as revoluções” pois estivera na Conjuração Baiana de 1798 e na Revolução Pernambucana de 1817.

A partir de 1823 começara a publicar um periódico chamado Sentinela da Liberdade. Por meio da nascente imprensa - que veiculava críticas e propostas políticas incentivando e envaidecendo uns, preocupando e descontentando outros - Cipriano Barata hostilizava o Governo imperial. Utilizando um texto combativo e agressivo, posicionava-se a favor das idéias republicanas e da autonomia das províncias. Por essa razão foi detido na fortaleza de Brum, em Pernambuco, em 17 de novembro de 1823.

Preso, desagradando e inquietando a muitos, continuou opondo-se ao Governo escrevendo outro jornal, dando-lhe o nome de: “Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na fortaleza de Brum por ordem da força armada reunida.” Transferido, posteriormente, para o Rio de Janeiro acabaria passando por inúmeras fortalezas permanecendo detido até 1830.

Apelidado de “o homem de todas as revoluções”, por seu grande ativismo político.

Cipriano José Barata identificou-se com a ala mais radical da deputação da assembleia, Cipriano, figura exótica de um nativismo exaltado, estivera presente na conjuração de 1798 na Bahia, aderira ao movimento de 1817 em Pernambuco e participara das cortes de Lisboa em 1821, como deputado

brasileiro. Iniciou, em Recife, vindo da corte e impossibilitado de atingir a Bahia, dominada pelas tropas do General Madeira, a sua obra jornalística em 9 de abril de 1823. Nela denunciava as intenções de D. Pedro, a ameaça de recolonização e o perigo que pairava constantemente sobre a assembléia. Eleito deputado pela Bahia, negou-se a participar da constituinte, por vê-la “cercada de mais de sete mil baionetas, tropas formadas de grande número de nossos inimigos portugueses”, não podendo “discutir uma constituição liberal, e sustentar os sagrados direitos dos meus constituintes entre os estrondos de artilharia, e com espadas na garganta”. Afirmava isto em 7 de novembro de 1823, ou seja, antevendo, alguns dias antes, o violento fechamento da assembléia pelas tropas de D. Pedro I.

Apesar de suas idéias estarem mais radicalizadas do que as dos dirigentes políticos pernambucanos, Cipriano manifestava o sentimento geral da província. Esta recusou-se a sancionar o que foi considerado como um verdadeiro golpe de Estado, dizendo da “desconfiança não pequena em que se acham todos os habitantes desta província pelo extraordinário acontecimento que teve lugar nesta Corte, em o dia 12 de novembro do referido ano; receando, com grande inquietação, o restabelecimento do antigo e sempre detestável despotismo, a que estão dispostos a resistir corajosamente”.



Conde de Porto Alegre

Manoel Marques de Souza -"CONDE DE PORTO ALEGRE"-

(13.6.1804- 18.7.1875)

Foi um nobre e militar brasileiro

. Pertencia ao quadro da Loja "FIDELIDADE E FIRMEZA" de Porto Alegre (RS), e de cujo "Capítulo" era membro, isto no tempo em que esta oficina ainda estava na jurisdição do Grande Oriente Brasileiro, do Passeio, ... seu nome ...,aparece no "Quadro" dos SS.: GG.: II.: GG.: Gr.: 33.: do Supremo Conselho, incorporado ao GOB, em 1855, sob a rubrica "Membros EXTRANUMERÁRIOS".



Couto de Magalhães

José Vieira Couto de Magalhães

(1 de novembro de 1837 — 14 de setembro de 1898)

Foi um político, militar, escritor e folclorista brasileiro.

Iniciou os estudos no Seminário de Mariana. Estudou matemática na Academia Militar do Rio de Janeiro e frequentou o curso de Artilharia de Campanha em Londres. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1859, doutorando-se em direito em 1860.

Couto de Magalhães conhecia bem o interior do Brasil e foi o iniciador da navegação a vapor no Planalto Central. Foi conselheiro do Estado e deputado por Goiás e Mato Grosso. Foi presidente das províncias de Goiás, de 8 de janeiro de 1863 a 5 de abril de 1864, Pará, de 29 de julho de 1864 a 8 de maio de 1866, Mato Grosso, de 2 de fevereiro de 1867 a 13 de abril de 1868, e São Paulo, de 10 de junho a 16 de novembro de 1889, presidência que ocupava quando foi proclamada a república. Preso e enviado ao Rio de Janeiro, foi liberado em reconhecimento da sua enorme cultura e ações em prol do desbravamento dos sertões brasileiros.

Homem inteligente, falava francês, inglês, alemão, italiano, tupi e numerosos dialetos indígenas. Foi quem iniciou os estudos folclóricos no Brasil, publicando *O selvagem* (1876) e *Ensaio de antropologia* (1894), entre outros.

Fundou em 1885 o primeiro observatório astronômico do estado de São Paulo, na sua chácara em Ponte Grande, às margens do rio Tietê.

É o patrono nas seguintes Academias de Letras.

- cadeira 31 Academia Tocantinense de Letras;
- cadeira 19 Academia Mato-grossense de Letras;
- cadeira 11 Academia Sul-Mato-Grossense de Letras.

Obras

- Viagem ao rio Araguaia (1863)
- O selvagem (1876)
- Ensaios de antropologia (1894)



David Canabarro

David José Martins, conhecido como David Canabarro.

1796 — 1867.

Foi um militar brasileiro.

Descendente de açorianos, é neto de José Martins Faleiros e dona Jacinta Rosa, naturais da Ilha Terceira. Instalados em Porto Alegre, aí lhes nascia o filho homem que seria José Martins Coelho. Dona Mariana Inácia de Jesus, natural da Ilha de Santa Catarina, que, com seus pais Manuel Teodósio Ferreira e dona Perpétua de Jesus, se instalaria em Bom Jesus do Triunfo pelo ano de 1778, aí conheceu o futuro marido, José Martins Coelho que com a família também para ali se havia transferido. Casados, mudaram-se logo para Taquari onde lhes nasceu, a 22 de agosto de 1796, o menino David José, no lugar denominado Pinheiros, uma légua além da freguesia-sede, em terrenos que adquirira José Martins Coelho.

Início da Carreira Militar

Campanhas contra Artigas

David José Martins - futuramente, David Canabarro - iniciou sua vida de militar na campanha de 1811-1812 - contra Artigas. Para essa campanha deveria seguir o irmão mais velho, Silvério, já então com 18 anos. Entretanto, auxiliar precioso do pai nas lides campeiras, iria fazer muita falta. E Davi, contando quinze anos de idade, reconhecendo o fato, solicitou ao pai licença para seguir em lugar do irmão.

Patriota como todo estancieiro do Rio Grande do Sul daqueles tempos (e até hoje), José Martins Coelho não vacilou, e se apresentou às forças do nobre Dom Diogo de Sousa, conde de Rio Pardo. Terminada a campanha, promovido a alferes, regressa ao lar, mas em seguida volta para combater Artigas (1816/1820).

Guerra da Cisplatina

Anos mais tarde vemo-lo tenente das forças de Bento Gonçalves da Silva na Guerra da Cisplatina de 1825-1828, que culminou com o tratado de paz de agosto de 1828 e a independência do Uruguai. Lá, teve papel preponderante na batalha de Rincón de las Gallinas, salvando o exército brasileiro de completo desbarato (24 de Setembro de 1825), o que lhe valeu os galões de tenente efetivo do Exército Nacional. Na 21 Brigada de Cavalaria Ligeira comandada por Bento Gonçalves da Silva, ainda na Guerra da Cisplatina, assistiu à indecisa batalha do Passo do Rosário, obrando prodígios de valor e de audácia. Cessada a guerra, volta ao lar, à vida do campo, mas desta vez associado ao tio Antônio Ferreira Canabarro, na estância fronteiriça de Santana do Livramento. Tornou-se aí, por insistência do tio, David Canabarro.

Na Guerra dos Farrapos

Na Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, inicialmente conservou-se indiferente aos acontecimentos políticos. Tendo a ela se juntado tardiamente. Rapidamente galgou postos, assumiu o comando em junho de 1843, quando o antigo chefe, Bento Gonçalves da Silva, para evitar a cisão entre os republicanos, desligou-se do comando e passou a servir sob as ordens do próprio Canabarro.

Como chefe dos revoltosos, aceitou a anistia oferecida pelo governo em 18 de dezembro de 1844, através do Duque de Caxias, chamado *O pacificador*. Enquanto as negociações prosseguiam, Canabarro recebeu uma proposta de Juan Manuel de Rosas, governante argentino, que pretendia ampliar a fronteiras de seu país. Em troca da colaboração farroupilha, ele receberia ajuda argentina para continuar a batalha contra o império. Canabarro respondeu através de carta, onde afirmava sua fidelidade ao país, mesmo que este fosse monarquista e ele republicano.

Encerradas as negociações em 25 de fevereiro de 1845, ficou estabelecido que os republicanos indicariam o próximo presidente da província, o governo imperial responderia pela dívida pública do governo republicano, os oficiais do exército rebelde que desejassem passariam ao exército imperial com os mesmos postos e os prisioneiros farroupilhas seriam anistiados.

Representações na cultura

Davi Canabarro já foi retratado como personagem no cinema e na televisão, interpretado por Milton Mattos no filme "Netto Perde Sua Alma" (2001), Oscar Simch na minissérie "A Casa das Sete Mulheres" (2003),



Diogo Feijó

Padre (maçom) **Diogo Antonio Feijó** (Batizado a 17.8.1784) -10.11.1843)

Foi um sacerdote católico e estadista brasileiro.
Considerado um dos fundadores do Partido Liberal.

Loja “Amizade” ? - Sim, porque Feijó foi em 1833 iniciado por esta Loja, onde chegou a alcançar o Gr.:18:, e não até 33.: como erroneamente em S.Paulo se costuma divulgar. Só chegou a “Rosa Cruz” e ao cargo de 2º. Vigilante de sua loja-mãe, porque os seus constantes afazeres políticos não lhe deram tempo para dedicar-se a maçonaria.



Domingos Martins

Domingos Jozé Martins, político brasileiro. Nasceu em Sítio Caxangá, Marataízes, Espírito Santo em 9 de maio de 1781. Faleceu em Campo da Pólvora, Hoje Campos dos Mártires em 12 de junho de 1817 com 36 anos de idade, fuzilamento. Líder da Revolução Pernambucana de 1817. Ao ser morto exclamou: vinde executar as ordens de vosso sultão; eu morro pela liberdade. Venerável da Loja 'Pernambuco do Oriente', de Recife.

Wikipédia

Mãe: Joana Luíza de Santa Clara Martins.

Pai: Joaquim José Martins, militar brasileiro. Capitão de milícias.

Seu pai, capitão, comandava o “Quartel”, quase em frente à Ilha das Andorinhas, ao sul de Marataízes, ali localizado para fiscalizar e impedir o desembarque clandestino de africanos. Depois de dar baixa da carreira militar, passou a exercer atividade comercial em casa assobradada na antiga rua das Flores.

Iniciou os estudos primários na Capital do Estado Espírito Santo, completando sua formação, posteriormente, em Portugal, seguindo para Londres, onde se empregou na firma portuguesa Dourado Dias & Carvalho, chegando a condição de sócio do mesmo estabelecimento comercial.

Na Revolução de 1817, emergiu de maneira brilhante e singular. Pelas próprias circunstâncias de sua vida, era homem dono de grande capacidade de resolução. Os que na época trataram com ele, pintam-no amigo do mandar e do gastar, ambicioso e afável. Maçom, fizera em Londres amizades nos ambientes liberais e um de seus amigos mais próximos foi o general Miranda, que lutara na guerra da Independência dos Estados Unidos, vindo da França com as tropas de Dumouriez. Miranda participara também de uma tentativa de emancipação da

Colômbia em 1805, sufocada pelos espanhóis, e seu sonho somente se concretizou com Simón Bolívar, ao mesmo tempo em que ele morria no cárcere, na Espanha.

Foi um observador inteligente que percebe a evolução das idéias liberais na Europa e bem compreendeu as aspirações particularistas latino-americanas. Pernambuco deveria ser para ele um capítulo glorioso de todo esse grande processo.

Derrotado foi preso e enviado a Bahia, sendo Fuzilado.

Domingos Martins é uma cidade na região serrana do Espírito Santo, colonizada por alemães e é referência ao herói capixaba.



Euzébio de Queiroz

Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, magistrado e político brasileiro. Nasceu em São Paulo de Luanda em 1812. Faleceu em Rio de Janeiro em 7 de maio de 1868 com 55 anos de idade. Foi ministro da Justiça, 1848-1852, defendendo veementemente a integridade territorial do País. Autor de uma das mais importantes leis do império, a Lei Eusébio de Queirós, que reprimia o tráfico negreiro e estabelecia sua posterior extinção, o que ocorreu finalmente em 1850. Maçom grau 33.'..

Consta como iniciado aos tempos do Conde de Lajes. Aparece em 1854 como componente do Supremo Conselho de Montezuma, depois de sua incorporação ao Grande Oriente do Brasil.

Pai: Eusébio de Queirós Coutinho da Silva, magistrado brasileiro e português. Nasceu em 25 de março de 1781 em Luanda. Faleceu em 5 de setembro de 1842 no Rio de Janeiro com 61 anos de idade. Ouvidor-geral da comarca de Angola.

Sua família estabeleceu-se no Brasil quando tinha apenas três anos de idade. Graduou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1832. Seu pai viria a ser ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Brasil.

Na política seu primeiro cargo eletivo de importância foi o de deputado geral (1842), em que permaneceu por cinco legislaturas.

Eusébio de Queirós foi também senador (1854) e membro do Conselho de Estado (1855). Foi avô de Eusébio Matoso, empreendedor da capital paulista.



Eduardo Wandenkolk

Eduardo Wandenkolk - (29.6.1838 - 2.10.1902)

...que nos registros da Loja “5 de Abril” de Santos (SP) constava o seguinte:”... Em julho de 1902 foi concedido o título de Membro Honorário ao Ir.: Eduardo Wandenkolk pelos relevantes serviços que ele vinha prestando a IIr. da Loja...

Foi um militar da Marinha do Brasil e político brasileiro.



Evaristo da Veiga

Evaristo Ferreira da Veiga e Barros.

8 de outubro de 1799 — 12 de maio de 1837.

Foi um poeta, jornalista, político e livreiro brasileiro.

Infância e adolescência

Filho de um português mestre-escola, Francisco Luís Saturnino Veiga, chegado ao Brasil aos 13 anos, soldado miliciano na paróquia de Santa Rita, no Rio de Janeiro, depois nomeado professor régio de primeiras letras na freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho. Passou a professor na rua do Ouvidor, onde abriu uma loja. Andou por Vila Rica em 1788 e 1789, deve ter conhecido alguns dos inconfidentes, pois recopiou as *Cartas Chilenas* de Tomás Antônio Gonzaga, publicadas meio século mais tarde por seu neto Luís Francisco da Veiga. Casou com uma brasileira, D. Francisca Xavier de Barros, nascendo três filhos, dos quais Evaristo foi o segundo. Teve grande influência sobre seus filhos, sobretudo Evaristo, ótimo estudante que no Rio de Janeiro de D. João VI aprendeu francês, latim, inglês, cursou aulas de retórica e poética e estudou filosofia. Neste período adquiriu interesse por jornalismo ao visitar as oficinas da Impressão Régia, nos porões do palácio do conde da Barca.

Quando concluiu os estudos, o pai já abrira uma livraria na rua da Alfândega e os livros que trazia da Europa tinham em Evaristo o primeiro leitor, o mais curioso. Seu projeto frustrado de partir para a Universidade de Coimbra encontrou compensação na livraria do pai.

Poeta

Autor da letra do “Hino à Independência”, cuja música se deve a D. Pedro I. Conta entre os precursores do Romantismo no Brasil.

Em suas poesias mais antigas se sente a influência da escola arcádica e sobretudo de Bocage. Datam de 1811, tinha 12 anos. Um ano depois, em 1812, celebra os desastres militares dos franceses em Portugal. Aos 14 anos era um poeta português que refletia no Brasil com atraso de 20 anos o movimento da Nova Arcádia em que haviam excedido Bocage, José Agostinho de Macedo, Curvo Semedo.

Em 1817 era súdito fiel de D. João VI, um luso no Rio de Janeiro: o malogro da revolução de Pernambuco o encheu de alegria. Seus versos cantaram o casamento de D. Pedro com D. Leopoldina, os anos de S. Majestade em 13 de maio de 1819, o aniversário da aclamação do rei. Diversas poesias são dedicadas a amigos, uma característica que se manterá: primou sempre nele o sentimento da amizade. Aos vinte anos começaram a aparecer Marílias, Nises, Lílias, Isbelas mas seus sonetos, cantigas e madrigais continuam arcádicos - com ligeira influência dos mineiros.

Em 1821, porém, vivia-se no Rio de Janeiro «o ano do constitucionalismo português», como afirma Oliveira Lima em *O Movimento da Independência*. Ninguém podia ficar indiferente. O elemento conservador, receoso de desordens, alimentava esperança de que a chegada das novas instituições não importaria em ruptura com Portugal, pois haveria uma monarquia dual, servindo a coroa como união. Era o pensamento de Evaristo da Veiga, ilusão de que participaram muitos brasileiros. Não tardaram os constitucionalistas de Portugal a demonstrar sua incompreensão das coisas do Brasil e foram aparecendo as resoluções das Cortes que tinham como propósito estabelecer a antiga submissão colonial, embora de outra forma. Foi nesse instante que nele despertou o patriota: um soneto em 17 de outubro de 1821 é intitulado *O Brasil*. Outro, de fevereiro de 1822, já estigmatizava «a perfídia de Portugal».

Daí em diante vibrou com o movimento que se espalhava pelo país. Em 16 de agosto de 1822, sem ser figura saliente em nenhum acontecimento, escreveu o *Hino Constitucional Brasiliense*, o célebre «Brava Gente Brasileira / longe vá temor servil», etc. Compôs sete hinos, no total, entoados por milhares de bocas. O «Brava Gente» recebeu duas músicas, uma do maestro Marcos Portugal, outra do próprio Príncipe Regente D. Pedro! E como Evaristo era tímido e o príncipe notoriamente melômano, logo se lhe atribuiu a letra... Só mais tarde, em 1833, Evaristo reivindicaria a letra (os originais estão na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional).

O ato da aclamação do imperador lhe inspirou três sonetos - e outros dedicou à Liberdade, à instalação da Assembléia Constituinte, a lord Cochrane, à fuga do general Madeira. Mas teria papel obscuro e modesto nos sucessos da Independência. Seu nacionalismo era novo, faltava-lhe paixão, e ademais não tinha posição social, era um rapaz modesto e avesso a turbulências que trabalhava no balcão da livraria do pai. Em 1821, porém, assina com pseudônimo «O Estudante Constitucional» uma réplica a panfleto anônimo contra o Brasil, intitulado *Carta do Compadre de Belém*, impresso em Portugal.

Cedo deixou de ser um espectador desenganado da ação do imperador. 1823 era o ano da instalação da Constituinte e o de sua dissolução por um golpe de força. Em 30 de maio ele já fala no «despotismo mascarado»... Deixou de fazer sonetos, fez hinos. Ainda publicaria em 1823 *Despedida de Alcino a sua Amada*, pois Alcino foi seu nome poético. Mas era poeta bastante medíocre e disso teve convicção antes de que outros lhe dissessem. Sua atividade poética foi esmorecendo, subindo apenas em 1827, ano em que se casou. Sua vocação, logo descobriria estar na política, no serviço público, na imprensa, no parlamento.

Jornalista

Em 21 de dezembro de 1827 surgiu o primeiro número de seu próprio jornal, logo famoso, o A Aurora Fluminense, que exerceu importante papel na política do Primeiro Reinado por suas tendências antilusófilas.

Os fundadores foram um jovem brasileiro cedo falecido, José Apolinário de Moraes, o médico francês José Francisco Sigaud e Francisco Crispiano Valdetaro. Evaristo resolveu associar-se e passou em pouco tempo de colaborador a redator principal e finalmente único. Assinava seus artigos apenas como Evaristo da Veiga.

A imprensa do Rio de Janeiro era então detestável, pasquineira. A Gazeta do Brasil era favorável ao governo, órgão ministerial, defendendo o Gabinete de 15 de janeiro de 1827, e quem enviava seus artigos, como depois se descobriria, era Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, oficial do Gabinete Imperial, íntimo e detestável amigo de D. Pedro I. A Gazeta chamava A Aurora Fluminense de fedorenta sentina da demagogia e do jacobinismo, a Astréa de João Clemente Vieira Souto de insolente e demagógica, O Universal de Ouro Preto, de inspiração de Bernardo Pereira de Vasconcelos, de jacobino e anárquico.

Os fundadores de A Aurora Fluminense queriam linguagem imparcial, guiada pela razão e virtude, e havia para servir à liberdade constitucional um Evaristo da Veiga, imbuído de leituras francesas e inglesas, com o sonho de ver adotadas as instituições que seus autores prediletos preconizavam como indispensáveis à grandeza das nações. Uma quadrinha de versos pífios, composta por D. Pedro I, foi seu lema:

Pelo Brasil dar a vida / Manter a Constituição / Sustentar a Independência / É a nossa obrigação.

Livreiro

Morreu sua mãe em 1823 e o pai, que desejava casar-se de novo, escrupuloso e exato como era, entregou aos filhos a parte que lhes tocava na herança materna. Evaristo e João Pedro, seu irmão, abriram então uma livraria. Era empreendimento lucrativo. O país se europeizava e os livros e jornais eram os agentes dessa europeização. Em 1821 no Diário do Rio de Janeiro havia anúncios de oito lojas de livros. Datam de outubro de 1823 os primeiros anúncios da loja de Evaristo («João Pedro da Veiga & Comp»), 14 dias antes de D. Pedro I dissolver a Assembléia.

Leu tudo que vendia, formou seu pensamento, fixou-se na posição da monarquia constitucional, pois a república lhe parecia um exagero e era moderado por temperamento. Vendendo livros e fazendo cada vez menos versos passou os anos até 1827, quando, economicamente independente, se separou do irmão e estabeleceu livraria própria ao comprar a livraria e tipografia de João Batista Bompard na rua dos Pescadores nº 49.

Em 1827 casou-se com D. Ideltrudes Maria d'Ascensão, começando nova vida.

E foi seu programa o devotamento ao país, o respeito pela sua liberdade, a manutenção de sua Constituição. Os seus temas, no jornal, foram a liberdade constitucional, o sistema representativo, a liberdade de imprensa. Por isso deu apoio ao Gabinete de 20 de novembro de 1827. Mas havia assuntos de momento em que tocou, como o descalabro da instrução, a questão do crédito público. Combatia a indiferença em matéria política, sobretudo, *a mais funesta de todas as enfermidades morais*. Havia a mesma pregação em outros jornais liberais (o Farol, O Astro, de Minas, a Astréia), combatidos pelos jornais *corcundas*. Batia-se pela abolição dos morgados, extinção da Intendência de Polícia, da Fisicatura, do Desembargo,

da Mesa da Consciência e da Ordem, instituições obsoletas. A oposição dos ministérios excluía escrupulosamente a pessoa do monarca, a quem tratava com deferência e até louvava. Ainda não desesperançados do imperador, os liberais queriam estimulá-lo. *O imperador, porém, é que parecia ir-se distanciando do herói brasileiro que fora em 1822 e voltar-se mais para Portugal do que para o Brasil*, comenta Octavio Tarquinio de Sousa. A separação entre a corrente nativista liberal e o imperador aumentou sempre, a sessão parlamentar de 1829 seria da maior agitação, o governo sempre acusado. A *Aurora* era o mais autorizado reduto da oposição governamental, e sua popularidade - e a de Evaristo - crescia sempre.

Quando do atentado ao jornalista Luís Augusto May, redator da *A Malagueta*, órgão liberal, repetição do que fora vítima em 1823, sem temor a que lhe sucedesse o mesmo, Evaristo condenou-o energicamente e continuou impassível em suas campanhas. Estavam do seu lado a *Astréa*, a *Luz Brasileira* - e do lado ministerial, o *Diário Fluminense*, *O Analista*, o *Courrier du Brésil*, o *Jornal do Commercio*. A federação era moda, havia gente que queria ir até a República. De seu lado não viriam provocações, pois em artigo de 9 de dezembro de 1829 escreveu:

Nada de jacobinismos de qualquer cor que ele seja. Nada de excessos. A linha está traçada - é a da Constituição. Tornar prática a Constituição que existe sobre o papel deve ser o esforço dos liberais.

Político

Em 1830 foi eleito deputado por Minas Gerais, tendo sido reeleito até morrer. Era nome conhecido no Brasil inteiro. Deputado, continuou jornalista e foi sempre livreiro.

Aproximava-se de Bernardo Pereira de Vasconcelos, pela coincidência da posição ideológica. Na nova Câmara abundavam adeptos do liberalismo e para formar a opinião liberal do Brasil ninguém concorrera mais que Evaristo, que jamais assinara um artigo sequer, e a Aurora Fluminense, que em 1830 fora aumentada para seis páginas. Sem nunca ter saído do Rio de Janeiro, recebeu seu mandato de deputado por Minas Gerais, substituindo Raimundo José da Cunha Matos, que optara pela cadeira de Goiás. Em seu mandato tentou pôr as instituições monárquicas a serviço do grande problema brasileiro - a unidade do vasto país. Cumpria cuidar dos interesses mais vitais do povo, fomentar a indústria, sanear zonas quase inabitáveis, difundir a instrução. Batia-se pelo estreitamento das relações com as demais nações americanas, desconfiando das da Europa. Sempre assíduo, queria que os assuntos fossem discutidos com calma, nas Comissões, longe do tumulto do plenário. Opunha-se às liberalidades à custa do Tesouro: «Devemos desgostar antes aos afilhados do que à nação», dizia. Falava pouco, sem retórica, indo direto ao assunto sem divagações. Tinha qualidades raras como deputado: senso de proporções, espírito objetivo, modéstia patriótica.

Quando, trabalhado por intrigantes, D. Pedro I demitiu inopinadamente Barbacena da Fazenda, com os desenvolvimentos que se conhecem, os mais otimistas se foram

convencendo de que o Brasil nunca seria um país livre com semelhante imperador. Precisamente nesse clima caiu como um raio a notícia da revolução de julho de 1830 na França, derrubando Carlos X, e recrudescer a campanha na imprensa em favor das idéias liberais. Surgiu no Rio o jornal *O Repúblico*, e nenhum teria papel mais ativo para desencadear a crise. Pregava-se abertamente a federação, querendo mesmo a *Nova Luz* uma 'federação democrática'. Evaristo combatia-os e ao mesmo tempo os órgãos absolutistas: o *Imparcial*, o *Diário Fluminense*, o *Moderador*, em posição difícil de equidistância. Mas a agitação popular se alastrava. D. Pedro, mal aconselhado, resolveu ir a Minas Gerais, onde foi friamente recebido. Diz Octávio Tarquínio de Sousa que «já se apagara da imaginação popular a figura romântica do príncipe que fora o melhor instrumento da Independência.»

Evaristo enfrentou com destemor os dias de atentados que precederam o Sete de Abril. Foi ele o autor da representação enérgica de 17 de março de 1831 na chácara da Flora, propriedade do padre José Custódio Dias, um verdadeiro ultimato ao imperador. P. Pedro I, que chefiava em Portugal a campanha constitucionalista, se foi no Brasil distanciando de suas atitudes liberais de 1822 e a ele se foram chegando cada vez mais os portugueses aqui residentes, sendo então abandonado pelos próprios elementos moderados da política brasileira. Já estavam conspirando Evaristo, Odorico Mendes, Nicolau de Campos Vergueiro e esforçando-se por conseguir a adesão da tropa. «O dia 6 de abril seria de fato a verdadeira data revolucionária em que se verificaria a insurreição da tropa e do povo no Campo de Santana; a 7 de abril apenas se completaria a vitória liberal com a abdicação do monarca.»

Evaristo anuiu ao golpe quando se esgotaram as possibilidades de uma solução menos violenta, como ele próprio declarou num discurso em 12 de maio de 1832 na Câmara. Aderiu para evitar a anarquia, o desmembramento, a desunião das províncias. Evaristo correu ao Senado para dar forma legal à nova situação por meio da reunião extraordinária que elegeu a Regência provisória (o marquês de Caravelas, Nicolau de Campos Vergueiro, o brigadeiro Francisco de Lima e Silva). Coube-lhe redigir a proclamação, e o documento, nobre, nacionalizava a independência e pedia não macular a vitória com excessos. Terminava: «Do dia 7 de abril de 1831 começou a nossa existência nacional; o Brasil será dos brasileiros, e livre!»

Aberta a Câmara a 3 de maio, Evaristo foi escolhido para a Comissão de criação da Guarda Nacional, a ‘força cidadã’, como ele chamava, que teria o importante papel de manter a ordem em todo o período regencial. Elegeu-se a 17 de junho de 1831 a primeira Regência permanente, sendo escolhidos Francisco de Lima e Silva, Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, este representando o Norte. Evaristo teve imenso papel na elaboração da lei que a regulou.

A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional

Ao mesmo tempo, empenhou-se pela criação de um outro instrumento de ordem, de disciplina social, de orientação política, que foi a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, instalada no Rio de Janeiro a 19 de maio de 1831. Inspirava-se em sua congênere paulista e teve por iniciador Antônio Borges da Fonseca, o redator de O Repúblico. Evaristo se tornou seu adepto mais fervoroso e de 1831 a 1835 a Aurora Fluminense, a tribuna da Câmara e a Sociedade se tornaram seu centro de ação diária.

Foi instrumento de ação dos moderados, e se disse, com algum exagero, que 'governou o Brasil pelo espaço de quatro anos'. Abreu Lima em *História do Brasil* acha que «foi em realidade outro Estado no Estado, porque sua influência era a que predominava no gabinete e nas Câmaras; e sua ação, mais poderosa que a do governo, se estendia por todos os ângulos do Império.» O grande elemento de ação da 'Defensora' foram as representações à Câmara, ao governo, publicadas nos jornais do partido moderado desde 1º de junho de 1831.

Evaristo vinculou-se também a diversas outras sociedades e agremiações, animando-as, procurando colocá-las sob sua orientação política. Foi um dos fundadores da Sociedade de Instrução Elementar, da Sociedade Amante da Instrução, da Sociedade Filomática do Rio de Janeiro. Sua luta foi incansável, em época propícia aos excessos, pois não era o simplista que acredita no milagre das leis. Joaquim Nabuco dele dirá, em *Um Estadista do Império*, que quis exercer no Brasil a ditadura de sua opinião - uma opinião lúcida, desinteressada, de bom senso, serenidade e medida de proporções.

Os Andradas haviam-se logo alistado entre os descontentes, Evaristo se tornou alvo de ataques e calúnias. Em julho de 1831 era profunda a divisão dos liberais. Nomeado Feijó para a Justiça, recebeu todo o apoio de Evaristo, na Câmara e pela *Aurora Fluminense* mas havia grandes embaraços ao governo com a indisciplina militar, a separação entre exaltados e moderados. Evaristo era já, por consenso, o chefe do partido moderado. Formigavam apodos: 'Farroupilhas' e 'jurujubas' seriam os exaltados, 'chimangos' ou 'chapéus redondos' os moderados, 'caramurus' os restauradores. Era moço, tinha 32 anos. A *Malagueta* o achava feio e menoscabava sua profissão de livreiro.

A partir de 1832 os restauradores pareciam mais perigosos do que os exaltados, o *Carijó* e o *Caramuru* iniciaram ofensiva contra o governo. Uma grave crise foi a campanha de Feijó para destituir José Bonifácio da tutoria dos filhos do imperador, cujo desfecho se daria com o malogrado golpe de 30 de julho de 1832. Membro da comissão de resposta à Fala do Trono, Evaristo fez um de seus mais longos discursos, quase de improviso, eloquente. Serviu-se também da *Aurora Fluminense*, enquanto o *Carijó* obediente a Antônio Carlos o chamava de «sanefa da Pátria, sabugo versicolor da Aurora». Em julho, a Câmara aprovou a destituição de José Bonifácio de seu posto como tutor, muito comprometido com o facciosismo dos irmãos, mas o Senado não, e Feijó pediu demissão. Os moderados já viam D. Pedro I de novo sentado no trono... Ficou decidido o golpe de Estado tramado na chácara do Padre José Custódio Dias, mas Evaristo não teve nenhuma iniciativa, nenhum entusiasmo, não deu seu assentimento nem adesão formal - instava, entretanto, por uma ‘medida salvadora’ e demonstrou sua solidariedade completa, irrestrita a Feijó. Malgrado o golpe, Feijó e outros ministros saíram do governo e a Regência continuou - o bastão de líder escapou de suas mãos. No novo ministério organizado a 3 de agosto de 1832 não havia amigos seus. O *Carijó* chegou a escrever: “Evaristo está morto”.

A reforma constitucional e a eleição de Feijó

A 30 de julho de 1832 a *Aurora Fluminense* publicou: “Evaristo é o mesmo homem, deputado livre, jornalista defensor da ordem pública e homem da classe industriosa, vivendo do seu trabalho. Nunca aspirou nem procurou o poder.” A 13 de setembro, Evaristo exultava com o novo ministério

com Vergueiro e Honório Hermeto, e neste tinha Feijó um substituto... Voltavam ao poder os moderados e do malogro do golpe de 30 de julho resultaria a vitória do ideal que o alimentara: houve acordo para reforma constitucional que foi consubstanciada na lei de 12 de outubro de 1832. A Câmara cedeu, cedeu o Senado, o Poder Moderador foi mantido, a vitaliciedade do Senado, não prevaleceu o cunho federalista que a Câmara desejava mas o Conselho de Estado foi abolido. Sofreu um atentado em sua livraria mesmo, a 8 de novembro de 1832. Recebeu mais de mil visitantes, desde os regentes, ministros de Estado, senadores, ao povo miúdo. Atentado de um pobre sapateiro a mando de um certo coronel Ornelas, amigo de José Bonifácio. Evaristo confessou suspeitar mais do Sr. Martim Francisco, “cuja alma rancorosa todos conhecem”. O certo é que os jornais restauradores, particularmente o *Caramuru*, tinham seu quinhão de culpa na formação do ambiente de ódios. Em 1833 recrudesciu a campanha da imprensa, empenhada nas eleições para a legislatura 1834-1837 pois a Câmara tinha poderes para realizar a reforma constitucional. Reapareceram jornais antigos como o *Brasileiro*, e o *Nacional*, surgiram novos como o *Independente*, o *Sete de Abril*, das simpatias de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Mas os moderados já não tinham o prestígio anterior, a campanha *caramuru* causara impressão - exceto na zona rural. Eram os chamados ‘eleitores do campo’.

Todo o ano 1833 se consumiu na expectativa do retorno do duque de Bragança... Evaristo, convencido de que a trama restauradora era sério perigo, combateu-a, usando a Defensora, e chefiou mesmo a campanha que impediu a volta de D. Pedro, sob qualquer título, e clamava pela suspensão de José Bonifácio do lugar de tutor como ‘centro e instrumento dos facciosos’. Com sua queda, passou o momento de maior tensão, tudo prometia melhorar.

A 14 de junho de 1833 entrou em discussão o projeto de reforma da Constituição. Discutiu-se inicialmente a quem competia, e a opinião de Evaristo - a competência era da Câmara - foi aprovada por enorme maioria. Depois de Bernardo Pereira de Vasconcelos, seu autor, ninguém mais do que Evaristo estudou o projeto. Declarou inicialmente que, por seu voto, não se tocaria na Constituição - mas cedia à opinião geral, às aspirações autonomistas das províncias, sem esquecer os interesses superiores da unidade nacional. Foi voto vencido na questão da temporariedade da função de Regente pois a Câmara mostrou-se mais liberal que ele, Limpo de Abreu, Paula Araújo e Vasconcelos e quase estabeleceu no Brasil uma verdadeira república provisória.

A facilidade com que se votou a reforma tinha explicação no temor à volta de D. Pedro I. Quando o ex-imperador morreu em 24 de setembro (a notícia chegou ao Rio em dezembro de 1834), a desagregação dos moderados se processou com rapidez pois nunca houve coesão partidária. Evaristo o julgou com serenidade: “não foi um príncipe de ordinária medida, existia nele o germe de grandes qualidades, que defeitos lamentáveis e uma viciosa educação sufocaram em parte. (...) Se existimos como corpo de nação livre, se a nossa terra não foi retalhada em pequenas repúblicas inimigas, onde só dominasse a anarquia e o espírito militar, devemos-lo muito à resolução que tomou de ficar entre nós, de soltar o primeiro grito de nossa Independência.”

A situação política do Brasil dava sinais de persistência de divisão e indisciplina. No Rio Grande do Sul começara a guerra que ia durar dez anos, havia relutação no Pará. A grande questão era a escolha do Regente único,

de acordo com o Ato Adicional. O candidato de Evaristo foi Feijó, pois dele não via os defeitos e o que temia era a desordem, a anarquia, que prometia a candidatura Holanda Cavalcanti, tido como arrebatado e frenético. Fez a campanha com as mesmas agrúrias anteriores, destemido, sereno, até que a 7 de abril de 1835 votaram em todo o Brasil os eleitores, que eram seis mil, cada um com direito a sufragar dois nomes. Com as dificuldades de comunicação, os resultados chegaram morosamente - feita a apuração final a 9 de outubro, Feijó ficou em primeiro lugar (2.826 votos), Holanda Cavalcanti em segundo (2.251). Com maioria na Câmara, o «partido holandês» tentaria ainda fazer de D. Januária regente, mas nada conseguiu.

O fim da *Aurora Fluminense*

A eleição de Feijó foi a última demonstração do prestígio de Evaristo da Veiga. Estava afastado de Bernardo Pereira de Vasconcelos, de Honório Hermeto, de Rodrigues Torres, era combatido pelos caramurus e ainda teve a amargura de desavir-se com Feijó, regente único - por culpa sua, pensavam todos.

Em 30 de dezembro de 1835 saiu o último número de seu jornal, com oito anos de existência. Recolhia-se a uma vida que desejava tranquila, com as três filhas e a mulher. Mas não se retirou da vida pública, pois em 1836 compareceu normalmente à Câmara. Depois decidiu fechar por uns tempos sua casa na rua dos Barbonos, hoje rua *Evaristo da Veiga*, e em novembro partiu para Campanha, onde vivia um irmão. Voltou ao Rio a 2 de maio de 1837. Visitou Feijó, foi para cama presa de violenta 'febre perniciosa', como diagnosticaram os médicos. Morreu a 12 de maio, repentinamente, aos 37 anos.

Apreciação

Contribuiu decisivamente para a defesa das instituições públicas, além de trabalhar para o desenvolvimento intelectual e artístico, estimulando jovens escritores.

Segundo Octávio Tarquínio de Sousa: «Sua influência nos acontecimentos políticos se fez sentir desde o aparecimento da *Aurora Fluminense* e ninguém mais do que ele concorreu para criar o ambiente liberal que caracterizaria os primeiros anos da Regência. (...) Evaristo não fez mais do que conformar-se com a revolução, aceitá-la como uma fatalidade.» Cai-xeiro sem ancestrais ilustres, gordo e deselegante, sem a ajuda de poderosos, sem dons de sedução, que nunca esteve em qualquer universidade, sem deixar o Rio, sem mencionar seu nome do jornal que escrevia, foi eleito e reeleito deputado, assumindo papel de guia e conselheiro- sem improvisação, sem imposturas. Foi jornalista, deputado, político, orientando a opinião do país porque tinha um espírito sério, probidade moral, sinceridade e, sobretudo, uma inteligência lúcida, desapego aos altos cargos, um grande desejo de servir e de ser útil.

Acadêmico

Membro do Instituto Histórico de França e da Arcádia de Roma. Patrono da cadeira nº 10 da Academia Brasileira de Letras, por escolha de seu fundador, Rui Barbosa.



Floriano Peixoto

Floriano Vieira Peixoto

30 de abril de 1839 — 29 de junho de 1895.

Foi um militar e político brasileiro. Primeiro vice-presidente e segundo presidente do Brasil, presidiu o Brasil de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894, no período da República Velha.

Nascido em Ipioca, distrito da cidade de Maceió (Alagoas) numa família pobre, foi criado pelo padrinho e tio, coronel José Vieira de Araújo Peixoto. *Floriano Vieira Peixoto* foi matriculado numa escola primária em Maceió (Alagoas) e aos dezesseis anos foi para o Rio de Janeiro, matriculado no Colégio São Pedro de Alcântara.

Assentado praça em 1857, ingressou na Escola Militar em 1861. Em 1863 recebeu a patente de primeiro-tenente, seguindo sua carreira militar. *Floriano* era formado em Ciências Físicas e Matemáticas.

Floriano ocupava posições inferiores no exército até a Guerra do Paraguai, quando chegou ao posto de tenente-coronel. Ingressou na política, como presidente da província de Mato Grosso, passando alguns anos como ajudante-geral do exército. Em 1889 assumiu a vice-presidência de Deodoro da Fonseca, e dois anos depois viria a assumir a presidência com a renúncia do marechal Deodoro.

Presidência da República

Seu governo teve grande oposição de setores conservadores, como a publicação do Manifesto dos 13 generais. O apelido de “*marechal de ferro*” era devido à sua atuação enérgica e ditatorial, pois agiu com determinação ao debelar as sucessivas rebeliões que marcaram os primeiros anos da república do Brasil. Entre estas, a Revolta da Armada no Rio de Janeiro, chefiada pelo almirante Saldanha da Gama, e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, ambas com apoio estrangeiro. A vitória de Floriano sobre essa segunda revolta gerou a ainda controversa mudança de nome da cidade de Nossa Senhora de Desterro, para Florianópolis (“*Cidade Floriana*”) em Santa Catarina.

Apesar da constituição versar no art. 4 novas eleições quando o presidente renunciasse antes de dois anos, *Floriano* permaneceu em seu cargo, alegando que a própria constituição abria uma exceção, ao determinar que a exigência só se aplicava a presidentes eleitos diretamente pelo povo, assumindo assim o papel de *consolidador da República*.

Entre o final de 1891 e 15 de novembro de 1894, o governo de *Floriano Peixoto* foi inconstitucional, pois estava a presidência da República sendo exercida pelo vice-presidente sem que tivessem acontecido novas eleições presidenciais, como exigia a constituição.

Início da ditadura

Marechal Floriano Peixoto

Consta que *Floriano Peixoto* lançou uma *ditadura de salvação nacional*. Seu governo era de orientação nacionalista e centralizadora. Demitiu todos os governadores que apoiaram Deodoro da Fonseca. Na chamada *Segunda Revolta da Armada* agiu de forma positiva e contundente vencendo-a de maneira implacável, ao contrário de Deodoro.

O período em que Floriano Peixoto governou não foi considerado exatamente uma ditadura, pelo fato de existirem partidos políticos mineiros e paulistas, por ocorrerem votações e por não ser um governo isolado.

A segunda Revolta da Armada

Aconteceu em 1893, desta vez contra o presidente, marechal *Floriano Peixoto*. Esta também foi chefiada pelo almirante Custódio de Melo, depois substituído pelo almirante Saldanha da Gama. *Floriano* não cedeu às ameaças; assim, o almirante ordena o bombardeio da capital brasileira. O movimento desencadeado pela marinha de guerra no Rio de Janeiro terminou em 1894, com a fuga dos revoltosos para Buenos Aires.

Marechal de Ferro

Floriano Peixoto, o *Marechal de Ferro*, em seus três anos de governo como vice-presidente, enfrentou a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, iniciada em fevereiro de 1893. Ao enfrentá-la, apoiou Júlio Prates de Castilhos.

Floriano Peixoto entregou o poder em 15 de novembro de 1894 a Prudente de Moraes, falecendo um ano depois, em sua fazenda.

Em seu governo determinou a reabertura do congresso e o controle sobre o preço dos gêneros alimentícios de 1ª necessidade e os aluguéis.

O culto à personalidade de Floriano – o florianismo – foi o precursor dos demais “ismos” da política do Brasil: o getulismo, o ademarismo, o janismo, o brizolismo e o malufismo, segundo a tradição política brasileira de reunir correntes políticas mais em torno de homens do que de idéias.

Representações na cultura

O **Marechal Floriano** já foi retratado como personagem no cinema e na televisão, interpretado por Cláudio Cavalcanti na minissérie “*República*” (1989) e Othon Bastos no filme “*Policarpo Quaresma, Herói do Brasil*” (1998). Também teve sua efígie impressa nas notas de Cr\$ 100 (cem cruzeiros) em circulação no Brasil entre 1970 e 1986.



Francisco Glicério

O Patrono da Loja FRANCISCO GLICÉRIO DE CERQUEIRA LEITE, nasceu em Campinas, Estado de São Paulo, a 15 de agosto de 1849, e faleceu no Rio de Janeiro, a 12 de abril de 1916.

Foi iniciado o maçom na Loja “Independência”, do Or\de Campinas, E pertenceu ao quarto da Loja Ordem II, do mesmo Or\

Exerceu o Grão Mestrado do Grande Oriente do Brasil de 1/2/1905, sendo o segundo paulista, depois de José Bonifácio de Andrada e Silva, a ocupar esse cargo. Pelo decreto nº292, de seis de abril de 1905, foi distinguido com o título de Grão Mestre Honorário “adivitam”, do grande Oriente do Brasil.

Republicano e abolicionista, Francisco Glicério foi o companheiro de Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant e Ruy Barbosa, na jornada de quinze de novembro de 1889. Campos Salles estava em São Paulo, donde só deveria chegar no dia 17. Curiosa e difícil de apreender a figura de Glicério. Rábula em Campinas, foi sempre o cabo dos cabos eleitorais, a maior força das urnas em seu Estado.

Campinas era a Meca da República. Ninho de Estadistas, ali moravam, ou lá se reuniam, os grandes personagens da futura república. Mas nem Prudente de Moraes, com a sua Austeridade, nem Bernadino de Campos, com sua audácia dinâmica, nem Campos Salles, com sua eloquência enfática, atrás da qual avia contudo, um grande senso das realidades, nem Jorge de Miranda, com o seu desapego às posições, que lhe dava entre os companheiros de propaganda republicana a limpidez de um diamante que desenha um engaste, nenhum deles pode jamais competir em popularidade, ante o povo, e em eficiência antes os companheiros, com o modesto leguleio do foro campineiro.

Ao tempo da propaganda Republicana era Glicério a grande figura de São Paulo. Outros os Excederiam sob vários aspectos, nem ninguém se lembraria de negá-lo. Mas, pelo conjunto de autoridade que só ele era capaz de consertar nas mãos, pelas rivalidades pessoais que delia, pela multiplicidade de amigos que aproximava, Glicério era a encarnação visível do partido Republicano Paulista. Vivendo para os outros, Glicério nunca soube viver para si. Escolhendo o fazer-se amar, qualidade negativa nas democracias, nunca soube fazer-se temer, talismã de vitória nos regimes populares. Paupérrimo sempre, da advocacia com que procurava ganhar o pão, o interdito proibitório contra qualquer aspiração. E o mais esforçado, o mais prestigioso, o mais eficaz dos propagandistas de São Paulo, teve de morrer com esta mágoa: nunca se lembraram dele para exercer o governo em sua terra.

Em 1888, quando agravava-se o Estado de saúde de Dom Pedro II, que estava na Europa, Francisco Glicério leu, num comício em Campinas um manifesto do Diretório de São Paulo, propondo que no caso da morte do imperador, o povo fosse convocado para dizer se queria o 3º Reinado, com a Princesa Isabel, ou um novo regime, repetindo o que já fizera a câmara Municipal de São Borja.

Francisco Glicério, um dos convencionais de Itú, chegara a conclusão que a Monarquia só cairia pela união de forças dos republicanos e dos militares, atitude essa que Quintino Bocaiuva discordava, por achar ser isso precipitação.

Em 1º de fevereiro de 1890, Francisco Glicério foi convidado pelo governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, para ocupar a pasta da agricultura. Gozando da estima pessoal de Floriano Peixoto, autodidata inteligente, sagaz, maneiroso, paciente, que subera abrir brilhantemente o próprio caminho, num meio de plutocratas rurais, como era São Paulo, Francisco Glicério tinha as virtudes precisas para dirigir, entre mil escolhos diários, a espécie de caravancará partidário que construía.

Glicério era o “general das Brigadas” (a representação parlamentar dos vinte Estados e do Distrito Federal), justificando, assim, pela primeira vez, os bordados de general honorário, que Governo Provisório lhe concedera, como aos seus outros ministros.

Como Ministro da Agricultura, Glicério opoz-se à concessão de garantias de juros para a construção do Porto das Torres, solicitada por um amigo íntimo de Deodoro. Como o Marechal insistisse, o Ministro pediu demissão, que não foi aceita.

O prestígio eleitoral de Glicério era tão forte, que em agosto de 1888, em pleno regime monárquico, o seu nome foi apresentado pelo Partido Republicano á uma vaga no senado, logrando a maior votação, ou seja, o dobro do seu opositor, não sendo porém o sido escolhido pelo seu Imperador.

Quando, em 1897 explodiu a revolta da Escola Militar do Rio de Janeiro, cujos oos cadetes navegavam-se a entregar as armas e munições ali guardadas, que seriam enviadas ao Rio Grande do Sul, onde se anunciavam novos movimentos dos Federalistas, J.J. Seabra propôs na Câmara dos deputados a formação de uma Comissão para se congratular com Prudente de Moraes. Glicério foi contra a proposta, que foi derrotada por 86 x 60 votos. Glicério, líder do Governo, dissera que se

opunha á moção porque a Escola Militar era o reduto das glórias republicanas. Prudente Rompeu com Glicério. Artur Rios renunciou á presidência da Câmara dos deputados. Glicério reuniu seus companheiros para a escolha do próximo candidato á Presidência da República, tendo sido escolhido o maçom Lauro Sodré, que disputou com Quintino Bocaiuva e Julio de Castilhos.

Chefiando os cadetes da Escola Militar, Lauro Sodré foi detido quando marchava contra o palácio do Governo, e levado preso incomunicável ao navio Deodoro. O Grande Oriente do Brasil solidarizou-se com Lauro Sodré, então seu Grão Mestre.

O Grão Mestre Adjunto, senador Sá Peixoto, governista, afastou-se do cargo, ficando o Grande Oriente acéfalo. Assumiu então o Primeiro Malhete da Ordem o senador Francisco Glicério, que empenhou-se na defesa de Lauro Sodré, no que foi bem sucedido.

Glicério era homem de grandes horizontes, e preocupado com o ensino – ele nunca pisará numa escola -, deu valioso apoio a miss Browe, que propunha a formação de uma Escola Modelo, ponto partida para a reforma do ensino, até então em moldes arcaicos. Essa escola foi realizada e se transformou na Escola Normal da Praça da República berço de tantos professores ilustres que tornaram o ensino paulista um dos melhores do País.

A figura de Francisco Glicério, no cenário nacional, popular que sustentou a nova República. A sua voz Autorizada evitou que Floriano Peixoto, que assumira a Presidência da República em substituição ao Marechal Deodoro, num momento de greve e Crise, estende-se a São Paulo as Medidas coercitivas utilizadas severamente em outros Estados.

Como maçom, Francisco Glicério ocupou vários cargos na Instituição, a qual se orgulhava de pertencer. Na nossa Loja temos um fac-símile de um recibo, Assinado por Francisco Glicério como Tesoureiro da loja “Independência”, para alforria de uma pretinha escrava, como era comum fazerem as Lojas Maçônicas, assim aplicando o seu Tronco de Beneficência.

Francisco Glicério foi sogro de Herculano de Freitas, ministro da Justiça no período republicano, e muito ligado a Santo Amaro, onde Glicério passou diversas vezes, em suas incansáveis andanças.

Escolhendo o nome de Francisco Glicério para seu patrono, como já o fizera outra Loja maçônica que existiu em Santo Amaro, na década de 20 – a Loja “General Glicério” -, esta Loja procurou homenagear a memória de um dos mais ilustres patriotas republicanos.



Francisco Montezuma

Francisco Gê Acayaba de Montezuma, advogado, jurista e político brasileiro. Nasceu em Salvador, Bahia em 23 de março de 1794. Faleceu em 15 de fevereiro de 1870 com 75 anos de idade. Formado em leis pela Universidade de Coimbra. Figura controversa do Império Brasileiro. Iniciado na Maçonaria na Europa, onde obteve o grau 33.º. Dos Países Baixos trouxe a “Patente” que o autorizava a fundar o Supremo Conselho do Ritual Escocês Antigo e Aceito no Brasil. Exilado do Brasil por Dom Pedro I em 1823.

Pai: Manuel Gomes Brandão.

Mãe: Narcisa Teresa de Jesus Barreto.

Segundo PROBER, Kurt, História do Supremo Conselho do Grau 33 do Brasil, Vol. 1, 1832 a 1927, Kosmos, Rio de Janeiro, 1981, página 25, “... autorização dada a Montezuma pelo Supremo Conselho dos Países Baixos (depois Bélgica) para fundar um Supremo Conselho no Brasil, e aqui o repito categoricamente, NÃO ERA NENHUMA CARTA CONSTITUTIVA DE SUPREMO CONSELHO, documento este que nunca existiu...” – seguem muitos outros detalhes sórdidos das tramóias desta controversa figura, tanto no Império como na Maçonaria do Brasil.

De família mestiça, mas dotada de boa renda. Era desejo do pai fazê-lo padre, de forma que ingressou no seminário franciscano, em 1808. Apesar desta vontade paterna, rumou em 1816 para Portugal, ingressando na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde se formou em 1821.

Retornando para a Bahia, torna-se ardoroso defensor da sua independência. Ao lado de Francisco Corte Imperial funda o jornal “O Constitucional”, que passa a ser o porta-voz dos interesses dos baianos face ao partido dito “português”. Quando a situação na capital torna-se insustentável para os brasileiros, toma parte ativa nas lutas pela Independência da Bahia - grande orador que era - junto ao Governo Provisório que então se formara na vila de Cachoeira.

Como prêmio por sua participação nas lutas, o Imperador D. Pedro I concede-lhe o título de Barão de Cachoeira, recusando este, porém aceitando ser agraciado comendador da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Foi casado com Mariana Angélica de Toledo Marcondes (em 7 de outubro de 1823, no Rio), mas enviuvou-se cedo, em 1836.

Um novo país, um novo nome.

Proclamada a Independência, abandona o nome de batismo, passando a chamar-se Francisco Gê Acaiaba de Montezuma - incorporando assim ao nome todos os elementos que formam a nação brasileira, e uma homenagem ao imperador asteca Montezuma (Gê, atualmente grafado com “J”, designa os índios brasileiros de família não-tupi-guarani; Acaiaba, palavra de origem africana).

Exílio e política

Montezuma logo ingressa na política, já em 1823 elege-se deputado, indo para a corte. Ali, exerce com seu verbo inflamado e talento reconhecido na oratória, ferrenha oposição ao Ministro da Guerra. Preso, é exilado na França - onde permanece por oito anos.

De volta ao Brasil, é eleito para a Assembléia Geral Constituinte de 1831, onde ocupa lugar de destaque. Ali, torna-se o primeiro deputado da história brasileira a lutar contra o tráfico negreiro, sendo, portanto um dos pioneiros do movimento abolicionista - idéia que defendia com ardor, mesmo que isto então fosse considerado ilegal.

Em 1837 é feito Ministro da Justiça e dos Estrangeiros (5º Gabinete - Regência Feijó), elegendo-se também deputado pela Bahia.

Ocupou, ainda, o cargo de “ministro plenipotenciário” (diplomata) junto ao Império Britânico. Em 1850 foi nomeado Conselheiro de Estado.

Em 1851 Montezuma elege-se Senador por seu estado natal.

Advocacia

Foi o fundador e primeiro Presidente do Instituto dos Advogados do Brasil, tendo ainda, em 1850, pugnado pela criação da Ordem dos Advogados do Brasil - sem sucesso justamente na Câmara dos Deputados, onde tinha assento...

Nobreza

Se havia recusado o baronato, aceitou, entretanto, o título de Visconde com Grandeza (Grande do Império). Assim, fez-se nobre com o decreto imperial de 2 de Dezembro de 1854.

Além da comenda já citada, foi Montezuma ainda comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e condecorado com a medalha da Guerra da Independência.

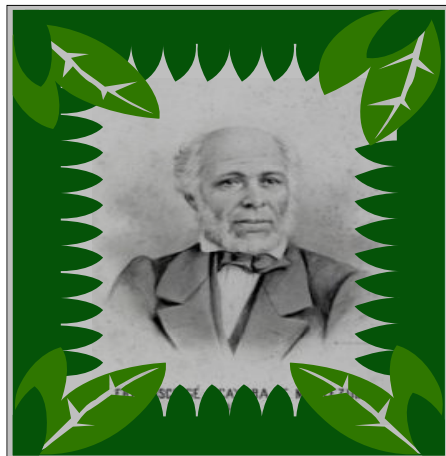
Atividades intelectuais

Montezuma foi um dos membros-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Deixou uma relativamente farta obra publicada, versando sobre economia, história, política e, claro, direito.

Depoimento

Polêmico e contraditório, Montezuma foi figura central durante o segundo reinado. Dele consignou o memorialista Américo Jacobina Lacombe:

- Misto de estadista e politiqueiro; de jurista e de chicanista; de cabotino e de homem de honra; de mestiço e de fidalgo; combatendo a aristocracia e pleiteando para seus filhos um lugar na nobreza; contradição viva, enfim, que deixou em seus contemporâneos uma impressão de versatilidade, de ceticismo, e de sarcasmo, curiosamente contrabalançados por uma vaidade surpreendente.”



Frei Caneca

Joaquim da Silva Rabelo, depois **frei Joaquim do Amor Divino Rabelo**, mas popularmente conhecido apenas como **frei Caneca** (Recife, 20 de agosto de 1779 — Recife, 13 de janeiro de 1825), foi um religioso e político brasileiro. Esteve implicado na Revolução Pernambucana (1817) e na Confederação do Equador (1824). Como jornalista, esteve à frente do *Typhis Pernambucano*.

A seu respeito, refere Evaldo Cabral de Melo: “*O homem que, na história do Brasil, encarnará por excelência o sentimento nativista era curiosamente um lusitano ‘jus sanguinis’*”

Filho primogênito de um tanoeiro português, Domingos da Silva Rabelo, e de sua esposa, Francisca Maria Alexandrina de Siqueira, incorporou ao nome o apelido que o pai ganhara por sua profissão: Caneca. A família residia em Fora-de-Portas, bairro edificado ao tempo dos Neerlandeses para o serviço do porto, de vocação artesanal e marcadamente portuguesa. A sua mãe tinha um primo carmelita, o que pode explicar que tenha-se tornado noviço do Carmo, e tomado o hábito em 1796, no Convento de Nossa Senhora do Carmo, onde professou no ano seguinte (1797).

Ordenou-se em 1801, com a necessária dispensa apostólica de idade pois tinha 22 anos, e passou a ser conhecido como Joaquim do Amor Divino. Criado o Seminário de Olinda, obteve autorização para cursar ali as disciplinas que a Ordem não lhe havia oferecido. Frequentava a biblioteca do Seminário e a dos Oratorianos, em Recife, formando a sua notável erudição.

Em 1803 foi nomeado professor de Retórica e Geometria de seu convento, onde lecionou posteriormente Filosofia racional e moral. A partir de certo momento, o “*seu interesse extrapolou os muros do claustro, como indica seu provimento na cadeira pública de geometria da comarca de Alagoas*”. Ali permaneceu pouco tempo, dada a perspectiva de nomeação para idêntica cadeira no Recife, a qual não se concretizou pela Revolução de 1817.

De idéias liberais, partilhava idéias republicanas e freqüentou a Academia do Paraíso, um dos centros de reunião daqueles que, influenciados pela Revolução Francesa e pela independência dos EUA, conspiravam contra o jugo português.

Movimento em Pernambuco e prisão na Bahia

Participou ativamente da chamada Revolução Pernambucana (1817), que proclamou uma República e organizou o primeiro governo independente na região. Não há referência a participação sua, diz Cabral de Mello, “*nos acontecimentos inaugurais da sedição de 6 de março, como a formação do governo provisório. Assim é que da relação dos eleitores que o escolheram, não consta seu nome. Sua presença só se detecta nas últimas semanas de existência do regime, ao acompanhar o exército republicano que marchava para o sul da província a enfrentar as tropas do conde dos Arcos, ocasião em que, segundo a acusação, teria exercido de capitão de guerrilhas.*”

Era conselheiro do exército republicano do sul, comandado pelo coronel Suassuna. Com a derrota do movimento, foi preso e enviado para Salvador, na Bahia. Ali passou quatro anos detido, dedicando-se à redação de uma gramática da língua portuguesa.

Retorno a Pernambuco

Libertado em 1821, no contexto do movimento constitucionalista em Portugal, Frei Caneca voltou a Pernambuco e retomou as atividades políticas. Durante a sua viagem, chegou a ser detido ainda na antiga cadeia de Campina Grande.

Em 1821 esteve implicado no chamado **movimento de Goiana**, uma segunda sedição emancipacionista que, com apoio dos principais proprietários da mata norte e algodoeira da província, proclamou adesão às Cortes de Lisboa. Um exército de milícias rurais e da tropa de primeira linha marchou contra o Recife, sem ocupar a cidade. Os goianistas tampouco conseguiram adesão substancial na mata sul. A “Convenção do Beberibe” consagrou em setembro o “*statu quo*”, prevendo que as juntas de Recife e de Goiana continuariam a atuar nas áreas sob seu controle, à espera de decisão das Cortes. Estas determinaram a eleição de uma Junta Provisória e foi instalado o primeiro governo autônomo da província em outubro de 1821.

A Junta Governativa de Gervásio

Frei Caneca apoiou a formação da primeira Junta Governativa de Pernambuco, presidida por um comerciante, Gervásio Pires Ferreira, que o nomeou para a cadeira pública de geometria da vila do Recife. Foi uma Junta muito recifense, em que o poder veio ao clero, às camadas urbanas, ao comércio, às Forças Armadas, às profissões liberais - as forças derrotadas em 1817. Gervásio foi a figura dominante de um governo que atuou para buscar o consenso, líder de um setor do comércio português já nacionalizado pela residência, pelo nascimento, por laços de família com a terra. E tinha pertencido ao governo do movimento de 1817, companheiro de Frei Caneca nas prisões da Bahia.

Em 1822 Frei Caneca, que apoiou com entusiasmo a Junta, redigiu a “*Dissertação sobre o que se deve entender por pátria do cidadão e deveres deste para com a mesma pátria*”. Queria dar formulação teórica a um dos principais objetivos de Gervásio, conciliar o comércio português da província com a nova ordem de coisas. Sua principal tese é a de que os portugueses domiciliados na terra e a ela ligados por vínculos de família e dos interesses deviam ser considerados tão pernambucanos quanto os naturais da terra.

O dilema era entretanto grande. Diz Evaldo Cabral de Mello, página 25 da obra citada: «As Cortes de Lisboa, por um lado, e a regência de d. Pedro, por outro, encarnavam, em termos das aspirações de 1817, opções igualmente legítimas, se bem que incompletas e contraditórias. Por um lado, o Soberano Congresso oferecia um regime liberal, sob uma monarquia constitucional, muito embora, a partir de fevereiro de 1822, ficasse claro no Brasil que elas cobriam o preço da não restauração pura e simples do monopólio comercial, que era impossível ressuscitar, mas de um sistema preferencial para o comércio e a navegação portugueses. Por sua vez, a regência do Rio prometia a liberdade de comércio e a Independência mas com a fatura previsível da construção de um regime autoritário baseado no centro-sul.»

O governo de Gervásio tentou ganhar tempo, à espera de uma conjuntura que lhe permitisse salvar ambas opções, sem descartar inteiramente a separação tanto de Lisboa quanto do Rio. (A Junta será anatemizada de Varnhagen a José Honório Rodrigues, acusada de carecer de sentimento nacional; sua defesa será feita por Barbosa Lima Sobrinho).

Sob a pressão de um motim castrense, a junta de Gervásio Pires Ferreira foi coagida a aderir à causa do Rio de Janeiro e terminou deposta por uma quartelada, formando-se um governo denominado «governo dos matutos», em outubro de 1822.

A Junta dos Matutos

Em 23 de setembro de 1822 foi eleita a chamada «Junta dos Matutos», que substituiu a Junta gervasiana. Seu governo se estenderia até dezembro de 1823. Era dominado por

representantes da grande propriedade territorial. Membros eleitos da Junta foram, como presidente, Afonso de Albuquerque Maranhão, como secretário José Mariano de Albuquerque, e como membros Francisco Pais Barreto, o morgado do Cabo; Francisco de Paula Gomes dos Santos, Manuel Inácio Bezerra de Melo, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e João Nepomuceno Carneiro da Cunha.

É ao tempo do governo dos Matutos que verdadeiramente frei Caneca ingressou na liça ideológica. Datam de então, diz Cabral de Mello, sua polêmica com José Fernandes Gama e seu sobrinho, o Desembargador Bernardo José da Gama, cabeças da conspiração que derrubara Gervásio, e as «*Cartas de Pítia a Damão*». Tendo ficado comprometidos na 'Pedrosada', tentativa frustrada de derrubar a Junta dos Matutos, os Gamas tentaram recuperar-se na corte e delataram o que chamavam facção republicana da província, elaborando uma lista de pessoas na qual figurava o frade.

Segundo a mesma obra, página 15: «Frei Caneca passou à oposição, sem combatê-la, porém, frontalmente, preferindo empenhar-se contra o grupo que, no Rio de Janeiro, pretendia ditar a sorte da província. Frei Caneca pronunciou mesmo a oração gratulatória por ocasião da cerimônia de ação de graças, na igreja do Corpo Santo, pela aclamação de Pedro I como imperador. Só a partir da constituição do governo de Manuel de Carvalho Pais de Andrade que, sete meses depois da posse proclamará a Confederação do Equador, há sinais de colaboração estreita do frade com o poder, mas ainda sob a forma de atividade jornalística e, esporadicamente, dando seu parecer sobre algumas das grandes decisões que deveria tomar o governo.»

A primeira de suas Cartas saiu a 17 de março de 1823, logo após a 'Pedrosada'. Eram publicadas no Correio do Rio de Janeiro, periódico de propriedade de João Soares Lisboa, que participaria da Confederação do Equador, morrendo em 30 de setembro de 1824, ferido em combate durante sua fuga pelo interior de Pernambuco ao lado de frei Caneca e seus demais companheiros.

Este Pedrosa, ou Pedro da Silva Pedroso, era o governador das armas da província que refez contra Pais Barreto a aliança que derrubara Gervásio, sem que se pudesse destitui-lo, pelo apoio recebido dos Gama, na corte.

Frei Caneca nunca combateu a Junta dos Matutos, composta de representantes da mata norte e sul da província, cujos interesses eram divergentes. Preferiu centrar fogo contra a facção pernambucana da Corte que endossava a política pessoal do imperador, seja sob José Bonifácio, seja sob seus sucessores.

Quanto à *Pedrosada*, a devassa instaurada pronunciou Pedrosa e Paula Gomes, membro do governo, e José Fernandes Gama, mas a proteção imperial fez com que nenhum fosse punido. Dividida e desmoralizada, a Junta dos Matutos arrastou uma triste resistência até dezembro de 1823 quando renunciou. Enfrentava de um lado a oposição dos antigos gervasistas reunidos ao redor do intendente da Marinha Manuel de Carvalho Pais de Andrade e de Cipriano Barata, que regressara das Cortes de Lisboa; do outro, as pressões do Rio de Janeiro, que exigia de Pernambuco as quantias mensais do tempo do rei e ainda mais dois milhões, equivalentes às remessas feitas para Portugal após a partida do rei.

A Confederação do Equador

Ver artigo principal: Confederação do Equador

É indispensável conhecer-se o contexto político e provincial das obras políticas de Frei Caneca, a situação em que viviam Pernambuco e as demais províncias, para entender o movimento que representou a Confederação do Equador - abafado sob 'o peso da tradição squarema na hisorografia brasileira da Independência', ou seja, o que Evaldo Cabral de Mello chama 'a historiografia da corte fluminense e dos seus epígonos na República' que reivindicam para as três grandes províncias do Sudeste o papel de construtores da nacionalidade. O ciclo revolucionário pernambucano não pode, é claro, ser considerado separatista - mas a presunção de separatismo foi consequência do hiato ocorrido entre o processo de emancipação no Sudeste e no Nordeste. No Rio, diz Cabral de Mello, 'a Independência começou como uma disputa entre absolutistas e liberais em torno da organização do Reino Unido e mesmo depois não se cogitou de separação de Portugal mas tão-somente de preservação dos *status* adquirido pelo Brasil no interior do Império lusitano. A situação era muito diferente no Nordeste, onde a Independência já começou com uma disputa entre colônia e metrópole, com a diferença de que esta última já não estava em Lisboa mas no Rio de Janeiro...

Em 1823 durante o movimento conhecido como 'Pedrosada', Frei Caneca redigiu «*O Caçador*» e as «*Cartas de Pítia a Damão*». Diz Cabral de Mello, página 29 da obra citada: «Na euforia que se seguiu à revolução liberal do Reino, as expectativas do comércio e da lavoura no tocante à redução da carga fiscal não eram menores do que no resto do Brasil.

Eram talvez maiores, de vez que com a instalação da corte em 1808 ela fora sobrecarregada de novos tributos destinados inclusive à iluminação pública do Rio, prontamente revogados pela junta de Gervásio. (...) O estado de falência a que ficara reduzido o Banco do Brasil com o regresso de d. João VI e a criação das juntas provinciais haviam limitado seriamente a ação da Corte, que só dispunha dos recursos da alfândega e da província do Rio, de vez que as demais províncias também negaceavam. Destarte, a adesão do Norte ao imperador era sobretudo uma questão de premente caráter financeiro, o café não proporcionando até os meados dos anos 30 a principal rubrica da receita fiscal, a qual devia provir, por conseguinte, do açúcar e do algodão, produtos predominantemente nortistas.»

Evaldo Cabral de Mello considera que seria mais apropriado, em vez de republicanismo pernambucano, considerar seu autonomismo. 'O projeto da revolução era antigo em Pernambuco', comentaria posteriormente o desembargador da Alçada que julgou o movimento. Havia «uma releitura da história provincial à luz da modernidade revolucionária representada pela filosofia política do século das luzes e da Revolução Francesa». Para Frei Caneca e o Partido Autonomista, escarmentados pelo fracasso republicano em 1817, «a autonomia provincial tinha prioridade sobre a forma de governo». Estariam prontos a entrarem num compromisso com o Rio, o qual, em troca da aceitação do regime monárquico, daria amplas franquias às províncias. Não haveria porque rejeitar a monarquia, desde que autenticamente constitucional e desde que preservasse as franquias. A leitura do jornal de Cipriano Barata, «*A Sentinela da Liberdade*», desmente as acusações de republicanismo.

Em 1824 Frei Caneca se tornou um dos conselheiros de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, opinando contra o reconhecimento de Francisco Pais Barreto, o morgado do Cabo, como presidente de Pernambuco. Opinou pela invasão de Alagoas, com vistas a debelar as forças contra-revolucionárias do morgado do Cabo; e contra o juramento da Constituição outorgada por D. Pedro I. Diz Evaldo Cabral de Mello que «frei Caneca subestimava os meios à disposição da Corte do Rio, superestimando, por outro lado, a vontade local de resistência ao despotismo fluminense (...)».

Tomou parte, com Cipriano Barata, como um dos líderes na Confederação do Equador, movimento republicano e separatista. Seus argumentos não se dirigiam contra o imperador mas contra o que considerava a derrapagem autoritária de José Bonifácio. Após o 7 de Setembro, «o acirramento da luta entre José Bonifácio e os liberais da Corte havia levado à censura da imprensa, com o fechamento de jornais e o atentado contra o diretor da *Malagueta*, e à prisão de mais de 300 indivíduos, os mesmos que se haviam batido pela Independência desde a partida de D. João VI». Havia outras razões de insatisfação: as exigências do erário fluminense, o projeto de Constituição divulgado pelo *Correio Braziliense* em setembro de 1822, a criação do batalhão de suíços, a fundação do Apostolado, a instituição da Imperial Ordem do Cruzeiro, vista como «o clube dos aristocratas servis».

O Typhis Pernambucano

Em 25 de dezembro de 1823 circulou o primeiro número do “*Typhis Pernambucano*”, jornal que seria a trincheira de frei Caneca até à liquidação da Confederação.

De sua leitura depreende-se que ainda considerava culpados da situação o partido português do Rio e o ministério que sucedera ao de José Bonifácio. A dissolução da Assembléia tomara Pernambuco de surpresa mas «de 2 de julho em diante a história da Confederação se tornou a narrativa de uma derrota». D. Pedro I suspendeu as garantias constitucionais na província, punindo-a territorialmente pois amputou a comarca do São Francisco que constituía a margem esquerda do rio São Francisco, hoje incorporada ao território da Bahia. O Recife foi submetido a bloqueio naval, desta vez pelo almirante Cochrane, que canhoneou a cidade. Pernambuco foi invadido pelo sul pelas tropas do brigadeiro Lima e Silva - a mata sul canavieira permaneceu indiferente - e a 12 de setembro de 1824 seus soldados ocuparam Recife.

Outra vez derrotado, refugiou-se com parte das tropas no interior, indo para o norte, rumo ao Ceará. Esteve no distrito, hoje município, de Abreu e Lima, de onde, pouco depois, fugiu para o Ceará. Nessa ocasião, escreveu o «*Itinerário*».

Prisão e fuzilamento

Foi detido no exercício de suas funções de Secretário das tropas sublevadas, da quais era também orientador espiritual, pelas tropas imperiais a 29 de novembro, sendo conduzido para o Recife.

Em 18 de Dezembro de 1824 ali foi instalada uma comissão militar sob a presidência do coronel Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias) para proceder ao seu julgamento sob a acusação do crime de sedição e rebelião

contra as imperiais ordens de sua Majestade Imperial. Com plenos poderes para julgar e condenar sumariamente, o acusado foi condenado à morte por enforcamento. O próprio condenado descreveu o seu julgamento:

“No dia 20 fui eu conduzido perante o assassino tribunal da comissão de que eram membros o general Francisco de Lima e Silva, presidente; juiz relator, Tomás Xavier Garcia de Almeida; e vogais, o coronel de engenharia Salvador José Maciel, o tenente-coronel de caçadores Francisco Vicente Souto; o coronel de caçadores Manuel Antônio Leitão Bandeira; o conde de Escragnoille, que foi o meu interrogante.” (“Itinerário”, in: *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Coleção Formadores do Brasil, 1994. p. 604.

Nos autos do processo Frei Caneca é indiciado como um dos chefes da rebelião, “escritor de papéis incendiários”, sendo os dois outros chefes, Agostinho Bezerra Cavalcanti, capitão de granadeiros e comandante do 4º Batalhão de Artilheiros Henriques, e Francisco de Souza Rangel, por ser do corpo de guerrilha e achado com os dois primeiros.

Ao todo foram executados onze confederados, dos quais três no Rio de Janeiro. O primeiro deles foi frei Caneca.

A 13 de janeiro de 1825, foi armado o espetáculo do enforcamento diante dos muros do Forte das Cinco Pontas. Despojado do hábito religioso, ou seja, «desautorado das ordens» na igreja do Terço, na forma dos sagrados cânones», ainda assim tendo três carrascos que se recusaram a enforcá-lo. A Comissão Militar ordenou seu arcabuzamento, («visto não poder ser enforcado pela desobediência dos carrascos»), atado a uma das hastes da forca, por um pelotão sob o comando do mesmo oficial. Seu corpo foi colocado junto a uma das portas do templo carmelita, no centro do Recife, sendo recolhido pelos religiosos e enterrado em local até hoje não identificado.

Quanto aos demais protagonistas, conta Evaldo Cabral de Mello que Manuel de Carvalho se refugiou a bordo de fragata inglesa, indo viver em Londres, de onde só retornará após a abdicação para reiniciar uma carreira política que o levará à presidência de Pernambuco e ao Senado do Império. O poeta Natividade Saldanha, secretário da Junta, se asilou na Venezuela e depois em Bogotá onde exerceu a advocacia e morreu em 1830.

Bibliografia

- BRANDÃO, Ulisses. *A confederação do Equador*. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1924.
- CANECA, frei Joaquim do Amor Divino. *Obras políticas e literárias de frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Organização de Antônio Joaquim de Melo. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 1972.
- CANECA, frei Joaquim do Amor Divino (1779-1825). Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello, Coleção Formadores do Brasil, 2001.
- LEMO, Brito. *A gloriosa sotaina do Primeiro Reinado*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.
- TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de 1817*. Recife: Goevrno do Estado de Pernambuco, 1969.

Curiosidades

- O muro contra o qual o religioso foi arcabuzado, continua de pé, vizinho ao Forte das Cinco Pontas. O local está marcado por um busto e por uma placa alusiva, colocada pelo Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco em 1917.
- A iconografia sobre Frei Caneca mais conhecida do público é o quadro *Execução de Frei Caneca*, de Murillo La Greca.
- O poeta e escritor João Cabral de Melo Neto descreveu, em versos, o último dia de Frei Caneca, em sua obra *O Auto do Frade*.
- Seu irmão, o historiador Evaldo Cabral de Mello, foi o organizador e redigiu a introdução, a qual intitulou «Frei Caneca ou a Outra Independência», ao livro «Frei Joaquim do Amor Divino Caneca», da Coleção Formadores do Brasil, Editora 34, Ltda, 2001.



Gomes Carneiro

Antônio Ernesto Gomes Carneiro, militar brasileiro. Nasceu em Serro, Minas Gerais, em 24 de novembro de 1846. Faleceu em Lapa, Paraná, em 9 de fevereiro de 1894, com 47 anos de idade, ferimento de combate. A pequena cidade da Lapa tinha dentro de suas trincheiras o Coronel Gomes Carneiro, uma energia, uma vontade, verdadeiramente isso, porque era sereno, confiante e justo. Não se desmanchou em violências de apavorado e soube tornar verdade a gasta frase grandiloquente: resistir até a morte. (Wikipédia)

Existem especulações que foi iniciado na Maçonaria na Loja Estrela do Ocidente, de Cuiabá, Mato Grosso.

Iniciou seus estudos na sua cidade natal, continuou no Seminário de Diamantina e depois em Curvelo. Fazia o curso de Humanidades no mosteiro dos Beneditinos, no Rio de Janeiro, quando alistou-se como soldado no primeiro Corpo de Voluntários da Pátria, para combater na Guerra do Paraguai.

Na guerra conquistou os postos de primeiro-sargento e alferes, por bravura, sendo ferido três vezes em combate (Estero Belaco, Piquiricie Lomas Valentinas). Mal se restabelecia e já se apresentava para nova missão. Finda a guerra, voltou ao Brasil, matriculando-se na Escola Militar, em 1872.

Foi promovido sucessivamente a tenente (1875), capitão (1877), major (1887), tenente-coronel (1890) e coronel (1892). Acompanhou D. Pedro II em sua viagem a Minas Gerais, em 1881. Chefiou a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas na marcha para oeste, de 1890 a 1892, tornando-se o responsável pelo recrutamento do então tenente Cândido Rondon, a quem transmitiu as primeiras lições de respeito aos índios.

mandato, o vice-presidente eleito foi Francisco Silviano de Almeida Brandão, que faleceu; quem assumiu a vice-presidência foi Afonso Pena. Deixou a presidência com grande prestígio, sendo chamado “o grande presidente”.

Em 1912, foi novamente eleito presidente do estado de São Paulo, ficando vários meses afastado por motivo de doença, e, em 1916, encerrado o mandato de Presidente de São Paulo, voltou a ocupar uma cadeira no Senado Federal. Neste governo iniciou a restauração do Caminho do Mar, chamada de Estrada do Vergueiro, construiu a Ponte no Rio Tietê em Barra Bonita, que existe até hoje.

Eleito para o segundo mandato como presidente em 1918, havia contraído gripe espanhola e faleceu antes de tomar posse. O vice-presidente era Delfim Moreira, que assumiu a presidência em virtude de seu falecimento ocorrido em janeiro de 1919, sendo que Delfim Moreira, de sua posse em 15 de novembro até o falecimento de Rodrigues Alves, sempre o visitava para pedir sua orientação e conselhos.

É considerado hoje o presidente que mais se preocupou com a população da República Velha.



Gonçalves Lêdo

Joaquim Gonçalves Lêdo, jornalista e político brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1781. Faleceu em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro em 19 de maio de 1847 com 65 anos de idade, ataque cardíaco. Participou de modo ativo no movimento de independência do Brasil. Editor do Revérbero Constitucional Fluminense, jornal lançado por ele e por Januário da Cunha Barbosa a 15 de setembro de 1821, Lêdo foi um dos promotores do Dia do Fico, 9 de janeiro de 1822. Exponente da Maçonaria. Fundador do Grande Oriente do Brasil. Foi ferrenho adversário de José Bonifácio de Andrada e Silva tanto na maçonaria quanto na política.

Mãe: Antônia Maria dos Reis Lêdo.

No jornal, combatia os interesses dinásticos portugueses e reivindicavam a constituição de um governo liberal.

Lêdo foi deputado provincial do Rio de Janeiro até 1835, quando abandonou a política e a Maçonaria para recolher-se em Sumidouro, onde morreria, em sua fazenda.

Linha do Tempo:

1821, Gonçalves Lêdo, e Januário Barbosa, fundam o jornal Revérbero Constitucional Fluminense, que passa a estar na vanguarda da libertação do Brasil.

09/01/1822, Gonçalves Lêdo, é um dos articuladores das manifestações para a permanência de Pedro I no Brasil, culminando com o Fico.

16/01/1822, José Bonifácio, é nomeado Ministro do Reino e do Estrangeiro, a partir de então inicia acirrada disputa com Gonçalves Lêdo, inclusive com vaidades pessoais dentro da Maçonaria.

20/05/1822, profere discurso na Loja Maçônica Comércio e Artes, onde lança conceitos da doutrina de Monroe.

01/08/1822, é o redator do manifesto de Pedro I do Brasil, aos brasileiros que considerava inimiga qualquer tropa portuguesa enviada ao Brasil.

27/10/1822, José Bonifácio, e seu irmão Martim Francisco, pedem demissão de seus cargos públicos, contrariados por decisões do Imperador, influenciadas por Gonçalves Lêdo.

27/10/1822, Pedro I do Brasil, não consegue organizar o poder e José Bonifácio, e seu irmão são reconduzidos aos cargos, ordenando o fechamento da Maçonaria no Brasil, com prisões e deportações. Gonçalves Lêdo, foge para Buenos Aires.

12/11/1823, Pedro I do Brasil, manda fechar a Assembléia, razão porque mesmo eleito para a Constituinte, Gonçalves Lêdo, não pôde exercer seu mandato.

20/03/1832, Filia-se ao Grande Oriente do Brasil a Loja Educação e Moral fundada por Joaquim Gonçalves Ledo, a Primeira Loja do Ritual Escocês Antigo e Aceito no Brasil.



Hipólito da Costa

Hyppolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, advogado, diplomata e jornalista brasileiro. Nasceu em Colônia do Sacramento, atual República do Uruguai em 13 de agosto de 1774. Faleceu em Londres, Inglaterra em 11 de setembro de 1823 com 49 anos de idade. É o patrono da Cadeira nº 17, por escolha do fundador Sílvio Romero. O maior divulgador da Maçonaria do Brasil. Iniciado na Maçonaria em 12/03/1799, na Washington Lodge, nº 59, em Filadélfia, Pensilvânia.

Mãe: Ana Josefa Pereira, cidadã brasileira. Nasceu em Sacramento.

Nascido na Colônia do Sacramento, então domínio da Coroa portuguesa, Hipólito era filho de família abastada do Rio de Janeiro. Seu pai era alferes de ordenanças da Capitania do Rio de Janeiro e sua mãe, natural de Sacramento. Após Sacramento ser devolvido à posse da Coroa espanhola, em 1777, sua família instalou-se em Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde passou a sua adolescência. Fez os seus primeiros estudos em Porto Alegre, concluídos em Portugal, na Universidade de Coimbra, onde se formou em Leis, Filosofia e Matemática (1798).

Recém-formado, foi enviado pela Coroa portuguesa aos Estados Unidos da América e ao México, para onde embarcou em 16 de outubro de 1798, com a tarefa de conhecer a economia desses dois países e as novas técnicas industriais aplicadas pelos norte-americanos. Viveu nos Estados Unidos por dois anos, onde, na Filadélfia veio a ingressar na maçonaria, o que influenciou a sua vida daí em diante.

De volta ao reino, viajou a serviço da Coroa Portuguesa para Londres em 1802, com o objetivo declarado de adquirir obras para a Real Biblioteca e maquinário para a Imprensa Régia. Ocultamente, entretanto, os seus motivos eram o também de estabelecer contatos entre as Lojas Maçônicas Portuguesas e o Grande Oriente em Londres.

Três ou quatro dias após o seu retorno ao reino foi detido por ordem de Diogo Inácio de Pina Manique, sob a acusação de disseminar as idéias maçônicas na Europa. Encaminhado às celas do Tribunal do Santo Ofício, onde permaneceu até 1805, logrou evadir-se para a Espanha sob um disfarce de criado, com o auxílio dos seus irmãos maçons. De lá passou para a Grã-Bretanha, onde se exilou sob a proteção do príncipe Augusto Frederico, duque de Sussex, o sexto filho de Jorge III do Reino Unido e grão-mestre da maçonaria inglesa.

Na Inglaterra, obtêm a nacionalidade inglesa com a ajuda do Duque de Essex, adquirindo ações do Banco da Escócia o que lhe autorgava tal direito de forma imediata. Casa em 1817 com Mary Ann Sheley com quem teve 3 filhos. Obtendo a condição de estrangeiro neutralizado, um estrangeiro residente com alguns direitos políticos. De Londres passou a editar regularmente aquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro: o Correio Braziliense ou Armazém Literário, que circulou de 1º de junho de 1808 a 1823 (29 volumes editados, no total).

Com esse veículo, passou a defender as idéias liberais, entre as quais as de emancipação colonial, dando ampla cobertura à Revolução liberal do Porto de 1820 e aos acontecimentos de 1821 e de 1822 que conduziriam à Independência do Brasil. O seu principal inimigo era Bernardo José de Abrantes e Castro, conde do Funchal, embaixador de Portugal em Londres, que chamou ao Correio: “Esta terrível invenção de um jornal português na Inglaterra”, vindo a editar um periódico contra ele, que circularia até 1819 (O Investigador Português em Inglaterra).

Faleceu sem chegar a saber que fora nomeado cônsul do Império do Brasil em Londres. No Brasil é considerado o patrono da imprensa. Em Porto Alegre foi homenageado emprestando seu nome ao Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Está sepultado em saint Mary the Virgin, em Hurley, condado de Berkshire.

Seu irmão, José Saturnino da Costa Pereira, foi senador do Império do Brasil e ministro da Guerra.

Academia Brasileira de Letras:

O patronato da Cadeira 17 da Academia foi escolhido por seu fundador, Sílvio Romero, e coube à memória de Hipólito da Costa esse posto. Honrava a Academia à figura do iniciador da imprensa brasileira.

Linha do Tempo:

1799, escreve Diário de minha viagem para Filadélfia (1798-1799) (publicado póstumamente em 1955).

12/03/1799, Hipólito da Costa, é iniciado na Washington Lodge, nº 59 Filadélfia, Pensilvânia, Estados Unidos da América.

1800, escreve Descrição da árvore açucareira, e da sua utilidade e cultura (Lisboa).

1800, escreve Descrição de humana máquina para tocar a bomba à bordo dos navios sem o trabalho de homens (Lisboa).

1801, traduz Ensayos politicos, econômicos e philosophicos, de Benjamin Thompson, Conde de Rumford, (Lisboa).

1801, traduz Historia breve e authentica do Banco de Inglaterra, de T. Fortune, (Lisboa).

1801, traduz Memoria sobre a bronchocele, ou papo da América septentriona, de Benjamin Smith Barton, (Lisboa).

1801, Hipólito da Costa, é nomeado deputado literário da Junta da Impressão Régia Lisboa. Portugal.

1805, Hipólito da Costa, foge da inquisição portuguesa disfarçado de criado.

1806-1808, Hipólito da Costa, traduzia livros e dava aulas particulares para sobreviver.

1808-1822, escreve no Correio Braziliense (Londres).

1808, Hipólito da Costa, filia-se à Loja Antiquity, nº 02 Londres. Inglaterra.

01/06/1808, Hipólito da Costa, funda o Jornal Correio Brasiliense.

1809, escreve História de Portugal (Londres).

1811, escreve Narrativa da perseguição de Hippolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça... Preso, e processado em Lisboa pelo pretense crime de freemason ou pedreiro livre (Londres).

1811, escreve A narrative of the persecution of Hippolyte Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça, a native of Colonia-do-Sacramento, on the River La Plata; imprisoned and tried in Lisbon, by the Inquisition, for the pretended crime of free-masonry... (Londres).

1811, escreve Nova gramática portuguesa e inglesa (Londres).

12/06/1812, Hipólito da Costa, reúne os fugitivos portugueses da invasão francesa e forma a Loja Maçônica Luzitania Londres. Inglaterra.

27/12/1813, Hipólito da Costa, é um dos colaboradores da União que resultou na Grande Loja Unida da Inglaterra.

1817, casamento com Mary Ann Troughton.

1819, Hipólito da Costa, recebe do Grande Oriente da França o grau 33, de S.' G.' I.' G'.

13/10/1819, Hipólito da Costa, é um dos fundadores do Supremo Conselho da Inglaterra.

13/10/1819, Hipólito da Costa, torna-se grão-mestre Provincial do Condado de Ruthland.

02/12/1819, Hipólito da Costa, recebe a distinção de Membro Honorário do Supremo Conselho da França.

1820, escreve Sketch for the History of the Dionysian Artificers (Londres).

1822, Hipólito da Costa, recebe o cargo de Representante da Inglaterra do Grande Oriente do Brasil.

12/1822, O Jornal Brasiliense de Hipólito da Costa, deixa de circular.

01/12/1822, Hipólito da Costa, é agraciado por Pedro I do Brasil, com a Ordem Imperial do Cruzeiro, no grau de oficial.

1863, escreve Cartas sobre a franco-maçonaria (Amsterdã).

1955, escreve Copiador e registro das cartas dirigidas a d. Rodrigo de Sousa Coutinho (Rio de Janeiro).

1992, escreve O Amor d'Estranja, peça de teatro (Lisboa).



Jerônimo Francisco Coelho

Conselheiro, engenheiro, estadista, militar e político brasileiro. Nasceu em Laguna em 30 de setembro de 1806. Faleceu em Nova Friburgo em 16 de janeiro de 1860 com 53 anos de idade. Fundador da imprensa catarinense. Ministro da Marinha do Brasil. Membro do Instituto Geográfico do Brasil. Vogal do Conselho Supremo Militar de Justiça. Fundador da Loja Maçônica Concordeia, considerada a primeira do Estado de Santa Catarina.

Foi presidente das províncias do Grão-Pará, nomeado por carta imperial de 1 de março de 1848, de 7 de maio de 1848 a 31 de maio de 1850, e do Rio Grande do Sul, nomeado por carta imperial de 20 de fevereiro de 1856, de 28 de abril de 1856 a 8 de março de 1857. Foi também Ministro da Guerra do Brasil, a partir de 2 de fevereiro de 1844.

Teve forte atuação no poder executivo e como Ministro da Guerra atuou com determinação para estabelecer as condições de paz com os revoltosos farroupilhas. Foi também o fundador da Imprensa Catarinense, quando em 28 de julho de 1831 editou o primeiro jornal na então província de Santa Catarina, O Catharinense. Ainda em 1832 lançaria um segundo jornal, O Expositor. Jerônimo Coelho foi também membro fundador da primeira loja maçônica de Santa Catarina, em Desterro.

Em 1846, fez as demarcações das terras da futura colônia Dona Francisca (atual cidade de Joinville) e parte do território do distrito de Parati (atual cidade de Araquari).

Jerônimo Coelho é considerado o mais destacado político catarinense do século XIX, de acordo com Oswaldo Rodrigues Cabral. Seu nome é perpetuado, por exemplo, na denominação de uma rua no centro de Florianópolis.

Linha do Tempo:

28/07/1831, editou O Catharinense; o primeiro jornal da província de Santa Catarina, o que o torna fundador da imprensa catarinense.

1832, edita O Expositor, o segundo jornal da Província de Santa Catarina.

02/02/1844, é nomeado Ministro da Guerra do Brasil.

1846, demarca as terras da futura colônia Dona Francisca, atual cidade de Joinville, e parte do território do distrito de Parati, atual cidade de Araquari.

01/03/1848, Carta imperial o nomeia presidente das províncias do Grão-Pará.

07/05/1848-31/05/1850, é o presidente das províncias do Grão-Pará.

20/02/1856, Carta imperial o nomeia presidente da Província do Rio Grande do Sul.

28/04/1856-08/03/1857, é o presidente da Província do Rio Grande do Sul.



João Caetano

João Caetano dos Santos, ator, dramaturgo e empresário brasileiro. Nasceu em São João do Itaboraí, Capitania dos Goytacazes, Rio de Janeiro em 27 de janeiro de 1808. Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de agosto de 1863 com 55 anos de idade. Patrono do teatro brasileiro. Primeiro ator surgido no período do romantismo artístico no Brasil, famoso pela alta dramaticidade de suas performances no palco. Iniciado na Maçonaria na Loja Dois de Dezembro, Rio de Janeiro, em 1845. Chegou até o grau 30.º, Grande Oriente do Brasil.

Pai: João Caetano dos Santos, militar brasileiro. Capitão de ordenança.

Mãe: Joaquina Maria Rosa dos Santos, índia goytacaz.

Começou sua carreira como amador, até que em 24 de abril de 1831 estreou como profissional na peça “O Carpinteiro da Livônia”, mais tarde representada como Pedro, o Grande.

Apenas dois anos depois, em 1833, João Caetano já ocupava o teatro de Niterói junto com um elenco de atores brasileiros. Assim iniciava a Companhia Nacional João Caetano.

O ator também exerceu as funções de empresário e ensaiador. Autodidata da arte dramática, seu gênero favorito era a tragédia, mas chegou a representar papéis cômicos.

Além de atuar em muitas peças, tanto no Rio como nas províncias, João Caetano publicou dois livros sobre a arte de representar: “Reflexões Dramáticas”, de 1837 e “Lições Dramáticas”, de 1862.

Em 1860, após uma visita ao Conservatório Real da França, João Caetano organizou no Rio uma escola de Arte Dramática, em que ensino era totalmente gratuito. Além disso, promoveu a criação de um júri dramático, para premiar a produção nacional. Dono absoluto da cena brasileira de sua época.

O pesquisador J. Galante de Souza (O Teatro no Brasil, vol.1) considera que o ator, “um estudioso dos problemas da arte de representar, e dotado de verdadeira intuição artística, reformou completamente a arte dramática no Brasil”.

Antes dele, a declamação era uma espécie de cantiga monótona, como uma ladainha. Ainda segundo J. Galante, “João Caetano substituiu aquela cantilena pela declamação expressiva, com inflexões e tonalidades apropriadas, ensinou a representação natural, chamou atenção para a importância da respiração e mostrou que o ator deve estudar o caráter da personagem que encarna, procurando imitar, não igualar, a natureza”.

Linha do Tempo:

1823, alista-se no exército, onde serve por sete anos.

24/04/1827, apresenta-se pela primeira vez em sua peça: O Carpinteiro da Livonia.

1833, toma parte ativa no movimento político, onde protege a vida do Marquês de Paraná.

1833, inicia a Companhia Nacional João Caetano de teatro.

1862, publica o livro Lições Dramáticas.

1837, publica o livro Reflexões Dramáticas.

1845, é iniciado na Maçonaria na Loja Dois de Dezembro - Rio de Janeiro.

1860, organiza uma escola de Arte Dramática cujo ensino era totalmente gratuito, Rio de Janeiro.

08/06/1968, A Loja João Caetano manda cunhar mais uma medalha onde aparece João Caetano. Rio de Janeiro.



Joaquim Nabauco

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo -
(19.8.1849 - 17.1.1910)

Foi um político, diplomata, historiador, jurista e jornalista brasileiro. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

...em 1.12.1868, com apenas 19 anos, foi iniciado maçom pela Loja “América”, em São Paulo, ... algum tempo depois recebeu o Gr.:18., e sendo no ano de 1875 ainda eleito para representante da Loj. “América” perante o Gr. Or. Unido, no Rio de Janeiro.



José Bonifácio

José Bonifácio de Andrade e Silva - (13.6.1763 - 6.4.1838)

Foi um naturalista, estadista, poeta e brasileiro.

Pode-se resumir brevemente sua atuação dizendo que:
- Era usual nos séculos 18 e 19, nomear-se PROFANOS para o cargo de Grão Mestre, especialmente em situações políticas difíceis, como era o caso do Brasil Colonial, em junho de 1822, onde a nomeação de uma raposa experiente e inteligente como José Bonifácio: e não há dúvida disto figura importante no jogo político, quase uma espécie de “ Chalaça” para o Príncipe D.Pedro, evidentemente atenuava a perseguição à Nobre Arte Real.



José do Patrocínio

José Carlos do Patrocínio - (9.10.1854 - 30.1.1905)

Era farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro.

... pois somente uma única vez o nome de José Carlos do Patrocínio aparece em documentação Maçônica, e isto no Boletim do Gr.: Or.: do Brasil de 1897, pag. 14, por ter sido citado na “Apuração Geral da Eleição de Gr.: M.: Adj.: de 12.2.1897, em que recebeu SEIS votos, sendo 3 da Loj. “João Caetano”, 2 da Loj. “Aurora Escosseza” e 1 da Loj. “Ganganelli do Rio”, todas do Poder Central, o que deixa subentendido a sua qualidade de maçom,...



Julio Mesquita

Julio Mesquita - (18.8.1862 - 15.3.1927)

Foi um jornalista brasileiro, proprietário do jornal O Estado de S.Paulo

Lamentavelmente o “... da Loja Amizade”, o Ven.: Ramon Espanha Sanches, ao fazer seu discurso de abertura da Sessão Magna Comemorativa dos 113º. Aniversário da Loja, em 12.5.1945, não especificou a data e nem o ano desta iniciação, mas citando claramente o nome do “...Ir.:Julio Mesquita, paladino da República e fundador do O ESTADO DE SÃO PAULO...”



Lauro Müller

Lauro Severiano Müller- (8.11.1863 - 30.7.1923)

Foi um político e diplomata brasileiro. Responsável pela transição de Santa Catarina de província a estado.

...quando ainda Segundo-Tenente em 14.-3-1888, o jovem Lauro Muller foi iniciado maçom, no Rio de Janeiro. ...o Ir. Lauro Muller viu com simpatia a formação da 1ª Loja Maçônica, em sua cidade natal, a “ACÁCIA ITAJAIENSE” fundada em 24-6-1.911, ... Fato é, que na primeira Administração (1911) da Loja e na seguinte (1912), figurou o nome do Ir.: Lauro Severiano Muller, Gr. 3.º, como representante da oficina na Assembléia Geral do Grande Oriente do Brasil, como tal tendo sido anotado o seu nome no competente “Registro de Administração”, ainda hoje existente no “Arquivo Velho”.

Nasceu em Itajaí, Santa Catarina em 8 de novembro de 1863. Faleceu no Rio de Janeiro em 30 de julho de 1926 com 62 anos de idade. Elaborou as leis de construção e funcionamento dos portos. Ajudou muito na ampliação das estradas de ferro. O mais hábil político catarinense da primeira República. Partidário dos republicanos, em 1889, foi nomeado governador de Santa Catarina. Maçom quase inativo chegou ao grau de mestre maçom.

Apaixonado discípulo do positivismo de Benjamin Constant, ingressou na carreira militar na província natal. Foi alferes em 1885, segundo-tenente em 1889, primeiro-tenente em 1890, major em 1900, tenente-coronel em 1906, coronel em 1912, general-de-brigada em 1914 e general-de-divisão em 1921.

A sua carreira pública começou em 1889, quando foi nomeado por Deodoro da Fonseca governador provisório da província transformada em estado de Santa Catarina, governando o estado de 2 de dezembro de 1889 a 24 de agosto de 1890, quando foi residir no Rio de Janeiro a fim de assumir o cargo de deputado à Assembléia Nacional Constituinte, tendo o vice-governador Raulino Horn assumido o governo. Reassumiu o governo em 29 de setembro de 1890, permanecendo até 5 de outubro, quando repassou o governo para Raulino Horn a fim de retornar ao Rio de Janeiro.

Quando ocupando a posição de Chanceler recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Harvard.

Lauro Müller se consagrou como um dos fiadores da vitória diplomática brasileira sobre a Bolívia, que permitiu a compra do Acre e sua integração ao território brasileiro. Foi deputado federal, senador e ministro de Estado.

Empreendeu grandes reformas quando na pasta do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, na presidência de Rodrigues Alves, nomeado por decreto de 15 de novembro de 1902, de 15 de novembro de 1902 a 15 de novembro de 1906.

Foi Ministro das Relações Exteriores nas presidências de Hermes da Fonseca, de 14 de fevereiro de 1912 a 15 de novembro de 1914, e de Venceslau Brás, de 15 de novembro de 1914 a 7 de maio de 1917.

Tornou-se popular por algumas obras, como a construção da Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco, e os melhoramentos do porto do Rio de Janeiro.

Foi membro da Academia Brasileira de Letras. É patrono de uma das quarenta cadeiras da Academia Catarinense de Letras.

Linha do Tempo:

1882, Lauro Müller, cursa a escola militar ao mesmo tempo que se envolve em atividades políticas.

1885, Lauro Müller, é promovido à alferes.

1889, Lauro Müller, é promovido ao cargo de segundo-tenente.

1889, Lauro Müller, inicia sua carreira pública como governador provisório do estado de Santa Catarina..

02/12/1889-24/08/1890, Lauro Müller, governa o estado de Santa Catarina.

1890, Lauro Müller, é promovido ao cargo de primeiro-tenente.

29/09/1890-05/1890, Lauro Müller, reassume o governo de Santa Catarina.

1891, Lauro Müller, é membro da constituinte.

1899, Lauro Müller, é deputado federal.

1900, Lauro Müller, é promovido ao cargo de major.

1900-1902, Lauro Müller, é senador.

15/11/1902, Decreto nomeia Lauro Müller, para o Ministério da Indústria na presidência de Rodrigues Alves.

15/11/1902-15/11/1906, Lauro Müller, administra a Viação e Obras Públicas na presidência de Rodrigues Alves.

1906, Lauro Müller, é promovido ao cargo de tenente-coronel.

1907-1912, Lauro Müller, é senador.

1912, Lauro Müller, é promovido ao cargo de coronel.

14/02/1912-15/11/1914, Lauro Müller, é Ministro das Relações Exteriores na presidência de Hermes da Fonseca.

1914, Lauro Müller, é promovido ao cargo de general-de-brigada.

15/11/1914-07/05/1917, Lauro Müller, é Ministro das Relações Exteriores durante o período administrativo do presidente Wenceslau Brás Pereira Gomes.

1917-1926, Lauro Müller, é senador.

1921, Lauro Müller, é promovido ao cargo de general-de-divisão.



Leôncio Correia

Leôncio Correia - (1.9.1865 - 19.6.1950)

Um dos poucos republicanos de 1889, presidente da Liga Espírita do Brasil

...por Ato número 268 de 22.9.1913 foi nomeado pelo Gr. M. Lauro Sodré, para membro do Conselho Geral da Ordem do GOB.

Ao ser criado o “Cadastro Geral do GOB” em 1914, foi o dr. Leôncio Correia um dos primeiros a ser registrado em Maio de 1915, recebendo o cadastro número 15.



Luiz José de Mattos

Luiz José de Mattos - (3.1.1860 - 15.1.1926)

Foi o fundador do Racionalismo Cristão.

Era membro da Loja “CINCO DE ABRIL”, Cad.456, de Santos, da jurisdição do Grande Oriente do Brasil, loja esta fundada em 5.4.1894.

Em 1902 o Ir.: Luiz de Mattos, já Gr.: 30, era representante junto á Assembl. Geral do Grande Oriente do Brasil.



Marques do Herval

Manoel Luiz Osório - MARQUES DO HERVAL -

(10.5.1808 - 4.10.1879)

Foi um militar e político brasileiro, herói da Guerra da Tríplice Aliança. É o patrono da Arma de Cavalaria do Exército brasileiro

... iniciado em 1.8.1870 na loja “AMERICA”, de S. Paulo, ... eleito em 10.2.1896, Grão Mestre Adjunto, na chapa do Gr.: M.: Macedo Soares, ao ser reeleito.



Pedro I do Brasil

Rei brasileiro e português. Nasceu em Queluz em 12 de outubro de 1798. Faleceu em Queluz em 24 de setembro de 1834 com 35 anos de idade. Rei do Brasil. Iniciado na Maçonaria em 02/08/1822 com o nome simbólico de Guatimosim. Exaltado em 05/08/1822. Em 03/10/1822 passou a grão-mestre do Grande Oriente do Brasil. Em 04/10/1822 recebe o grau de Cavaleiro Rosa Cruz. Em 25/10/1822 Guatimosim manda fechar o Grande Oriente do Brasil. Em 28/10/1822, de comum acordo com José Bonifácio, passam a perseguir e prender todos os maçons, considerados a partir de então inimigos do governo.

Era filho de D. João VI e de Carlota Joaquina.

Seus principais professores foram todos clérigos, porém o estudo não era o seu forte. Em 8 de fevereiro de 1818, seu pai D. João é coroado rei de Portugal. Em 1817 casa-se com Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, 1797/1826

Em 1820 ocorre a revolução constitucionalista no Porto, em virtude disso seu pai tem de voltar a Portugal em 26 de abril de 1821 D. Pedro permaneceu no Brasil como regente. No dia 9 de dezembro de 1821 chegaram decretos de Portugal, exigindo que D. Pedro entregasse o poder a uma junta e retornasse às cortes. Um grupo comandado por Joaquim Gonçalves Ledo recolheram assinaturas para que o príncipe não voltasse a Portugal. Em 9 de janeiro de 1822, José Clemente entrega o documento solicitando que D. Pedro permanecesse no Brasil, era o Fico.

O governo brasileiro decretou então que nenhuma lei promulgada pelas cortes portuguesas seria obedecida no país, sem a ordem do príncipe-regente.

Em abril viajou a Minas Gerais e São Paulo onde foi muito bem recebido pela população. No dia 5 de setembro, D. Pedro resolveu ir a Santos em visita. Neste meio tempo, Lisboa implementava decretos para a recolonização do Brasil. Quando em 7 de setembro voltava da viagem a Santos, recebeu cartas de Leopoldina e José Bonifácio. Estas continham notícias que as cortes de Lisboa o haviam rebaixado a simples delegado temporário. Foi então proclamada a independência. Em primeiro de dezembro foi coroado, tornando-se o primeiro imperador do Brasil como Pedro I.

Após a independência, em 3 de maio de 1823, reuniu-se a Assembléia Constituinte comandada por Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, irmão de José Bonifácio, era composta por ricos proprietários de terra. Tal Assembléia formulou um anteprojeto de constituição que era antiabsolutista, ou seja, desejava a diminuição do poder de D. Pedro, o que logicamente causou-lhe irritação, e com o auxílio das tropas decretou a dissolução da Assembléia em 12 de novembro de 1823. O imperador, que antes identificava-se com as idéias liberais, tomou medidas de caráter absolutista. Em 25 de março de 1824 outorgou uma nova constituição que centralizava todo o poder político nas suas mãos. José Bonifácio foi expulso do Brasil.

No dia 2 de julho de 1824 explodiu em Pernambuco uma revolução, a Confederação do Equador; revoltavam-se contra a política absolutista do imperador e desejavam fundar uma república. Esta revolução foi sufocada mediante extrema violência pelas tropas enviadas por D. Pedro I.

Sob o seu governo aconteceu também a Guerra Cisplatina, ou seja, a luta pela independência do Uruguai, a qual envolveu Brasil e Argentina que lutaram entre si. Um acordo de paz foi firmado em 1828, pelo qual a Província Cisplatina não pertenceria nem ao Brasil, nem à Argentina e sim seria um país independente.

Com a morte de D. João VI em março de 1826, cria-se o problema da sucessão do trono português. D. Pedro, como sucessor do trono, abdica em favor da filha Maria da Glória. Seu irmão mais moço, porém, assume o poder e faz-se aclamar rei, tomando uma série de medidas arbitrárias e de caráter absolutista.

Em 11 de dezembro de 1826 morre D. Leopoldina, enquanto o imperador participava da Guerra Cisplatina. Já em 1829, porém, casa-se com Amélia de Leuchtenberg, 1812-1873

Vários fatores levaram para desgastar a imagem do imperador e fazer crescer sua impopularidade, como o fechamento da Assembléia Constituinte, 1823, imposição da Constituição de 1824, o gasto e as mortes da Guerra de Cisplatina, a violência na repressão à Confederação do Equador e seu relacionamento com a Marquesa de Santos, 1797-1867. A situação era extremamente complicada com inúmeras manifestações públicas. Tudo isso acabou por levar D. Pedro, em 7 de abril de 1831, a abdicar do trono em favor de seu filho Pedro, na época com cinco anos de idade.

De volta a Portugal busca apoio para destronar D. Miguel em favor de sua filha. Tentou dois desembarques para invadir

Portugal: em 1832 desembarca no Porto, mas é derrotado, realiza outra expedição e desembarca no Algarve. A luta dura três anos com a vitória de D. Pedro fazendo vigorar novamente em Portugal o regime constitucional. Torna-se, então, o rei Pedro IV. Morreu no palácio de Queluz, vítima de tuberculose.

D. Pedro teve inúmeros filhos legítimos e ilegítimos, contando os cinco que teve com a Marquesa de Santos e o que concebeu com uma freira em Portugal.



Pinto Martins

Euclides Pinto Martins, aeronauta brasileiro. Nasceu em Camocim, Ceará, no dia 15 de abril de 1892. Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1924 com 31 anos de idade. Ainda jovem e em fins de 1922 foi escolhido como parte da tripulação de um avião fretado pelo jornal The Nova Iorque World, que patrocinava a tentativa de uma viagem aérea pioneira entre as Américas do Norte e do Sul. Não se sabe onde foi iniciado na Maçonaria. O registro histórico é proveniente de uma ata do Grande Oriente do Brasil onde ele é citado como Poderoso irmão.

Aquela foi uma época de grandes raides mas se hoje é ainda temerário sobrevoar a Amazônia em aeronaves pequenas, na década de 1920 isso quase beirava a loucura.

A viagem começou em Nova Iorque, em novembro de 1922, e terminou no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1923, após terem sido cobertos os 5678 quilômetros do percurso com cem horas de voo a cada instante interrompidos pelos mais variados problemas, o primeiro pouso em águas brasileiras ocorreu no dia 17 de novembro de 1922, quando Martins e seus colegas americanos aterrissaram na foz do rio Cunani.

O episódio foi posteriormente narrado pelo próprio Pinto Martins a um repórter do Jornal “O Estado do Pará”:

- Quando levantamos vôo de Caiena encontramos forte temporal pela proa. Rompemos o mau tempo com dificuldade, mas tivemos de procurar abrigo. Tomei a direção do aparelho (ele era co-piloto) e depois de reconhecer o rio Cunani aí descemos às 3,30 horas. O tempo, lá fora, era impetuoso e ameaçador. Não nos foi possível prosseguir e passamos a noite matando mosquitos e com bastante fome, pois não contávamos interromper a rota...”

Essa e outras aventuras tornaram a viagem Nova Iorque - Rio uma terrível aventura de obstáculos, só superados pela coragem dos tripulantes. Martins foi recebido pelo presidente Artur Bernardes e recebeu um prêmio de 200 contos de réis. Viajou à Europa, voltou ao Rio e iniciou negociações para explorar

petróleo. Foi quando ocorreu sua morte brutal, no dia 12 de abril de 1924. Até hoje o episódio não está bem explicado, mas Monteiro Lobato, em seu livro “Escândalo do Petróleo e do Ferro”, sustenta que Martins foi vítima dos poderosos lobbies interessados em atrasar o desenvolvimento brasileiro.

A verdade talvez nunca venha a ser conhecida. Depois de discutir com seu companheiro de viagem Walter Hinton ele sacou de uma arma e suicidou-se a vista da amante.

Em 1952, atendendo as aspirações dos seus conterrâneos, o Presidente Café Filho sancionou Lei no Congresso oficializando o nome de Pinto Martins para o aeroporto da capital cearense. Justiça, mas ainda pequena, para o homem dinâmico que na década de 1920 soube antever a importância econômica da ligação aérea regular entre os Estados Unidos e o Brasil. E que teve coragem de investir na exploração de petróleo, no Brasil, quando isso era por todos apontado como uma loucura (Sobre a relação de Pinto Martins com a exploração do petróleo, há algumas informações adicionais no livro de Monteiro Lobato “O Escândalo do Ferro e do Petróleo”, que o coloca como um dos mártires dos estudos de prospecção de petróleo no Brasil). A viagem Nova Iorque - Rio de Janeiro também era loucura, mas ele a concluiu. O Aeroporto Internacional Pinto Martins, aeroporto de Fortaleza, leva seu nome.



Prudente de Moraes

Prudente José de Moraes Barros - 3º PRESIDENTE-MAÇOM -(4.10.1841- 3.12.1902)

Foi um político brasileiro, terceiro presidente do Brasil e primeiro civil a assumir este cargo.

...ao fundar-se ai uma Loja Maçônica, a Loj. “PIRACICABA”, no ano de 1875, já em 24.11, deste mesmo ano recebendo Breve Constitutivo do Grande Oriente Unido de “ Saldanha Marinho”, surgissem entre os 35 fundadores os nomes dos dois irmãos carnaís: Prudente José de Moraes Barros, que se tornou ORADOR na 1ª. administração da loja regularizada em 10.2.1876, e Manoel de Moraes Barros (posteriormente Deputado Federal até 1895 e Senador até 1901, ...).



Quintino Bocayuva

Quintino Antonio Ferreira de Souza - (4.12.1836 - 11.7.1912) - Bocayuva não consta de seu sobrenome. Foi por ele adotado em alusão a Palmeira (*Acrocomia odorata*), encontrada em MT e MS, de frutos drupáceos doces, e caule liso e fino; bocaiúva-de-são-lourenço, bocaiúva-dos-pantanais.

Foi um jornalista e político brasileiro conhecido por sua atuação no processo de Proclamação da República.

Foi iniciado maçom em 1861 na Loja “AMIZADE”, de São Paulo (SP).

Em sess.: de 21.6.1902 a Assembl.:Ger.: resolve por unanimidade. conferir ao Gr.: M.: “Quintino Bocayuva” o título de GRANDE BENEMÉRITO, conferindo-lhe uma medalha de OURO pesando 29,4 grs e com 32mm. Davam-lhe o título de “Patriarca da República”.

Sempre se declarou maçom e livre pensador, e pediu aos seus familiares que não fosse pedida qualquer missa ou outro serviço religioso, e que fosse como de fato foi, enterrado em cova rasa e sem qualquer enfeite e inscrição, no Cemitério de Jacarepaguá, e que depois seus ossos fossem para o ossário comum.



Rui Barbosa

Rui Barbosa (5.11.1849 - 1.3.1923)

Foi um jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador brasileiro.

RUI BARBOSA foi iniciado em 1.7.1869 pela Loja “América” de São Paulo (SP), da jurisdição do Grande Oriente do Brasil, dos Beneditinos, de “Saldanha Marinho”. Consta o nome de Rui no quadro da Loja de 1870 (Ref.1870,505) sob ref. 101 com idade de 22 anos”, estudante.



Silva Jardim

Antônio da Silva Jardim (Vila de Capivari, hoje Silva Jardim, 18 de agosto de 1860 — Nápoles, 1 de julho de 1891) foi um advogado, jornalista e ativista político brasileiro.

Teve grande atuação nos movimentos abolicionista e republicano, particularmente no Rio de Janeiro, na defesa da mobilização popular para que tanto a Abolição quanto a República, produzissem resultados efetivos em prol de toda a sociedade brasileira.

Biografia

Seu pai Gabriel da Silva Jardim era um modesto professor e lecionava em seu próprio sítio. Enviado para Niterói para que pudesse estudar foi aluno inicialmente no Colégio Silva Pontes. Mais tarde matriculou-se no Mosteiro de São Bento tendo estudado português, francês, geografia e latim. Nessa época ajudou a fundar um jornal estudantil denominado "O Laboro Literário" onde inicia sua vida política e sua luta pela liberdade.

Estudando com dificuldades financeiras, já que seu pai não possuía muitos recursos para sustentá-lo, muda de residência e de escola, matriculando-se no Externato Jasper. Procura trabalho para poder pagar seus estudos e depois de alguns empregos menores é chamado para trabalhar no próprio externato.

Parte para São Paulo quando o pai envia-lhe o dinheiro necessário e vai estudar na Faculdade de Direito de São Paulo.

Logo entra no clima político da faculdade onde as idéias republicanas e a campanha abolicionista já faziam parte de debates no parlamento.

Envolve-se completamente na campanha pela República chegando a vender sua banca de advogado e dissolver sua sociedade com Martim Francisco. Sua vida se dirige para os comícios em prol da república e viagens constantes entre os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Em sua militância foi aclamado, apedrejado, perseguido e elogiado. Sua saúde - desde a infância, por causa do impaludismo, sempre frágil, se ressentia dessa vida agitada, mas não impedia sua constante atividade política. Com a proclamação da república o exército que não se sentia ligado aos civis que tanto haviam lutado por sua proclamação, deixou-o de lado.

Candidatou-se ao Congresso no Distrito Federal e foi derrotado. Decidiu então retirar-se da política e viajar para o exterior para descansar, clarear as idéias, conhecer gente nova e novos lugares.

Aos 31 anos de idade, visita Pompéia, na Itália e curioso por conhecer o vulcão Vesúvio, mesmo tendo sido avisado de que ele poderia entrar em erupção a qualquer momento, foi tragado por uma fenda que se abriu na cratera da montanha - não se sabendo se foi um acidente ou um ato voluntário.

Homenagens e citações

Da morte de Silva Jardim declarou José do Patrocínio:

"Extraordinário o destino do grande brasileiro: até para morrer se converteu em lava".

Sua cidade natal foi renomeada para homenagear o filho ilustre.



Teófilo Ottoni

Teófilo Benedito Ottoni (Vila do Príncipe, 27 de janeiro de 1807 — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1869).

Foi um jornalista, comerciante, político e empresário brasileiro. Deputado provincial por Minas Gerais, deputado geral e senador do Império do Brasil de 1864 a 1869 e fundador do município de Teófilo Otoni (Minas Gerais), localizado a 470 quilômetros de Belo Horizonte. À época do Primeiro Reinado escreveu regularmente no periódico oposicionista "A Sentinela do Serro", de que foi o principal redator. Foi um dos principais líderes da Revolução de 1842 em Minas Gerais. Fundador da Estrada de Ferro Bahia-Minas, que ligava o norte de Minas ao sul da Bahia.

Ottoni e os índios

"Pogirum! Pogirum! Jak-Jemenuk! Jak-Jemenuk!" (Mãos Brancas! Mãos Brancas! Nós já estamos mansos! Já não somos matadores!). Assim dizem que os índios do cacique Poton gritavam para a expedição de Teófilo Otoni, que iniciou a penetração no território dos botocudos em 1847. Estava na área conflagrada de Todos os Santos, onde os índios de Poton aberta contra os índios do cacique Giporok.

Como a luta se travava em região pretendida pela Companhia do Mucuri, Teófilo Otoni interessou-se em pacificá-los e saiu em busca da tribo de Giporok: "Fiquem mansos vocês, que nós estamos mansos como cágados", disse o cacique a Teófilo Otoni, no seu encontro. Um grande chefe guerreiro tinha acabado de tomar de assalto a fazenda dos Viola, família que mantinha em cativeiro duas crianças botocudas e que foram recuperadas no ataque. O desafio do fazendeiro custou a vida de oito pessoas da sua família. Teófilo Otoni desarmou Giporok e seu grupo com propostas de paz. Em seguida, incentivou o guerreiro a procurar a vila dos civilizados a fim de confraternizar com os brancos.

Aceitando o conselho de Teófilo Otoni, Giporok selou seu destino pois morreu com seus guerreiros. Um branco, Sales, famoso facinora trazido pelo conde de Linhares, assassinou Giporok e 14 botocudos, traiçoeiramente, de emboscada. Era o chefe que denunciava as atrocidades dos brancos, os roubos de kurukas (crianças) e das mulheres, a prisão de índios como escravos das fazendas. Morto o cacique, surgiu para Teófilo Otoni a oportunidade de negociar a paz, sobretudo com os índios de Todos os Santos, os naknenuks, que formavam uma espécie de confederação na luta permanente contra ele (os botocudos, infelizmente para eles) lutavam muito entre si. Teófilo Otoni foi contemplado com a fatia de território desejada para a Companhia do Mucuri e só só veio a conhecer a ira dos botocudos quando começou a abrir estradas em terra indígena. Imã levantou seus guerreiros contra ele, com adesão de outros chefes, mas Teófilo Ottoni foi defendido pelo cacique Timóteo e pode penetrar em terreno botocudo, até então inacessível aos civilizados.

A Revolta de 1842

Líder da Revolução Liberal de 1842 foi vencido por Luís Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, na batalha de Santa Luzia, em Minas Gerais. Preso e processado foi anistiado depois pelo Imperador D. Pedro II.



Ubaldo do Amaral

Ubaldo do Amaral Fontoura - (27 de Agosto de 1843 - 22.1.1920)

...que ele se tinha iniciado pouco depois de seu retorno a Sorocaba, na Loja “Constância”, ... fundada em 8.4.1847, ... constava em seu cadastro sob o Nº. 162. No Rio... ficou no Grande Oriente Unido de Saldanha Marinho, para cuja administração foi eleito no ano de 1877 Gr.: Orad., sendo empossado em 11 de Abril, nesta ocasião já tendo o Gr.: 30.

Foi advogado, senador pelo estado do Paraná, ministro do STF, fundou os jornais Sorocabano e Ipanema e levantou a idéia da construção da Estrada de Ferro Sorocabana....



Visconde de Cairú

José Bento da Silva Lisboa, economista, escritor, jesuíta, jurista, político, professor e publicista brasileiro. Nasceu em Salvador, Bahia em 16 de julho de 1756. Faleceu no Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1835 com 79 anos de idade. Pioneiro da economia no Brasil. Ativo na época da Independência do Brasil. Ex-grão-mestre do Grande Oriente do Brasil.

Sempre apoiou ardorosamente D. João VI e D. Pedro I. Ocupou diversos cargos na administração econômica e política do Brasil, Deputado da Real Junta do Comércio e Desembargador da Casa da Suplicação, após a instalação da corte no Rio de Janeiro, em 1808. Diz-se na página 321 de “Portugal como Problema - A Economia como Solução”, Público-Fundação Luso-Americana, Lisboa, 2006: “Impulsionou a criação de uma aula de economia política e colaborou diretamente na redação dos decretos que ditaram a abertura dos portos brasileiros e o levantamento da proibição de instalação de manufaturas no Brasil. A sua atitude favorável ao desenvolvimento econômico da colônia acabaria por contribuir para a criação das condições indispensáveis à independência política do Brasil, em 1822, figurando Silva Lisboa - entretanto agraciado com o título de Visconde Cairú - como um dos nomes com lugar de honra no panteão dos heróis da pátria brasileira.”

Era filho de um arquiteto português, Henrique da Silva Lisboa, e de Helena Nunes de Jesus. Fez os preparatórios na Bahia desde seus oito anos, estudando Filosofia, música e piano. Concluiu os estudos em Lisboa, pois como o Governo português não permitia universidades na colônia, todos eram obrigados a se formar em Portugal, na Universidade de Coimbra. Ali seguiu os cursos jurídico e filosófico a partir de 1774, formando-se em 1778. Nesse ano, foi nomeado substituto

das cadeiras de grego e de hebraico do Colégio das Artes de Coimbra. Bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, onde concluiu os cursos de Filosofia e Medicina. Ainda em Coimbra, bem à moda do século XVIII, estudou hebraico e grego. Em 1778 ainda, foi nomeado professor de filosofia nacional e moral, para a cidade de Salvador, na Bahia, cuja cadeira regeu por 19 anos, e a da língua grega, que ali criou, por cinco anos.

Cairú e José Bonifácio, em quadro de R. Nunes, duas figuras de proa do Primeiro Reinado, no Brasil

Carreira pública

Visconde de Cairú, economista brasileiro acompanhava as últimas teorias européias, como as de Adam Smith, que mencionavam que um país só progride se seus industriais e comerciantes dispõem do máximo de liberdade para ganhar dinheiro. Assim tão logo D. João desembarcou no Brasil, pediu audiência para lhe propor a abertura dos portos brasileiros. Talvez D. João tenha achado graça pela primeira vez, desde que fugiu de Lisboa, uma vez que a abertura já estava decidida pela “Convenção Secreta de Londres”.

Em 1797 voltou a Portugal, obtendo sua aposentadoria e a nomeação para o lugar de deputado e secretário da Mesa da Inspeção da Bahia, para onde partiu de novo. Tomou posse do cargo em 1798, ficando em exercício até 1808.

Em 1801 publicou em Lisboa sua primeira obra, *Princípios do Direito Mercantil e Leis da Marinha* para uso da mocidade portuguesa, que compreende o seguro marítimo, o câmbio marítimo, as avarias, as letras de câmbio, os contratos mercantes, os tribunais e as causas de comércio.

Em 1804 publicou sua obra capital, o tratado “Princípios de Economia Política”, o primeiro livro que sobre semelhante assunto se escrevia em português, inspirado nos princípios da nova ciência, fundada por Adam Smith. Em 1804 escreveu as famosas “Observações apoloéticas acerca da crítica que faz contra Smith o autor das Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações”.

De 1801 a 1808 continuou a publicar sua obra, em sete volumes, Princípios de Direito mercantil e leis de marinha etc.

No Rio de Janeiro, publicaria em 1808 as Observações sobre o comercio franco no Brasil, três partes em dois volumes.

Quando o Príncipe Regente chegou à Bahia, Lisboa era funcionário da Mesa de Inspeção da Agricultura e Comércio da Bahia e lhe coube redigir a Representação dos comerciantes de Salvador, na qual pediam levantar o embargo do comércio com Portugal, ocupado pela França. Assim, hebraísta, helenista, economista e jurista, seria o divulgador no Brasil dos princípios clássicos da economia liberal e ao mesmo tempo da ortodoxia católica em matéria de política. Apresentou assim a D. João, Príncipe Regente, as vantagens da abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal. Disto resultou a Carta Régia de 24 de janeiro de 1808, que oficializou o ato. Ocupava, na época, o cargo de professor de Economia Política.

No Rio de Janeiro com a corte

D. João ordenou a Silva Lisboa que o acompanhasse ao Rio de Janeiro, para auxiliá-lo. Distinguido desta forma, chegou ao Rio de Janeiro a 7 de Março de 1808, e logo em abril seguinte foi nomeado desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens.

Em Agosto de 1808, foi feito deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil; em 1809 foi incumbido de organizar um código de comércio; em 1810 recebeu a mercê do hábito de Cristo; em 1815 foi encarregado do exame das obras para a impressão; em 1821, foi incluído na lista dos membros da Junta de cortes para o exame das leis constitucionais discutidas então em Lisboa, e inspetor-geral dos estabelecimentos literários e diretor dos estudos.

Silva Lisboa tentou reconciliar Portugal e o Brasil, e impedir a separação, e para isso fundou um jornal, O Conciliador do Reino Unido, em que defendeu os direitos do Príncipe e ponderou as vantagens da monarquia continental. Quando a esperança de conciliação desapareceu, e para não perder a coroa, o príncipe regente D. Pedro de Alcântara se pôs à frente do movimento independentista, Lisboa não hesitou e principiou a combater pela independência. Escreveu uma obra, As Reclamações, de grande efeito.

Defensor da centralização do poder, Silva Lisboa combateu na imprensa os revolucionários da Confederação do Equador e no seu Rebate brasileiro polemizou com o Typhis Pernambucano de frei Caneca. No mesmo ano, 1824, publicou o Apelo à honra brasileira contra a Facção Federalista de Pernambuco.

Depois da independência, continuou a exercer cargos elevados, recebendo distinções honoríficas. Foi agraciado em 1825 pelo Imperador D. Pedro I com o título de barão e depois em 1826 de visconde de Cairú, sendo ainda escolhido mais tarde senador do Império.

Foi Desembargador da Mesa do Paço e da Casa de Rogo, deputado e senador. Em 1832, lutou pela criação de uma Universidade no Rio de Janeiro, fato só concretizado quase cem anos depois, com a fundação da UFRJ.

Comentário sobre sua obra

Diz a Introdução, página 321, da obra “Portugal como Problema - A Economia como Solução”, Público-Fundação Luso-Americana, Lisboa 2006:

- Nos seus diversos livros e panfletos, recorre abundantemente a uma concepção de economia política fiel aos ensinamentos de Smith e assente num conjunto coerente de idéias e princípios fundamentais. Nomeadamente, a idéia de progresso e de busca incessante da prosperidade e da felicidade social, da qual faz parte integrante a educação, a instrução pública, a produção e a divulgação do conhecimento científico e dos resultados da inteligência humana. Também presente a idéia de que o Estado deve assegurar uma proteção ao bem comum, sem interferência excessiva nos assuntos particulares e com o permanente cuidado de não utilizar de forma abusiva os recursos gerados pela sociedade civil. Daqui decorre um outro princípio, o da valorização da concorrência entre agentes económicos como condição essencial do bom funcionamento da economia nacional, a par da defesa intransigente da liberdade de trabalho e de iniciativa individual.

Foi em nome da ortodoxia smithiana que José da Silva Lisboa invectivou, em 1804, as teses que Rodrigues de Brito explanara nos primeiros tomos de sua obra publicados em 1803. Este autor, por sua vez, respondeu a Silva Lisboa no ano seguinte, em 1805, no terceiro tomo das suas Memórias Políticas. A polémica e a discussão não ficaram por aqui. Silva Lisboa contra-argumentou e voltou a rebater o seu opositor num longo apêndice aos Princípios de Economia Política que até recentemente se manteve inédito.”

Academia Brasileira de Letras

Com a inovação da Academia Brasileira de Letras em criar os sócios Correspondentes, mais adiante foram sugeridos que se fizesse também o Patronato de suas 20 cadeiras, cabendo a última delas ao Visconde de Cairú, seu Patrono.

Linha do Tempo:

1858, Visconde de Cairú, é grão-mestre adjunto do Grande Oriente do Brasil.

1861, Visconde de Cairú, é grão-mestre do Grande Oriente do Brasil.



Visconde de Itaborai

Joaquim José Rodrigues Torres - Visconde de Itaborai -(13.12.1802 - 8.1.1872)

Foi um jornalista e político brasileiro.

...já em 1843 encontramos Joaquim J. R. Torres no cargo de Grande Orador, com o grau 18.: ... Pela última vez encontramos o nome de “Torres”, ainda com o Gr. 18.: e ocupando o cargo de Gr. Orador na 2.a administração do Gr.: Or.: de Passeio, como membro da Comissão, na tentativa de UNIÃO MAÇÔNICA que houve em 18.11.1838.



Visconde do Rio Branco

José da Silva Maria Paranhos, diplomata e político brasileiro. Nasceu em Salvador, Bahia em 16 de março de 1819. Faleceu no Rio de Janeiro em 1 de novembro de 1880 com 61 anos de idade. Senador e diplomata do Império do Brasil. Ministro da marinha de 14/12/1853 até 1855. Cooperou com a publicação de vários jornais anticlericais editados pela maçonaria, entre eles no Rio, o jornal A Família; em São Paulo, o Correio Paulistano; em Porto Alegre, O Maçom; no Pará, o Pelicano; no Ceará, A Fraternidade; no Rio Grande do Norte, A Luz; em Alagoas, O Labarum e em Recife, dois, A Família Universal e A Verdade.

Pai: Agostinho da Silva Paranhos.

Mãe: Josefa Emerenciana Barreiro Paranhos.

Seu filho foi José Maria da Silva Paranhos Júnior, o segundo Barão do Rio Branco.

Nascido ainda durante o reinado de D. João VI.

Frequêntou a Escola Naval e a Escola Militar, diplomando-se em Ciências Matemáticas. Lecionou na última escola como professor substituto e catedrático quando da organização da Escola Central, denominada posteriormente Escola Politécnica.

Colaborou na imprensa política e literária de seu tempo, nos jornais O Novo Tempo, Correio Mercantil, Jornal do Commercio e O Maribondó.

Teve grande atuação na política e na diplomacia. Exerceu as funções de secretário na missão especial no Rio da Prata (1851), sob as ordens do marquês de Paraná e, depois, ministro residente, chefe de legação e enviado especial em missões nas repúblicas da Argentina, do Uruguai e Paraguai. Paranhos foi uma das principais figuras do Partido Conservador, e um dos políticos de maior confiança do Imperador D. Pedro II (1840-1889).

Na política interna do Império foi deputado provincial e presidente da província do Rio de Janeiro, deputado geral em várias legislaturas, ministro dos Negócios Estrangeiros, da Marinha, da Guerra e da Fazenda. Como senador pela província

de Mato Grosso, foi presidente do Conselho de Ministros de 7 de março de 1871 a 26 de junho de 1875, tornando esse período conhecido como ministério Rio-Branco.

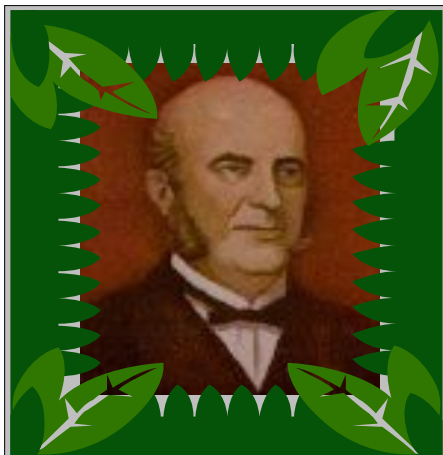
Foi um dos ministérios mais duradouros do período imperial, com participação de políticos de ambos os partidos. Coube a Paranhos sancionar a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) e enfrentar a questão episcopo-maçônica nos anos de 1873/1874. Tinha interesse direto na questão, já que era ele mesmo grão-mestre da Maçonaria.

Coube-lhe a incumbência de organizar o governo provisório do Paraguai, após a conclusão da guerra, em 1869/1870.

Presidiu várias sociedades e academias, inclusive a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional - onde fora fundado, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual ingressaria em 29 de outubro de 1847 como sócio correspondente.

Quando da interdição das irmandades religiosas infiltradas por maçons, por Dom Vital de Olinda e Dom Antônio Macedo Costa, moveu processo contra estes dois bispos, o que culminou com a prisão de Dom Vital em 1874. Suspenso por Dom Pedro II, foi sucedido como primeiro ministro pelo Duque de Caxias que anistiou todos os bispos e padres que cooperaram com a luta antimaçônica no Brasil.

É o patrono da cadeira 40 da Academia Brasileira de Letras.



Washington Luiz

Washington Luiz Pereira de Souza - 13º
PRESIDENTE-MAÇOM - (26.10.1870 - 4.8.1957)

Foi um historiador e político brasileiro, presidente do estado de São Paulo e 13º presidente do Brasil.

Não sabemos onde Washington Luiz foi iniciado, pois, ao fundar-se a Loja “Philantropia” IIa”, na cidade de Batatais, que recebeu Breve Constitutivo do Gr.Or.: do Brasil em 1.10.1896, surge o seu nome como Ven.: fundador, e de fato, possui a Loja “Francisco Glycério”, de S. Paulo, um Diploma de 5.12.1896, que traz as seguintes assinaturas: Ven.: Washington Luiz Pereira de Souza, 1 Vig. Renato Jardim, 2º Vig.: Augusto Fernandes. ...em 25.8.1921 foi elevado ao Gr. 30.: pelo Gr. Or.: Independente.



Wenceslau Braz

Wenceslau Braz Pereira Gomes - 9º PRESIDENTE-MAÇOM- (26.2.1868 - 15.5.1966). Faleceu em Itajubá, com 98 anos, sendo o mais longevo de todos os presidentes brasileiros.

Foi um advogado e político brasileiro; presidente do Brasil entre 1914 e 1918.

...em 7.3.1896 foi iniciado na Loja “ CARIDADE MOCOQUENSE”, de Mococa(SP), da jurisdição do Grande Oriente do Brasil, ... por intermédio do Supremo Conselho, que em sess.: de 1.4.1907 elevou o nosso biografado ao Gr.:30 (Bol.GOB.1907, pág.43)



POSFÁCIO

A Ordem Maçônica, no Brasil, vive um momento sem precedentes... Mudanças ocorreram... Estejamos atentos! É exatamente neste ponto que aumentam as nossas responsabilidades como maçons.

Por um lado tenho consciência de que a leitura do presente livro foi enfadonha. Por outro lado tenho certeza de que muitos outros nomes de conhecidos maçons do passado não constaram deste arrazoadado; assim, fica a sensação de que foi um incipiente trabalho. Dito isto, resta a convicção de que os fatos nele relatados fazem parte da atuação de maçons em diversos momentos e movimentos políticos-sociais havidos no Brasil.

Os meios de comunicação quase todo dia noticiam fatos no mundo profano que muitas das vezes nos deixam desesperançados com relação ao futuro do país. As informações de corrupção entre os que detêm o poder nos dão contas do quanto está apodrecido o sistema governamental. É preciso termos em mente que o trabalho da maçonaria é eterno.

Assim como os maçons do passado conseguiram a libertação do nosso país, assim como trabalharam até a Proclamação da República, assim devemos nos espelhar em suas obras para levar este país a um futuro de honestidade, decência e honra. Cumpre-nos despertar nos cidadãos o valor da ética social. Não nos deixando dominar pelo comodismo, pelo desânimo, pela desesperança. Orgulhem-nos de ser corretos e envergonhem-nos da prática de ações condenáveis.

Não sejamos cúmplices do suborno e do tráfico de influências ou de qualquer procedimento indigno.

Preservemos, a todo custo, o sistema de moralidade que nos incute a Ordem Maçônica.

Referindo-me às palavras do Padre Antonio Vieira:

*“Miserável não é a República onde há delitos,
senão onde falta a punição deles.”*

A minha missão aqui não se encerra.

O Autor

ÍNDICE

Albuquerque Lins	30
Alcindo Guanabara	32
Américo Brasiliense	35
Antonio Bento	36
Aristides Lobo	38
Azeredo Coutinho	40
Barão de Itamaracá	44
Básilio da Gama	45
Benjamin Constant	48
Benjamin Sodré	50
Bento Gonçalves da Silva	54
Bernardino de Campos	58
Caldas Junior	60
Campos Salles	61
Cipriano Barata	62
Conde de Porto Alegre	64
Couto de Magalhães	65
David Canabarro	67
Diogo Feijó	70
Domingos Martins	71
Euzébio de Queiroz	73
Eduardo Wandenkolk	75
Evaristo da Veiga	76
Floriano Peixoto	91
Francisco Glicério	95
Francisco Montezuma	100

Gomes Carneiro	117
Gonçalves Lêdo	119
Hipólito da Costa	121
Jerônimo Francisco	
Coelho	124
João Caetano	129
Joaquim Nabuco	132
José Bonifácio	133
José do Patrocínio	134
Julio Mesquita	135
Lauro Müller	136
Leôncio Correia	140
Luiz José de Matos	141
Marques do Herval	142
Pedro I do Brasil	143
Pinto Martins	147
Prudente de Moraes	149
Quintino Bocaiuva	150
Ruy Barbosa	151
Silva Jardim	152
Teófilo Ottoni	155
Ubaldo do Amaral	157
Visconde do Cairu	158
Visconde do Itaboraí	164
Visconde do Rio Branco	165
Washington Luiz	167
Wenceslau Braz	168
Pós-fácio	169